

Identidade e Política Externa da Ucrânia (2004-2022)

Olga Stakhova

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais
(Especialização em Relações Internacionais)**

Março, 2025

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto.

*Воїнам добра, воїнам світла,
що захищають честь і гідність України*

*Aos guerreiros do bem, aos guerreiros da luz,
que defendem a honra e a dignidade da Ucrânia*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar a minha mais sincera e profunda gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto. Obrigada pela generosidade com o seu tempo, pela partilha do seu vasto conhecimento, pelas palavras de incentivo nos momentos certos e pela motivação constante. A sua orientação foi, sem dúvida, uma âncora ao longo deste percurso.

À minha família, a base de tudo o que sou. Sem o vosso apoio incondicional, esta caminhada teria sido impensável. Aos meus avós, que me transmitiram desde cedo o valor da educação e, ainda mais importante, o amor profundo pela nossa terra — a Ucrânia.

À minha mãe, que é, desde sempre, o coração da minha vida. Sei que, tantas vezes, te puseste em segundo plano para que eu pudesse avançar, mesmo quando isso significava silêncio, sacrifício ou saudade. A tua presença discreta, mas constante, acompanhou-me mesmo nos dias em que estávamos longe. Cada conquista minha carrega o teu nome, cada passo que dou é possível porque primeiro ensinaste-me a caminhar — com firmeza, com dignidade, com esperança. Tudo o que sou tem a tua raiz.

Ao meu irmão, que talvez nem saiba, mas é a minha maior fonte de inspiração. Ver-me através dos seus olhos dá-me força, e a tua existência é, por si só, a minha motivação silenciosa. Crescer contigo foi a maior dádiva da minha vida: ensinaste-me o que é amar sem palavras, proteger sem pedir, inspirar apenas sendo.

À Diana, que estive ao meu lado em cada passo deste processo. Obrigada por me motivares quando faltavam as forças, por acreditares em mim nos dias em que eu duvidava de tudo, e por me mostrares que os sonhos se tornam reais quando temos alguém que caminha connosco. Obrigada por estares sempre lá, com um amor que nunca exigiu nada em troca, com palavras que sabiam quando curar e quando simplesmente estar. Há laços que não se explicam, apenas se vivem — e o nosso é assim: feito de profundidade, de partilha e de verdade. Esta conquista também é tua, porque levaste comigo cada peso, sonhaste comigo cada sonho, e nunca soltaste a minha mão.

Ao Pavlo, que surgiu de forma inesperada nesta jornada, mas que se revelou uma das maiores motivações. Obrigada por me inspirares com o teu compromisso, com o teu trabalho e, sobretudo, por defenderes a Ucrânia — a nossa casa. A tua coragem é um reflexo da esperança que carrego.

Aos meus colegas e amigos, com quem partilhei tardes infinitas de biblioteca, trocas de ideias, angústias e conquistas. Obrigada por estarem presentes, por me ouvirem, por me fazerem rir quando mais precisava.

Por fim, esta dissertação, sendo dedicada à Ucrânia, é também um ato de amor e de memória. Quero deixar aqui o meu mais profundo agradecimento a todos aqueles que, com coragem, sacrifício e dignidade, defendem o nosso país. Aos soldados, aos voluntários incansáveis, aos médicos que salvam vidas sob bombardeamentos, aos professores que continuam a ensinar ao som das sirenes, aos diplomatas que mantêm viva a nossa voz no mundo. E, sobretudo, aos que já não estão entre nós — a sua memória viverá eternamente. Esta dissertação é um tributo à vossa luta, ao vosso sacrifício e à esperança de um amanhã livre.

RESUMO

Esta dissertação analisa a interação entre identidade e política externa na Ucrânia entre 2004 e 2022. Através de uma abordagem qualitativa, descritiva e cronológica, procura-se compreender de que forma os principais acontecimentos político-sociais e geopolíticos influenciaram a evolução da identidade ucraniana e, consequentemente, o alinhamento externo do país. A análise centra-se em quatro momentos fundamentais: (i) a Revolução Laranja e a presidência de Viktor Yushchenko, marcadas por uma tentativa de aproximação ao Ocidente e de afirmação de uma identidade nacional distinta da russa; (ii) a presidência de Viktor Yanukovich e a subsequente Revolução da Dignidade, que revelaram profundas clivagens identitárias e geopolíticas; (iii) o período pós-Revolução da Dignidade sob Petro Poroshenko, durante o qual se verificaram a anexação da Crimeia pela Federação Russa e o início da guerra no Donbass, consolidando a percepção da Rússia como uma ameaça existencial; e (iv) a presidência de Volodymyr Zelensky, enquadrada pela invasão russa em larga escala em 2022, que acelerou o reforço de uma identidade nacional cívica, soberanista e orientada para a integração euro-atlântica.

Argumenta-se que a política externa da Ucrânia foi progressivamente moldada por um processo de redefinição identitária que passou de uma configuração ambígua e fragmentada para uma orientação cada vez mais coesa, assertiva e pró-europeia. Este processo foi fortemente condicionado pelo antagonismo crescente com a Rússia e pela aspiração persistente à integração na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte, fatores que impulsionaram a construção de uma identidade europeia ancorada na soberania, na resistência e na autodeterminação.

Palavras-chave: Ucrânia, Identidade, política externa, integração europeia, Rússia.

ABSTRACT

This dissertation examines the interaction between national identity and foreign policy in Ukraine between 2004 and 2022. Through a qualitative, descriptive, and chronological approach, it seeks to understand how major political, social, and geopolitical events influenced the evolution of Ukrainian identity and, consequently, the country's foreign policy alignment. The analysis focuses on four key moments: (i) the Orange Revolution and the presidency of Viktor Yushchenko, marked by an attempt to move closer to the West and to affirm a national identity distinct from the Russian one; (ii) the presidency of Viktor Yanukovych and the subsequent Revolution of Dignity, which exposed deep identity-based and geopolitical divisions; (iii) the post-Revolution of Dignity period under Petro Poroshenko, during which the annexation of Crimea by the Russian Federation and the outbreak of war in Donbass occurred, reinforcing the perception of Russia as an existential threat; and (iv) the presidency of Volodymyr Zelensky, framed by the full-scale Russian invasion in 2022, which accelerated the consolidation of a civic, sovereign, and Euro-Atlantic-oriented national identity.

It is argued that Ukraine's foreign policy was progressively shaped by a process of identity redefinition that evolved from an ambiguous and fragmented configuration to an increasingly cohesive, assertive, and pro-European orientation. This process was strongly influenced by the growing antagonism with Russia and the persistent aspiration for integration into the European Union and North Atlantic Treaty Organization — factors that fuelled the construction of a European identity grounded in sovereignty, resistance, and self-determination.

Keywords: Ukraine, identity, foreign policy, European integration, Russia.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	1
INTRODUÇÃO	3
I. INDEPENDÊNCIA, REFORMA E A REVOLUÇÃO LARANJA	10
1. INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DE UMA UCRÂNIA MULTIVECTORIAL	10
2. DESAFIO AO REGIME: ENTRE A REFORMA E A REVOLUÇÃO	18
3. A REVOLUÇÃO LARANJA, OCIDENTE E RÚSSIA	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
II. O PRESIDENCIALISMO DE YANUKOVYCH, RÚSSIA E A REVOLUÇÃO DA DIGNIDADE	38
1. ASCENSÃO DE YANUKOVYCH, RÚSSIA E OCIDENTE	39
2. OS ACORDOS DE ASSOCIAÇÃO E A REVOLUÇÃO DA DIGNIDADE	50
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
III. O RENASCIMENTO DA IDENTIDADE UCRANIANA E AS AGRESSÕES HÍBRIDAS RUSSAS	61
1. KYIV, A ANEXAÇÃO DA CRIMEIA E A GUERRA NO DONBASS	62
2. ACORDOS DE MINSK E A IDENTIDADE NACIONAL UCRANIANA	72
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
IV. ZELENSKY E A INTEGRAÇÃO EURO-ATLÂNTICA DE KYIV	83
1. KYIV, UE E NATO	85
2. MOSCOVO E A GUERRA: DO DONBAS A KYIV	89
3. A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL UCRANIANA	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
CONCLUSÃO	112
BIBLIOGRAFIA	115

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AA — Acordo de Associação

APC — Acordo de Parceria e Cooperação

ATO — Operação Antiterrorista

CEI — Comunidade dos Estados Independentes

EPF — European Peace Facility

EUA — Estados Unidos da América

FAFR — Forças Armadas da Federação Rússia

FAU — Forças Armadas da Ucrânia

FRMN — Frota Russa do Mar Negro

GCT — Grupo de Contato Trilateral

IDCC — Centro Internacional de Coordenação de Doadores

KIIS — Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv

MAP — Plano de Ação para a Adesão

NATO — Organização do Tratado do Atlântico Norte

OFU — Operação das Forças Unidas

OMC — Organização Mundial do Comércio

OME — Operação Militar Especial

ONU — Organização das Nações Unidas

OSCE — Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PCSD — Política Comum de Segurança e Defesa

PEV — Política Europeia de Vizinhança

PpP — Parceria para a Paz

RDL — República Popular de Lugansk

RPD — República Popular de Donetsk

UAE — União Aduaneira da Eurásia

UDCG — Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia

UE — União Europeia

UEE — União Económica Euroasiática

ZCLAA — Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado

Nota: foi feita a opção de deixar em inglês algumas das siglas e acrónimos por serem mais facilmente reconhecidas

Introdução

A independência da Ucrânia, em 1991, assinalou o início de um processo multifacetado de consolidação do Estado e (re)construção de uma identidade nacional própria, num contexto profundamente condicionado pelas heranças institucionais, políticas e culturais do período soviético. Libertando-se formalmente da tutela soviética, a Ucrânia encontrou-se diante do desafio de (re)afirmar-se enquanto Estado soberano, dotado de uma identidade nacional coesa e de um projeto político autónomo. Esta tarefa revelou-se particularmente exigente num espaço em que persistem clivagens internas de natureza linguística, histórica, regional e ideológica, e em que os vetores de pertença — à Europa ou ao espaço pós-soviético — se encontram em permanente disputa.

Ao longo das duas últimas décadas, a Ucrânia destacou-se como um dos principais epicentros das dinâmicas geopolíticas na Europa de Leste. A sua localização e história transformaram-na num verdadeiro espaço de encruzilhada entre dois paradigmas distintos: por um lado, a visão euro-atlântica, centrada nos princípios da democracia liberal, do primado do direito e da soberania popular; por outro, uma conceção hierárquica e soberanista de ordem internacional, promovida pela Federação Russa, que privilegia a estabilidade autoritária, a centralização do poder e o revisionismo estratégico. Esta tensão entre modelos de governação e pertença geopolítica tem evidenciado não apenas a vulnerabilidade estrutural da Ucrânia, mas também a fluidez e a constante renegociação da sua identidade política.

Entre 2004 e 2022, a Ucrânia atravessou quatro momentos decisivos que reconfiguraram a sua trajetória identitária e a sua posição internacional: a Revolução Laranja (2004), a Revolução da Dignidade (2014), a anexação ilegal da Crimeia e o início da guerra no Donbass, e, por fim, a invasão russa em larga escala em fevereiro de 2022. Estes acontecimentos demonstram o entrelaçamento estrutural entre identidade e política externa, revelando a forma como os discursos políticos e as escolhas estratégicas moldaram — e foram moldados por — a perceção do lugar da Ucrânia na ordem internacional.

Neste contexto, a presente dissertação tem como propósito analisar de que forma a política externa da Ucrânia, no período compreendido entre 2004 e 2022, influenciou — e foi simultaneamente influenciada — a construção da identidade política do Estado ucraniano. O objetivo central consiste em compreender como a identidade da Ucrânia evoluiu ao longo deste período, oscilando entre visões orientadas para a aproximação à

Rússia e outras voltadas para a integração euro-atlântica, bem como identificar os fatores críticos — internos e externos — que impulsionaram o progressivo afastamento do modelo russo e a afirmação de uma identidade nacional ancorada nos valores e instituições ocidentais. Neste sentido, a questão central de investigação que orienta este estudo é formulada nos seguintes termos: Qual foi o impacto da política externa da Ucrânia na transformação da sua identidade política entre 2004 e 2022?

A investigação será conduzida à luz da teoria construtivista das Relações Internacionais, que entende a identidade como uma construção social e intersubjetiva, enraizada em processos históricos, discursivos e simbólicos. Ao rejeitar uma concepção determinista dos interesses estatais, o construtivismo destaca a importância das ideias, normas e identidades na constituição das ações dos atores internacionais (Wendt, 1999). Tal abordagem permite compreender como a política externa ucraniana não decorre apenas de fatores materiais — como a geografia, os recursos ou as capacidades militares —, mas é profundamente influenciada pelas percepções identitárias que os decisores políticos constroem sobre o “Eu” e o “Outro”.

Neste sentido, a identidade nacional surge como elemento estruturante, simultaneamente reflexo e motor da política externa. Segundo Alexander Wendt (1999, p. 224), “a identidade é a base dos interesses, e não o contrário”. A Ucrânia, enquanto Estado pós-soviético, viu-se confrontada com a necessidade de definir-se a si própria, quer em oposição à Rússia — frequentemente percecionada como o “outro” histórico —, quer em aproximação ao Ocidente, entendido como espaço normativo de democracia, direitos humanos e soberania estatal. Como argumenta Ted Hopf (2002), a identidade nacional não é apenas um conjunto fixo de características culturais, mas um processo dinâmico de negociação entre discursos concorrentes. No caso ucraniano, essa negociação revelou clivagens regionais, linguísticas, históricas e políticas, que condicionaram o rumo da sua política externa e as suas alianças internacionais.

A análise construtivista é aqui enriquecida pela perspectiva de Francis Fukuyama. No seu ensaio *O Fim da História e o Último Homem*, o autor sugere que a democracia liberal representa o ponto culminante da evolução política da humanidade. Contudo, como o próprio Fukuyama viria a reconhecer mais tarde em *Identidade: A procura por dignidade e as políticas de ressentimento* (2018), os processos de transição democrática nos países pós-comunistas revelaram-se longe de ser lineares. No caso da Ucrânia, o caminho para a democracia foi marcado por retrocessos autoritários, corrupção sistémica e intensas disputas sobre o futuro do país. Para Fukuyama, a escolha entre

alinhar-se com a União Europeia (UE) ou com a Rússia de Putin era, no fundo, uma escolha entre viver sob um governo moderno que trata os cidadãos com igualdade, ou sob um regime em que, apesar de uma fachada democrática, as instituições são capturadas por elites cleptocráticas — como foi o caso do governo de Viktor Yanukovich.

Para uma melhor compreensão, são expostas as definições dos conceitos mais importantes neste âmbito: “identidade”, “Ocidente”, “democracia liberal” e “política externa”. O conceito de identidade, tal como concebido pelo construtivismo, remete para uma construção social e relacional que informa as ações dos Estados no sistema internacional. Para Wendt (1999), a identidade corresponde a definições relativamente estáveis, mas historicamente contingentes, que os Estados dão a si próprios e aos outros, funcionando como base da formulação dos interesses. Neste sentido, a identidade nacional não é pré-determinada, mas construída por meio de narrativas, práticas políticas e processos discursivos que envolvem tanto atores internos quanto externos. Neste sentido, a identidade da Ucrânia não é um dado objetivo ou fixo, mas sim um processo dinâmico de autodefinição e diferenciação em relação aos outros atores da sociedade internacional — nomeadamente a Rússia e o Ocidente. A identidade nacional ucraniana articula-se com múltiplas camadas históricas, linguísticas, culturais e geopolíticas, sendo frequentemente disputada e reconfigurada através do discurso político, da memória coletiva e das escolhas estratégicas.

Na presente investigação, o Ocidente é compreendido como uma comunidade político-normativa constituída por Estados que partilham um conjunto de valores democráticos, instituições liberais, economias de mercado e um compromisso com o Estado de Direito e os direitos humanos. Trata-se de um conceito construído historicamente e constantemente reforçado tanto pela prática institucional como pela produção discursiva.

Tal como formulado por John Ikenberry (2001), o Ocidente contemporâneo configura-se como uma ordem liberal internacional, onde os Estados se relacionam dentro de um enquadramento institucional que promove a previsibilidade, a transparência e a cooperação. A adesão ao Ocidente, neste contexto, representa não apenas uma escolha estratégica, mas uma afirmação identitária que implica a interiorização de um conjunto de valores políticos fundamentais. Fukuyama (2018) acrescenta que o Ocidente representa um ideal político fundado no respeito pela liberdade individual, na limitação do poder do Estado, e na primazia do Direito. Neste

sentido, o Ocidente é tanto uma realidade institucional — incorporada em organizações como a UE, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) ou o Conselho da Europa — como um horizonte simbólico e identitário para Estados que aspiram a fazer parte desta comunidade. No caso da Ucrânia, a adesão simbólica e prática ao Ocidente, através de reformas institucionais e da aproximação à UE e à NATO, foi utilizada como instrumento de diferenciação em relação à Rússia e como mecanismo de afirmação identitária.

A democracia liberal, conceito intimamente ligado ao Ocidente, refere-se a um sistema político caracterizado pela existência de eleições livres e justas, pluralismo político, liberdade de expressão e de imprensa, separação de poderes e respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos das minorias. Segundo a *Freedom House* (2023), as democracias liberais distinguem-se por um equilíbrio entre representação democrática e garantias institucionais que protegem os indivíduos do poder arbitrário. Esta tipologia é usada neste estudo para contrastar o modelo político europeu com o sistema autoritário e centralizado da Federação Russa. A adesão — ou a aspiração à adesão — da Ucrânia a este modelo assume, assim, uma dimensão identitária e estratégica. Não se trata apenas de uma escolha institucional, mas de um posicionamento ideológico e civilizacional, que tem implicações diretas nas relações externas do país e na sua autopercepção enquanto nação europeia.

Já o conceito de política externa pode ser entendido como o resultado de uma interação complexa entre fatores internos e externos. De acordo com a Maria Raquel Freire (2009), “factores domésticos e externos combinam-se na formulação da política externa, resultando numa equação onde os recursos internos e a vontade política conjugados com ameaças e oportunidades externas conduzem a opções políticas variáveis, sendo o objectivo último a maximização do interesse nacional”. A política externa é, portanto, moldada não apenas por objetivos de Estado, mas também por dinâmicas domésticas e internacionais, que podem limitar ou potenciar a sua formulação e execução. Trata-se de um processo complexo de interação entre vários atores, com graus diferenciados de influência, que atuam em estruturas distintas. Como Freire (2009) sublinha, esta fórmula é composta por variáveis múltiplas que operam em diferentes níveis de análise e atravessam vários sectores, político, securitário, económico, acompanhadas por considerações normativas, percepções e relações de poder. Assim, a política externa ultrapassa os modelos tradicionais assentes exclusivamente na

racionalidade ou na liderança, permitindo uma análise mais alargada das dinâmicas e tendências que a informam.

A presente investigação adota uma estratégia metodológica mista, articulando métodos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de oferecer uma análise abrangente, rigorosa e sustentada do fenómeno em estudo. Esta opção metodológica permite captar, simultaneamente, a complexidade dos discursos políticos e as tendências empíricas observáveis na sociedade ucraniana ao longo do período analisado.

Numa primeira fase, de natureza qualitativa, procede-se à análise de discurso e à interpretação crítica de documentos estratégicos. Entre os materiais considerados destacam-se: discursos oficiais dos presidentes ucranianos e russos; intervenções de outras figuras políticas relevantes da União Europeia (nomeadamente da Comissão Europeia e do Conselho Europeu); tratados bilaterais e multilaterais celebrados pela Ucrânia; bem como relatórios produzidos por organizações internacionais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a *Freedom House*. Esta abordagem qualitativa visa compreender as dinâmicas discursivas que moldaram as narrativas identitárias e as orientações de política externa da Ucrânia entre 2004 e 2022.

Numa segunda fase, de índole quantitativa, serão analisados dados de opinião pública, que fornecem indicadores empíricos que permitam aferir a evolução das perceções sociais, as tendências políticas predominantes e o grau de apoio às diferentes opções identitárias e geopolíticas disponíveis para a Ucrânia. Entre as principais fontes de dados utilizados destaca-se o Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv (KIIS). Fundado em 1990, o KIIS é uma das instituições sociológicas mais prestigiadas da Ucrânia e da Europa de Leste, desempenhando um papel central na recolha sistemática de dados de opinião pública e na realização de estudos sociais e de mercado. O funcionamento do KIIS baseia-se em metodologias de investigação alinhadas com os padrões internacionais de amostragem, recolha de dados e análise estatística, sendo os seus relatórios amplamente reconhecidos tanto no meio académico como por organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Em termos linguísticos, importa salientar que todas as traduções realizadas de documentos, discursos e fontes originais em ucraniano para português foram efetuadas por mim. Este procedimento abrange não apenas a tradução propriamente dita, mas também o trabalho de literacia e interpretação terminológica necessário para assegurar a fidelidade e o rigor conceptual das informações analisadas. A opção de proceder

pessoalmente a estas traduções visou garantir a precisão académica, preservando as nuances semânticas e o contexto cultural subjacente às fontes primárias.

Adicionalmente, optou-se pela utilização da forma “Kyiv” — transliteração direta do ucraniano “Київ” — em detrimento da forma “Kiev”, tradicionalmente difundida em português, mas derivada da transliteração russa “Киев”. Esta escolha não é meramente linguística, mas também simbólica, refletindo a crescente afirmação da identidade nacional ucraniana e a rejeição de legados terminológicos associados ao domínio soviético e russo. A adoção da grafia “Kyiv” está, aliás, em consonância com as recomendações internacionais, nomeadamente das Nações Unidas e de diversas instituições europeias, que reconhecem a importância da terminologia como expressão da soberania e da autodeterminação dos povos.

Assim, ao longo da dissertação, será privilegiada a terminologia de origem ucraniana sempre que pertinente, no respeito pelos princípios de precisão, neutralidade e sensibilidade histórica que norteiam a investigação académica.

A a dissertação está estruturada em quatro capítulos principais. O primeiro capítulo analisou os anos iniciais da independência da Ucrânia, marcados por ambiguidade estratégica e indefinição identitária, refletidas numa política externa de equilíbrio precário entre a Rússia e o Ocidente. A Revolução Laranja de 2004 representou um ponto de viragem, sinalizando uma tentativa de reorientação pró-europeia, embora limitada por divisões internas e resistência externa.

O segundo capítulo centrou-se na presidência de Yanukovych, quando se aprofundaram as tensões entre projetos identitários concorrentes. A recusa em assinar o Acordo de Associação com a UE desencadeou o movimento Euromaidan, culminando na Revolução da Dignidade e num novo rumo pró-europeu da política externa ucraniana.

O terceiro capítulo abordou a presidência de Poroshenko e o fortalecimento de uma identidade nacional ucraniana em oposição à Rússia, especialmente após a anexação da Crimeia e a guerra no Donbass. A política externa passou a refletir de forma mais clara esta identidade, orientando-se para uma integração mais ativa com a UE e a NATO.

O quarto capítulo examinou a presidência de Zelensky e o impacto da invasão russa de 2022, que consolidou a identidade europeia da Ucrânia e conferiu um carácter existencial à sua política externa, agora amplamente apoiada pela sociedade e voltada para a integração euro-atlântica.

Em suma, a presente investigação propõe-se a examinar a relação dinâmica entre identidade nacional e política externa na trajetória da Ucrânia desde 2004, com especial atenção ao modo como escolhas estratégicas refletiram — e simultaneamente configuraram — narrativas identitárias em disputa. Partindo de uma perspectiva construtivista, e com base numa metodologia mista, procura-se compreender de que forma os dilemas geopolíticos enfrentados pela Ucrânia espelham clivagens internas e tensões externas, contribuindo para a consolidação de uma identidade política cada vez mais alinhada com os valores e instituições do Ocidente. Esta abordagem permitirá não apenas elucidar os fatores que moldaram a política externa ucraniana, mas também lançar luz sobre os processos mais amplos de construção identitária em contextos pós-soviéticos marcados por instabilidade, contestação e transformação.

I. Independência, Reforma e a Revolução Laranja

A independência da Ucrânia em 1991 deu início a um processo complexo de consolidação do Estado e definição da sua identidade política e externa. Num contexto pós-soviético marcado por incertezas, a Ucrânia tentou equilibrar a sua relação com a Rússia e o Ocidente, oscilando entre a herança histórica partilhada com Moscovo e as aspirações de integração euro-atlântica. Os primeiros anos de independência foram caracterizados por desafios institucionais, económicos e identitários que moldaram a política interna e externa do país.

Este capítulo analisa, numa primeira fase, os primeiros anos da Ucrânia independente, destacando as dificuldades na construção de um Estado funcional e na formulação de uma política externa coerente. Seguidamente, explora-se a Revolução Laranja, um momento decisivo que alterou o rumo político do país, reforçando o seu alinhamento com o Ocidente. Por fim, examina-se a evolução da política externa ucraniana no pós-Revolução Laranja, avaliando os seus avanços e limitações no caminho da integração europeia e euro-atlântica, bem como a resposta da Rússia a esta reorientação geopolítica.

1. Independência e a criação de uma Ucrânia multivectorial

O desfecho da Guerra Fria e a consequente desintegração do bloco soviético provocaram mudanças profundas na geopolítica da Europa do Leste, resultando na formação de 15 novos estados independentes que precisavam de estabelecer uma nova ordem em substituição do modelo soviético. Neste contexto, a Rússia, com o seu poder e a sua influência diminuída, esforçou-se para manter a sua relevância e resgatar o seu legado histórico. Contudo, segundo Maria Raquel Freire (2009, p.2) as novas repúblicas independentes trilharam caminhos diversos, alguns mais próximos e outros mais distantes, do antigo império. O modelo ocidental de democracia emergiu como uma alternativa viável para os novos regimes resultantes dessa desintegração, especialmente no contexto do famoso ensaio de Fukuyama, *O Fim da História*. Este ensaio, depois transformado em livro, sugere que a disseminação da democracia liberal poderia representar o auge da evolução política (Fukuyama, 2020). No entanto, as experiências das nações independentes, incluindo a Ucrânia, frequentemente vista como o berço da

nação russa e seu aliado natural, revelaram que a transição para a democracia não era um processo linear, com muitos países a enfrentar desafios significativos em busca da sua identidade política autónoma.

Ainda no dia 1 de agosto de 1991, o 41º presidente dos Estados Unidos da América (EUA), George H.W. Bush, chegou a Kyiv para desencorajar os ucranianos de se tornarem independentes. No famoso discurso “*Chicken Kyiv*” (como ficou conhecido) ao parlamento ucraniano, Bush persuadia os deputados que a independência era uma receita para o “nacionalismo suicida”, o “ódio étnico” e o “despotismo local”:

“Yet freedom is not the same as independence. Americans will not support those who seek independence in order to replace a far-off tyranny with a local despotism. They will not aid those who promote a suicidal nationalism based upon ethnic hatred” (Bush, 2004)

No entanto, vinte e três dias depois, a Ucrânia proclamou a sua independência, tornando-se um “Estado independente e democrático” (Verhovna Rada , 1991) e desde o primeiro dia o desafio consistia em afirmar o país internacionalmente. A Ucrânia independente surgiu como um só estado tanto para ucranianos soviéticos quanto para não-soviéticos; para aqueles que se viam como “quase o mesmo povo” que os russos, e para aqueles que viam a Rússia como o principal “Outro”; para os que simplesmente aceitaram a independência da Ucrânia como um facto consumado; e para os que sonharam com ela e até lutaram por ela durante décadas (Kowal, Mink, & Reichards, 2019, p. 60). Os ucranianos, que antes se sentiram impotentes, sufocados por um vasto aparelho governamental, limitados por forças que tentavam controlar todos os aspetos das suas vidas, tinham como desafio reemergir o país das cinzas.

Conforme sugere Andrew Wilson (2015, p. 172), com a sua independência, a Ucrânia, assim como os outros estados que faziam parte da antiga União Soviética, existiam de “forma embrionária”. Os partidos políticos, as instituições estatais e o próprio sistema político ainda se encontravam em estágios muito iniciais de desenvolvimento. Neste contexto, além de reforçar a sua identidade nacional, ou em alguns casos, reinventá-la, o grande desafio também consistia em construir um sistema político completo e funcional, capaz de sustentar a independência recém-conquistada e responder às necessidades de uma nação soberana. A Ucrânia independente, que surgiu em 1991, era um Estado truncado, com muitas lacunas relativamente a instituições

indispensáveis e muitas outras obsoletas e completamente inadequadas para o Estado independente moderno (Kowal, Mink, & Reichards, 2019, p. 57). A nação política ucraniana era muito mais um projeto intelectual extraído das ideias da República Popular da Ucrânia de 1917 do que uma realidade (Kowal, Mink, & Reichards, 2019, p. 57).

A Ucrânia tornou-se independente, porém não houve a correspondente revolução social visto que a antiga elite comunista permaneceu no poder (Wilson, 2014, p. 41). Os dois primeiros presidentes, Leonid Kravchuk e Leonid Kuchma, procuraram construir um país a partir dum rascunho já existente e herdado da era soviética. Em 1992, Kuchma foi ao ponto de ter proferido, ao tornar-se primeiro-ministro de Kravtchuk: “Diga-me que tipo de sociedade vamos construir, e eu construí-la-ei.”¹. Porém, o país permaneceu praticamente inalterado nos primeiros anos da sua independência. Assim sendo, a identidade política da Ucrânia permanecia fiel ao modelo comunista e ao seu novo sucessor – a Federação da Rússia. Apesar de, em junho de 1994, o governo ucraniano ter assinado o *Acordo de Parceria e Cooperação* (APC) com a UE (Comunidades Europeias e Ucrânia, 1998), como Serhii Plokhy (2016, p. 421) salienta, pouco foi feito para reforçar esta relação. Ainda assim, foi o primeiro acordo deste tipo que a UE ofereceu a um estado pós-soviético. No entanto, no mesmo ano um APC foi assinado também com a Rússia e a Moldávia. Se por um lado, isto demonstrou a vontade da UE de estabelecer laços mais estreitos com países do antigo bloco soviético, promovendo estabilidade e reformas democráticas na região, por outro lado, deixou claro o objetivo da Ucrânia de se aproximar da Europa e de se distanciar da esfera de influência da Rússia, que é uma questão particularmente sensível dada a herança soviética.

Para além de criar um sistema político e afirmar o país internacionalmente, o desafio nesta primeira fase, também consistia em reformular a identidade ucraniana. Após conquistar a sua independência, considerava-se que a Ucrânia não podia traçar o seu destino em *medias res*: entre o colonialismo e a independência, entre Kyiv e Moscovo, entre a Europa e a Eurásia (Kis, 1998, p. 13). O estabelecimento de um Estado democrático de sucesso ajudaria a cimentar o sentido de identidade nacional dos ucranianos. Conforme salientam vários estudiosos, nomeadamente Wilson (2015, pp. 207-211), a Ucrânia não era uma entidade homogênea. Poucos Estados o são, mas a

¹ Em ucraniano: Скажіть мені, яку країну треба будувати, і я буду будувати. Esta frase, amplamente difundida entre os ucranianos, tornou-se associada aos períodos de mandato de Leonid Kuchma.

Ucrânia herdou um conjunto de diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e regionais que são mais complexas do que a maioria – muitas das quais dividem os ucranianos entre si tanto como os separam dos outros. Além de mais, a Ucrânia, nesta fase, ainda não se tinha libertado do feitiço da antiga metrópole e do complexo de inferioridade dos governos provincializados à força, ou seja, habituados a um papel subalterno e dependente em relação à antiga metrópole. Roman Kis (1998, p. 13) sublinha que a Ucrânia se tornou politicamente independente, mas a sua liberdade psicológica e cultural apenas pode ser conquistada através da desconstrução da ideia de império, que ainda “desfigura o espaço nacional a partir de dentro”.

Assim sendo, nos primeiros anos de independência a Ucrânia estava a talhar o seu caminho, embora de uma maneira hesitante. A partir de 1991, a Ucrânia foi governada através de um regime presidencial “semi-autoritário” por Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004). Para Goebel, semi-autoritarismo denota uma forma de governo que não é nem totalmente democrática nem totalmente autoritária. Pode ser o resultado de um regime autoritário que adotou algumas das características de uma democracia, ou de uma democracia que restringiu as liberdades políticas ou civis. É um regime que se enquadra numa zona cinzenta, isto é, entre a democracia e o autoritarismo (Goebel, 2011). É importante percebermos o que foi o primeiro mandato de Kuchma sobretudo para conseguirmos entender como era conduzida a política externa nos primeiros anos da independência da Ucrânia.

O primeiro mandato (1994-1999) de Kuchma, que sucedeu ao Kravchuk no meio de uma crise política, foi inicialmente percecionado como bastante promissor tendo sido marcado por esforços para estabilizar a economia e consolidar a independência da Ucrânia. Inicialmente, Kuchma procurou estabelecer um equilíbrio entre desenvolver as relações com o Ocidente e preservar os laços com a Rússia criando assim um sistema multivectorial na Ucrânia. Isto é evidenciado na *Estratégia de Segurança Nacional da Ucrânia* de 1997, aprovada pela Verhovna Rada, o Conselho Supremo da Ucrânia, que é o poder legislativo unicameral da Ucrânia, em que se reflete o desejo de manter boas relações com a Rússia, enquanto se procura a integração com a UE e a NATO (Verhovna Rada, 1997).

Em 1994, a Ucrânia foi o primeiro estado da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), uma organização intergovernamental regional constituída por 9 repúblicas que antes integravam a União Soviética, a se juntar à *Parceria para a Paz* (PpP) da NATO (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, 2021). A PpP foi

um programa importante na medida em que não só permitiu à Ucrânia e aos restantes participantes que desenvolvessem um relacionamento individual com a NATO, escolhendo as suas próprias prioridades de cooperação e o nível e ritmo de progresso, como também foi uma das primeiras janelas abertas para o diálogo multilateral (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024). Aqui, também é importante sublinhar que o comportamento hesitante da NATO em relação à questão da abertura da Aliança aos países da Europa Central e do Leste, incluindo aqueles que tinham sido parte da União Soviética, resultou não apenas de dúvidas sobre as tensões que o alargamento colocaria na própria organização, mas também por receios quanto à reação da Rússia face à expansão do seu antigo inimigo da Guerra Fria (Deugd, 2007, p. 46). Contudo, ainda em julho de 1997, a Ucrânia e a NATO assinaram *Carta sobre uma Parceria Distinta entre a Ucrânia e a NATO* a confirmar o estreitar destes laços: “uma Ucrânia independente, democrática e estável é um dos fatores-chave para garantir a estabilidade na Europa Central e do Leste, e no continente como um todo” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2009). Nesta perspetiva, a NATO também assinaria um acordo igualmente importante com a Rússia.

Da mesma forma, a relação entre a UE e a Ucrânia inicialmente parecia bastante promissora. Durante o primeiro mandato de Kuchma, em junho de 1994, o governo ucraniano assinou o APC com a UE, o primeiro acordo deste tipo a ser assinado com uma antiga república da URSS, como foi anteriormente salientado. De acordo com as disposições do APC, os seus principais objetivos eram: (1) “proporcionar um enquadramento adequado ao diálogo político entre as Partes, permitindo o desenvolvimento de relações políticas estreitas”; (2) “promover o comércio e o investimento e relações económicas harmoniosas entre as Partes, de modo a fomentar o seu desenvolvimento sustentável”; (3) “proporcionar uma base para uma cooperação económica, social, financeira, civil, científica, tecnológica e cultural mutuamente vantajosa”; e (4) “apoiar os esforços ucranianos para consolidar a sua democracia e desenvolver a sua economia e concluir a transição para uma economia de mercado (Comunidades Europeias e Ucrânia, 1998). No dia 1 de março de 1998, o APC finalmente entrou em vigor e a Ucrânia foi rápida em lançar o próximo passo para se aproximar à UE.

A 11 de junho de 1998, Kuchma assinou o *Decreto sobre a Aprovação da Estratégia de Integração da Ucrânia à UE*, colocando assim o país numa trajetória diferente da Rússia e da Bielorrússia, que nunca procuraram a adesão à UE:

“Os interesses nacionais da Ucrânia exigem a afirmação da Ucrânia como um Estado europeu influente, membro pleno da UE. Com a esperada expansão da UE nos próximos anos - a adesão da Polónia e da Hungria à UE - a Ucrânia fará fronteira com a UE, criando uma situação geopolítica nova. Em relação a isso, é necessário um claro e abrangente delineamento da estratégia de política externa para a integração da Ucrânia no espaço político (incluindo a esfera da política externa e de segurança), informativo, económico e jurídico europeu.” (Verkhovna Rada, 1998)

Sendo assim, neste decreto, Kuchma anunciou oficialmente a intenção de aderir à UE e de garantir a entrada da Ucrânia no “espaço político, económico e jurídico europeu” (Verkhovna Rada, 1998). Desta forma, em termos de retórica, a política no papel colocava a Ucrânia no mesmo caminho que outros estados pós-comunistas fora da CEI, tais como os países Bálticos. (Deugd, 2007, p. 68).

A UE respondeu a esta medida em 11 de dezembro de 1999 com a adoção da *Estratégia Comum da UE*. Neste documento, foi explicitamente reconhecido que:

“A parceria estratégica entre a UE e a Ucrânia, baseada em valores compartilhados e interesses comuns, é um fator vital que melhora a paz, a estabilidade e a prosperidade na Europa. A liberdade, a independência e a estabilidade da Ucrânia estão entre as maiores conquistas na nova Europa livre de antigas linhas divisórias. A geografia, bem como o tamanho, os recursos de sua população, bem como a sua localização ao longo do eixo Norte-Sul e Leste-Oeste dão à Ucrânia uma posição única na Europa e a tornam um ator regional determinante”. (Conselho Europeu, 1999)

Ainda assim, embora a *Estratégia Comum da UE* sobre a Ucrânia reconhecesse a importante contribuição que o país poderia dar à comunidade de segurança euro-atlântica, a UE não avançou para a questão do pedido de adesão da Ucrânia. Os motivos para esta decisão estão interligados como a política doméstica de Kuchma, analisada mais adiante. A UE apenas declarou que “continua firmemente comprometida em trabalhar com a Ucrânia a nível nacional, regional e local, a fim de apoiar uma

transformação política e económica bem-sucedida na Ucrânia, o que facilitará a maior reaproximação da Ucrânia com a UE” (Conselho Europeu, 1999).

Em linhas gerais, até à Revolução Laranja, para Taras Kuzio (2012b, p. 396), a relação entre a Ucrânia independente e o “Ocidente” pode ser dividida em três fases: 1ª fase é caracterizada por Desinteresse (1991-1994); 2ª fase como uma Parceria (1994-99) e a 3ª fase pautada pela Desilusão (2000-2004). Todas estas fases estão profundamente relacionadas com a política interna e com a relação entre a Ucrânia e a Rússia.

Uma vez eleito, Kuchma deixou bem claro que nunca sugeriu que “a Ucrânia se tornaria parte do império russo”, pois para ele “as relações da Ucrânia com a Rússia são estratégicas, mas não devem ser às custas de outros países a leste e a oeste” (Nahaylo, 1999, p. 474). Durante o seu primeiro mandato, em contraste com a intensificação das relações com o Ocidente, observou-se um arrefecimento evidente nas relações bilaterais entre a Ucrânia e a Rússia. Entre as principais causas deste arrefecimento estava a questão da Frota Russa no Mar Negro (FRMN) e a criação da CEI.

A questão da FRMN prende-se com o facto de que, com a independência da Ucrânia, a Rússia perdeu parte das bases da Frota no Mar Negro, bem como os grupos de bombardeiros estratégicos e mísseis armados com mais de 1700 ogivas nucleares estacionados na Crimeia (Olszafski, 2001, p. 35). Em 1997, foi assinado o *Tratado de Partição sobre a Frota do Mar Negro* que assegurou a soberania ucraniana sobre a península da Crimeia, no entanto permitindo à Rússia arrendar “terrenos e instalações de infraestruturas costeiras neles localizados, bem como a área marítima das baías da cidade de Sebastopol e do porto de Teodósia” (Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa, 1997). Este acordo, fruto de uma análise pragmática dos interesses de ambos os lados, não satisfaz completamente nenhuma das partes, mas foi considerado aceitável. A Rússia garantiu a permanência da base militar e mitigou a ameaça de adesão ucraniana à NATO, prevenindo assim a presença da Aliança na região norte do Mar Negro.

Embora a Ucrânia tenha sido um dos Estados fundadores da CEI, ao assinar o *Acordo de Belaveja* juntamente com a Bielorrússia e a Rússia, documento no qual reconheceram a dissolução da URSS e declararam que “as Altas Partes Contratantes formam a Comunidade de Estados Independentes” (República da Bielorrússia, Federação Russa & Ucrânia, 1991), o seu nível de envolvimento na organização permaneceu limitado, refletindo uma abordagem cautelosa em relação à integração regional. Dado que o país estava, novamente, ansioso para salvaguardar a sua

independência recém-descoberta, a CEI foi considerada um instrumento para lidar com o legado do passado e referida como “uma forma civilizada de divórcio” (Nahaylo, 1999, p. 427). Além disso, a Ucrânia recusou assinar a *Carta da CEI*, que foi adotada em Minsk em 22 de janeiro de 1993, e, neste sentido, *de jure* a Ucrânia não era considerada um estado-membro da Comunidade, mas apenas um dos fundadores. A Ucrânia também se absteve na participação da criação da União Aduaneira e recusou-se a assinar o *Tratado sobre o Aprofundamento da Integração Económica e Humanitária*, que foi adotado em Moscovo em 29 de março de 1996, e que procurava desenvolver a CEI como uma espécie de UE. Podemos depreender o receio ucraniano de que a CEI se tornaria num veículo para as aspirações hegemónicas russas, tendo por isso resistido veementemente a qualquer plano desse tipo.

Neste sentido, ao reforçar os laços com os seus vizinhos a ocidente e procurar apoio na estabilidade política e de segurança que estes países ofereciam, a Ucrânia contrabalançava a sua relação com Rússia. No entanto, Kuchma precisava de manter um equilíbrio delicado entre as fronteiras ocidentais e orientais, de modo a evitar a alienação de qualquer uma das partes e preservar a independência estratégica do país face às influências russas, ao mesmo tempo em que buscava a aproximação com o Ocidente. Contudo a dependência da Ucrânia em relação à Rússia foi usada por esta última, não apenas para persuadir a primeira a se juntar à CEI, mas também para fazê-la concordar com uma redução substancial da dívida acumulada, em troca da aquisição de uma participação na rede de gasodutos que atravessava o território ucraniano (Olszafski, 2001, p. 40). Com cerca de 90% da exportação russa de gás e petróleo para os países da Europa Ocidental passando pela Ucrânia, a Rússia procurou impedir que a Ucrânia bloqueasse o trânsito de energia, bem como que o desviasse para seu próprio uso, como um meio de equilibrar as pressões que estavam sendo exercidas sobre ela (Olszafski, 2001, p. 44). Desta maneira, a Ucrânia não tinha possibilidade de conseguir sair de forma plena da esfera de influência da Rússia.

Neste sentido, em 31 de maio de 1997, foi assinado o *Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Rússia*, que entrou em vigor em 1 de abril de 1999. O acordo tinha como objetivo fortalecer as relações bilaterais, reconhecendo a integridade territorial da Ucrânia, incluindo a Crimeia, e estabelecendo um compromisso de cooperação em várias áreas, como segurança, economia e proteção dos direitos das minorias nacionais (Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa, 1998). O Artigo 2 do Tratado expressamente afirmava que ambas as partes deveriam

honrar a integridade territorial uma da outra, um princípio fundamental que posteriormente se tornou central nas disputas territoriais entre os dois países.² O Artigo 3 detalhava que as relações deveriam ser estruturadas com base na igualdade soberana e na inviolabilidade das fronteiras.³

2.Desafio ao Regime: entre a Reforma e a Revolução

Foi sobretudo o segundo mandato de Kuchma (1999-2004) que deu origem à Revolução Laranja. Após a sua reeleição, em 1999, Kuchma comprometeu-se a aprofundar as reformas económicas em curso, com o objetivo de promover uma maior estabilidade e crescimento no país (Kuzio, 2009, p. 57). Entre as suas promessas mais significativas estavam a conclusão das reformas administrativas, a implementação de um sistema parlamentar bicameral e o reforço da devolução de poderes às regiões, visando descentralizar a gestão governamental (Kuzio, 2009, p. 38). Outro ponto central da sua política foi a manutenção do não alinhamento da Ucrânia, um esforço para equilibrar as relações do país com o Ocidente e a Rússia, sem se comprometer formalmente com alianças militares. Estas promessas refletiam tanto o desejo de modernização interna quanto a necessidade de preservar a estabilidade geopolítica da Ucrânia, especialmente num contexto de pressões crescentes tanto da UE quanto da Rússia (Deugd, 2007).

Contudo, muitas das reformas económicas propostas por Kuchma não foram levadas a cabo, ou pelo menos não na sua plenitude. Como resultado, um pequeno grupo de empresários, os chamados “oligarcas”, conseguiu adquirir o controlo sobre certos setores-chave da economia e, assim, ganhar poder e riqueza (Kuzio, 2009). Segundo Heiko Pleines, o termo “oligarca” denota, entre outras coisas, empresários que utilizam a sua riqueza para exercer influência política. Neste contexto, o conceito de oligarca está igualmente associado à corrupção política, sendo frequentemente utilizado

² Artigo 2: “As Altas Partes Contratantes, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas e os compromissos assumidos no Ato Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, respeitam a integridade territorial uma da outra e confirmam a inviolabilidade das fronteiras existentes entre elas.” (Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa, 1998)

³ Artigo 3: “As Altas Partes Contratantes baseiam as suas relações mútuas nos princípios do respeito recíproco pela igualdade soberana, integridade territorial, inviolabilidade das fronteiras, resolução pacífica de litígios, não utilização da força ou ameaça de força, incluindo meios económicos e outras formas de pressão, direito dos povos à autodeterminação, não ingerência nos assuntos internos, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, cooperação entre os Estados, cumprimento de boa-fé das obrigações internacionais assumidas, bem como outras normas universalmente reconhecidas do direito internacional.” (Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa, 1998)

na análise de sistemas formalmente democráticos com tendências autoritárias, como aqueles encontrados na América Latina, no Sudeste Asiático e, desde a década de 1990, na Europa de Leste. Na Ucrânia pós-soviética, a influência dos oligarcas foi vista como uma característica central do regime político. Quando os oligarcas conseguiram garantir uma maioria pró-presidencial no parlamento em 2000, atraindo deputados de outras facções parlamentares, o seu poder tornou-se evidente. Para a oposição, os oligarcas passaram a ser um símbolo das estratégias corruptas e antidemocráticas de concentração de poder do Presidente Leonid Kuchma (Pleines, 2016).

A corrupção no país estava cada vez mais desenfreada, conforme indicado no relatório da *Transparency International* de 2003, no qual a Ucrânia ocupava a 106.^a posição entre 133 países avaliados, posicionando-se, portanto, entre as nações mais corruptas (*Transparency International*, 2003). Kuchma não demonstrava um compromisso genuíno com a adoção, e subsequente incorporação prática, dos valores compartilhados pelos países da América do Norte e da Europa Ocidental. No entanto, no âmbito da política internacional, existiam razões estratégicas para que as elites do país apoiassem o discurso em prol da adoção de um novo conjunto de valores, uma vez que isso poderia garantir o reconhecimento da Ucrânia como um parceiro confiável e, em última instância, facilitar o acesso a recursos e assistência externa (Deugd, 2007, p. 17).

Em 2000, a Ucrânia entrou numa fase de instabilidade política tanto na vertente doméstica quanto no plano internacional, exacerbada pelo escândalo político amplamente conhecido como *Kuchmagate*. No dia 28 de novembro de 2000, o líder do partido socialista, Oleksandr Moroz, divulgou gravações feitas no gabinete de Kuchma entre 1998 e 2000. As gravações fornecem evidências de muitos atos ilegais: venda não declarada de armas no exterior; fraude na eleição presidencial de outubro-novembro de 1999 e no referendo de abril de 2000; perseguição de jornalistas independentes; manipulação de investigações de lavagem de dinheiro dos EUA; corrupção de alto nível; abuso de poder e uso indevido de fundos públicos; e violência contra políticos e jornalistas (Kuzio, 2009, p. 42). Além disso, nestas gravações Kuchma ordenou ao ministro do interior, que “resolvesse” a questão envolvendo o jornalista Georgiy Gongadze, um crítico notório do governo e ativista contra a corrupção. Gongadze desapareceu no dia 16 de setembro daquele ano e o seu corpo decapitado foi encontrado perto de Kyiv a 5 de novembro. O surgimento destas gravações, que implicavam diretamente Kuchma no assassinato de Gongadze, deu origem a uma profunda crise

política, considerada a mais intensa desde a independência do país. Este episódio, conforme vários autores sublinham, não abalou apenas a legitimidade do governo, mas também preparou o terreno para a Revolução Laranja, que ocorreria quatro anos mais tarde, marcando um ponto de inflexão na política ucraniana.

Inicialmente, as autoridades negaram a autenticidade das gravações, insistindo que se tratavam de falsificações. Contudo, à medida que a evidência de sua existência se tornou inquestionável, a narrativa oficial mudou, passando a alegar que as gravações foram manipuladas, com trechos emendados para gerar citações incriminatórias contra o presidente. Apesar disso, grande parte da população ucraniana aceitou a veracidade das gravações, uma vez que as revelações correspondiam às suspeitas que muitos já nutriam em relação à conduta corrupta dos seus líderes. O Presidente Kuchma recorreu a uma retórica herdada da era soviética ao descrever o *Kuchmagate* como uma campanha de “provocação consciente e claramente planeada”, um argumento ao qual permaneceu fiel ao longo da crise (Kuzio, 2009, p. 42).

Neste sentido começaram os primeiros protestos, que atingiram o seu auge entre o final de 2000 e o início de 2002, sob a égide do movimento popular *Ucrânia sem Kuchma*. O movimento foi apoiado principalmente por partidos de oposição, como o Partido Socialista de Oleksandr Moroz e o Partido da Pátria de Yuliya Tymoshenko, que juntos formaram a Frente de Salvação Nacional. Esta tinha como objetivo coordenar as atividades do movimento, que exigia a renúncia de Kuchma e uma reforma política profunda. Estas manifestações foram secundarizadas pelas autoridades, que as rotularam como movimentos organizados por “pseudo-oposicionistas” e “revolucionários profissionais” que eram como um “rebanho de gado” e um “circo” que representava desempregados que eram pagos do exterior. Mais ainda, as ações foram supostamente baseadas em motivos antipatrióticos e ameaçaram a independência e a integridade territorial da Ucrânia porque eram “extremistas” e “nacional-socialistas” (Kuzio, 2009, p. 42). Pela primeira vez, a comunicação social estatal ucraniana exibiu programas com forte teor antiocidental, acusando o Ocidente de conspiração com o objetivo de destituir Kuchma e substituí-lo por Viktor Yushchenko, visto como um líder mais favorável aos interesses ocidentais.

A resposta do governo aos protestos foi agressiva e calculada. Em março de 2001, *Ucrânia sem Kuchma* começou a perder força após as autoridades terem utilizado violência contra os manifestantes. Embora o movimento não tenha alcançado o seu objetivo imediato, ou seja, a remoção de Kuchma do poder, minou severamente a

legitimidade das elites governantes, desacreditou Kuchma, criou um grupo de ativistas e despertou os jovens de sua apatia política. Muitos dos jovens e ativistas da crise do *Kuchmagate* passaram a desempenhar papéis importantes nas campanhas eleitorais de 2002 e 2004 da oposição e papéis estratégicos na Revolução Laranja. Conforme sublinha Serhiy Kudelia (2009, p. 76), as provas que indicavam a responsabilidade do presidente Kuchma pelo assassinato de Gongadze levaram a dois pilares de uma estrutura de ação coletiva: um sentimento de injustiça e um elemento de identidade. Apesar de terminar de forma violenta e de não atingir os seus objetivos declarados, *Ucrânia sem Kuchma* teve um efeito profundo na sociedade e na elite política (Kudelia, 2009, p. 77). Na prática, reorganizou as relações entre o Estado e a sociedade, abriu um espaço político para a oposição democrática e vinculou a questão de maior democratização à ideia de mudança institucional.

Para Kudelia (2009), *Ucrânia sem Kuchma* representa um dos primeiros marcos significativos no caminho democrático da Ucrânia. Na medida em que este movimento não despertou apenas e mobilizou a sociedade civil, evidenciando o fenômeno da “*demonstration politics*”, conforme abordado por Steve Fish (1996), mas também estabeleceu um cenário que se repetiria ao longo do percurso da Ucrânia independente. Este fenômeno traduz-se num cenário em que os protestos de rua contínuos se tornam o canal para a expressão do descontentamento público, ou seja, o meio de comunicação de sociedade frustrada que exige mudança (Kowal, Mink, & Reichards, 2019).

Após superar, ainda que por margem estreita, a mais grave crise política até então enfrentada, a elite governante ucraniana viu-se diante de novos e importantes desafios no cenário pós-crise. As prioridades das autoridades consistiam em restaurar o controle estatal sobre a esfera política e social, além de recuperar a legitimidade junto da população. Estas tarefas, contudo, foram consideravelmente dificultadas pelo surgimento de uma oposição organizada e expressiva, que reunia forças políticas de diversos espectros ideológicos, tornando o ambiente político ainda mais volátil. Este tornou-se mais intenso nas vésperas das eleições parlamentares de 2002, com a formação do bloco oposicionista *Nossa Ucrânia*, liderado pelo ex-primeiro-ministro Viktor Yushchenko (Kuzio, 2005, p. 121). Este bloco não reunia somente a tradicional oposição nacional-democrática, mas também incluía antigos funcionários do governo que se opunham ao regime promovido por Kuchma, criando, assim, uma frente ampla. Desta forma, Yushchenko já era amplamente reconhecido como o líder político mais

popular da Ucrânia, com um nível de confiança de 38%, o mais elevado entre os políticos do país (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2002).

Enquanto isso, entre os políticos leais a Kuchma, Viktor Yanukovych, então primeiro-ministro desde 2002, destacou-se devido à sua posição de liderança e influência nas políticas governamentais. A estratégia principal de Kuchma foi a de retratar Yushchenko como um radical nacionalista, alegando que ele oprimiria a população de língua russa, bem como a de promover a narrativa antiocidental e antiamericana, com o apoio explícito das autoridades russas, que viam em Yanukovych um aliado mais em linha com os seus interesses geopolíticos (Kuzio, 2005).

Este confronto político entre Yushchenko e Yanukovych, amplificado pelas estratégias de polarização e o envolvimento direto da Rússia, não só acirrou as tensões internas, mas também abriu o caminho para as profundas divisões políticas que viriam a marcar a realidade ucraniana nos anos seguintes, culminando, eventualmente, na Revolução Laranja (Kudelia, 2009).

Em paralelo às crescentes tensões internas, o governo de Kuchma começou a perder a confiança e o apoio que até então parecia estar a conquistar ao Ocidente. A deterioração da relação com os países ocidentais foi agravada pelo crescente autoritarismo do regime (McFaul, 2007, p. 68). De acordo com o relatório de *Freedom House* de 2002, a Ucrânia foi classificada como “parcialmente livre”, com uma pontuação de 4/7 em liberdade política e 4/7 em direitos civis, refletindo a crescente repressão política e a limitação das liberdades, especialmente após o assassinato de Gongadze (Freedom House, 2002, p. 619).

Em resposta a este escândalo, o governo dos EUA, sob a administração de George W. Bush, tomou uma série de medidas diplomáticas que isolaram o líder ucraniano. Um dos gestos mais simbólicos foi a resposta negativa ao pedido de uma visita presidencial a Washington, que Kuchma havia solicitado em busca de legitimação e apoio internacional. Mais ainda, durante a Cimeira da NATO em Praga, em 2002, que contou com a presença tanto de Bush quanto de Kuchma, as autoridades americanas adotaram medidas adicionais para distanciar-se do presidente ucraniano. A língua oficial do evento foi alterada de inglês para francês, de modo a evitar que Kuchma se sentasse próximo a Bush, já que em francês Washington foi elencado como “États-Unis d'Amérique”. Esta mudança de protocolo foi interpretada por Kuchma como um claro sinal de desprezo por parte dos EUA (McFaul, 2007, p. 67).

Em suma, escândalos domésticos, juntamente com a crescente dependência de Kuchma dos oligarcas, levaram ao isolamento gradual da Ucrânia do Ocidente. Embora a retórica de Kuchma continuasse a promover a integração com a Europa, o desfasamento entre esta retórica, as suas políticas domésticas e a reputação internacional agravou-se. Neste sentido, ainda no verão de 2004, o governo de Kuchma tomou uma posição clara ao rejeitar oficialmente a meta de adesão da Ucrânia tanto à NATO como à UE (Simon, 2006, p. 7).

Em 2000, a Ucrânia entrou em uma “zona cinzenta política de regimes híbridos”, que alguns académicos definem como “autoritarismo competitivo”. Embora tenham instituições democráticas formais que permitem uma contestação política limitada, estes regimes também são caracterizados pelo abuso constante de princípios democráticos pela elite governante (Kudelia, 2009). O confronto crescente entre as autoridades e as elites da oposição na Ucrânia surgiu em resposta ao colapso da confiança da sociedade nas instituições estatais. De acordo com o KIIS, em 2000, 27% da população confiavam total ou parcialmente no Presidente, enquanto em 2002 esse número caiu para apenas 12% (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2002). No caso da Ucrânia, o Estado de Direito foi minado pelos mecanismos de controlo informal; a sociedade civil permaneceu subdesenvolvida e rigidamente controlada pelo estado; as eleições foram fraudulentas; e a responsabilização horizontal do executivo foi minada pela dominação do presidente relativamente aos outros ramos do poder.

Na véspera da Revolução Laranja, a Ucrânia de Kuchma começou a perder o apoio e a credibilidade do Ocidente devido às suas políticas autoritárias, enquanto se reaproximava da Rússia. As tensões entre os principais candidatos à presidência, Viktor Yanukovych e Viktor Yushchenko, intensificaram-se à medida que se aproximavam as eleições. A desconfiança crescente da sociedade em relação ao governo criou um ambiente propício para a Revolução, cuja primeira faísca foi acesa durante o *Ucrânia sem Kuchma*.

Em primeiro lugar, a designação “Revolução Laranja” advém das cores utilizadas pela campanha eleitoral de Yushchenko. Além disso, a escolha do termo semeou a ideia de que a Ucrânia poderia ter a sua própria versão de “revolução de veludo” (como na Checoslováquia em 1989), de “revolução cantada” (como nos Estados Bálticos em 1991) ou de “revolução rosa” (como na Geórgia em 2003) (Wilson, 2005, p. 99). No entanto, Wilson (2015) também observa que a Revolução na Ucrânia poderia e deveria ter começado logo em 2000. O *Kuchmagate* demonstrou o

descontentamento da sociedade com o seu governo e em 2000 que a oposição ao governo de Kuchma se começou a consolidar, liderada por figuras como Yulia Tymoshenko, com o slogan “Acorda, Ucrânia”, Oleksandr Moroz e, mais tarde, Viktor Yushchenko. A Revolução Laranja foi possível porque líderes desempenharam um papel crucial na preparação gradual do terreno para as reformas de que o país precisava (Freire, 2006, p. 53). Embora as aspirações revolucionárias tenham nascido anos antes foi, em 2004, que atingiu o seu clímax, ou seja, culminando na Revolução Laranja, que representou o auge da contestação popular e da busca por mudanças políticas profundas.

Conforme aponta Plokhy (2023, p. 76), são vários os fatores que contribuíram para o eclodir desta, entre os quais o conflito prolongado e não solucionado entre os ramos presidencial e legislativo do governo; a divisão que se verificava entre a elite política, incluindo os oligarcas que apoiavam lados opostos com os seus recursos mediáticos; e, por último, mas não menos importante, o apoio pouco entusiástico de Kuchma a Yanukovych, que não era a sua melhor escolha como sucessor, mas que lhe fora imposto pelas circunstâncias.

Para Plokhy (2016, p. 430), o mês de outubro de 2004 alterou o rumo da história da Ucrânia democrática quando os cidadãos se dirigiram às urnas para votar num dos 24 candidatos presidenciais. Viktor Yushchenko ficou em primeiro lugar, seguido por Viktor Yanukovych, com ambos a obter cerca de 40% dos votos (Comissão Eleitoral Central, 2004c). Isso levou à segunda volta no dia 21 de novembro, na qual Yushchenko conseguiu o apoio da maioria dos eleitores cujos candidatos não tinham passado à primeira volta. De acordo com as sondagens independentes, realizadas durante a segunda volta, Yushchenko liderava claramente com 53% dos votos, enquanto Yanukovych tinha 44% (Plokhy, 2023, p. 430). No entanto, quando a comissão eleitoral, controlada pelo governo, divulgou os resultados oficiais, a maioria dos eleitores ucranianos ficou surpresa, pois de acordo com o anúncio oficial, Yanukovych venceu com 49,5% dos votos contra 46,9% de Yushchenko (Comissão Eleitoral Central, 2004a). Os resultados foram falsificados, tendo gravações de conversas telefônicas entre membros da equipa de campanha de Yanukovych revelado interferência no servidor da comissão eleitoral estatal e, deste modo, alterando os resultados (Plokhy, 2023, p. 430). Mais ainda, existem relatos de apoiantes pagos por Yanukovych que usaram documentos especiais para votar repetidamente enquanto eram transportados de autocarro para diferentes mesas eleitorais (Krushelnycky, 2006, p. 14).

Conforme Taras Kuzio (2006b) e Askold Krushelnycky (2006, p. 9) argumentam, os ucranianos estavam numa “encruzilhada histórica”. Estas eleições eram as mais importantes desde a sua independência, pois o resultado determinaria se a Ucrânia seguiria um caminho em direção ao Ocidente, rumo à democracia, ou se seria absorvida por um novo império autoritário russo em formação. Portanto, nesta encruzilhada histórica, a decisão era entre uma Ucrânia voltada para o Ocidente, liderada por Yushchenko, e uma Ucrânia oriental a olhar na direção contrária, sob Yanukovich (Freire, 2006, p. 54).

A equipa de Yushchenko não se estava a preparar secretamente para a Revolução, porém já se esperava a mobilização da população nas ruas (Wilson, 2005, p. 123). Na verdade, Yushchenko não teve de convencer ninguém a sair à rua e no dia 22 de novembro milhares de apoiantes da oposição encheram Maidan (Praça de Independência). Em qualquer caso, como se esperava uma fraude em massa, teria sido uma surpresa genuína se a oposição simplesmente se acomodasse e aceitasse a situação (Wilson, 2005, p. 123). Nos dias e semanas seguintes, graças à chegada de apoiantes vindos de outras regiões, o número de participantes da Revolução aumentou para cerca de meio milhão. Segundo Plokhyy (2016, p. 431), as câmaras que capturaram as imagens de Maidan e as transmitiram para todo o mundo fizeram com que os europeus vissem a Ucrânia, pela primeira vez, como algo mais do que apenas uma região distante no mapa deixando claro que os seus habitantes desejavam liberdade e justiça.

A Europa e o mundo não permaneceram indiferentes à crise na Ucrânia. A realização da segunda volta das eleições presidenciais na Ucrânia não cumpriu critérios importantes da OSCE, bem como não foi ao encontro dos padrões do Conselho da Europa e outros critérios democráticos aplicáveis às eleições europeias (Ukrainska Pravda, 2004b). Esta situação acabou por gerar uma forte reação da UE, e de acordo com as declarações de Bernard Bot, ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, que então presidia ao Conselho da UE, os 25 países-membros da União expressaram a sua preocupação com a forma como as eleições foram conduzidas, considerando que não cumpriram os padrões internacionais para eleições democráticas (Ukrainska Pravda, 2004a). Esta postura cautelosa, simbolizada pela analogia feita por Bot sobre o “tango” que requer um equilíbrio entre as partes, revelou o desejo da UE de manter uma relação próxima com a Ucrânia, mas somente sob a condição de respeito dos princípios democráticos e da legitimidade eleitoral (Ukrainska Pravda, 2004a). Os políticos europeus intervieram ativamente na situação e desempenharam um papel

crucial na sua resolução. Destacou-se, em particular, o presidente polaco, Aleksander Kwaśniewski, que foi fundamental ao persuadir Leonid Kuchma a aceitar a decisão do Supremo Tribunal da Ucrânia, que tinha anulado as eleições devido a evidências de fraude (Ploky, 2016, p. 431).

Praticamente um mês depois, os dois opositores conseguiram chegar a uma solução. O lado de Yanukovych concordou com uma nova volta eleitoral em troca de uma promessa de alteração da Constituição por parte de Yushchenko no sentido de limitar as prerrogativas presidenciais (Ploky, 2023, p. 77). No dia 26 de dezembro, à terceira volta das eleições presidenciais, Yushchenko foi eleito com 52% dos votos contra 44% de Yanukovych (Comissão Eleitoral Central, 2004b). Conforme Wilson (2005, p. 175) observa, o encerrar do capítulo da Revolução Laranja não é consensual. Para uns é no dia 8 de dezembro quando a Verkhovna Rada aprovou a destituição da Comissão Eleitoral Central, que tinha sido acusada de liderar a fraude eleitoral a favor de Yanukovych. Para outros, foi apenas com a terceira volta das eleições em 26 de dezembro de 2004, enquanto outros defendem que o fim se deu com a posse de Yushchenko em 23 de janeiro de 2005. Na verdade, existe uma visão mais ampla, que considera que a Revolução Laranja não terminou definitivamente, mas sim que o processo de transformação social e política da Ucrânia é contínuo e pode ainda levar anos para ser plenamente consolidado. Assim sendo, esta ambiguidade sobre o término da Revolução reflete a complexidade do processo de transição democrática na Ucrânia e a luta constante entre forças políticas internas, além da influência externa, particularmente a relação com a Rússia e a integração com a Europa.

Para Timothy Snyder (2019, p. 130), a Revolução Laranja foi um momento importante da história ucraniana porque confirmou a democracia como princípio de sucessão. A Revolução Laranja representou uma nova fase no desenvolvimento da sociedade ucraniana, simbolizando o fim de uma época política marcada por um sistema híbrido de tipo soviético. Esta revolução não evidenciou apenas as aspirações do povo ucraniano por uma mudança significativa, mas também refletiu uma transição crítica nas estruturas políticas e sociais do país (Stepanenko, 2005, p. 614).

Em suma, a Revolução, caracterizada por uma mobilização popular sem precedentes e uma vontade clara por reformas democráticas, desafiou a ordem estabelecida pós-soviética. Esta transformação foi essencial para redefinir a identidade política da Ucrânia e o seu posicionamento em relação ao Ocidente, contribuindo para um processo de democratização que nesta fase ainda estava em curso (Zarembo, 2006).

A Ucrânia entrava no novo século com um sistema semipresidencialista caracterizado por separação dos poderes governativos. Foi tudo menos um desfecho ideal, pois, com o novo sistema, nem o presidente nem o primeiro-ministro dispunham de poder suficiente para concretizar políticas de modo independente, contudo, foi o desfecho que salvou a democracia ucraniana (Ploky, 2023, p. 77). Assim sendo, a vitória de Yushchenko pautou apenas o início do caminho democrático que a Ucrânia tinha de percorrer.

3. A Revolução Laranja, Ocidente e Rússia

Numa perspectiva geopolítica, a Ucrânia, situada entre a Rússia e a UE, após a Revolução, teria de encontrar um lugar para si sem agravar as relações com nenhum dos seus grandes vizinhos (Hillenbrand & Kempe, 2005, p. 51). Hryhoriy Nemyria (2005, p. 33), argumenta que após a Revolução Laranja: “A Ucrânia reinventou-se como nação e a sociedade ucraniana redescobriu-se como sociedade civil. Já não é apenas uma bela adormecida, à espera de ser despertada. O Homo Sovieticus morreu pacificamente na Ucrânia.”. No Ocidente antecipavam que a “revolução colorida” aproximaria a Ucrânia da UE (Lane, 2008, p. 545). Na Ucrânia, os apoiantes de Yushchenko esperavam que a UE se tornasse parte de “nós”, enquanto o “outro” seria definido como a Rússia (Lane, 2008, p. 545). Desta forma o Ocidente saudou a Revolução Laranja, porém, os desafios persistiam.

Com a sua vitória, em 2005, Yushchenko anunciou o fim do multivectorismo, da política externa mutável, incoerente e ideologicamente vazia de Kuchma (Kuzio, 2006a, p. 89). O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Borys Tarasyuk, prometeu que a política externa da Ucrânia seria agora consistente, previsível e coordenada por um grupo unido que estava ideologicamente empenhado na integração euro-atlântica da Ucrânia (Kuzio, 2006a, p. 89). Contudo, para Kuzio (2012b, p. 396), a política externa da Ucrânia, conduzida em direção ao Ocidente, sob a presidência de Yushchenko seguiu uma trajetória similar à observada durante a presidência de Kuchma, ou seja, evoluindo por três fases distintas: 1ª fase caracterizada por uma Parceria (2005-2006); 2ª fase pela Desilusão (2007-2009); e a 3ª fase pautada pelo Desinteresse (2009-2010).

Após a tomada de posse, Yushchenko anunciou uma agenda de democratização abrangente, destacando que a principal orientação do seu governo seria virada para a Europa, sendo a plena adesão à UE uma prioridade estratégica (Hillenbrand & Kempe,

2005, p. 52). Contudo, para Yushchenko, o foco não estava apenas na adesão à UE, mas sobretudo em alcançar valores essenciais para a nação:

“A política que estamos a definir agora não é para a UE. Esta é a política que estamos a moldar para a nossa nação. Queremos liberdade de expressão e Estado de Direito. Queremos que os valores democráticos sejam respeitados. Queremos que o mercado livre e competitivo funcione. Precisamos destas coisas, independentemente de aderirmos ou não à UE.” (Yushchenko, 2005)

No entanto, as potências ocidentais destacaram que a integração da Ucrânia nas estruturas ocidentais não era apenas uma questão de sua política externa, mas estava intrinsecamente vinculada à estabilidade de suas políticas domésticas, que apresentavam desafios significativos (D’Anieri, 2005). Conforme Javier Solana afirmou: “A qualidade da relação da Ucrânia com a UE dependerá da qualidade da relação da Ucrânia com a democracia.” (Shepherd, 2005, p. 25). Ora o desafio da Ucrânia persistia em implementar reformas e cumprir os critérios de Copenhaga e encontrar parceiros que apoiassem os seus planos de integração ocidental (Hillenbrand & Kempe, 2005, p. 61).

Numa primeira fase, após a Revolução Laranja, em janeiro de 2005, a UE, apesar de evitar cuidadosamente a questão da adesão, ofereceu à Ucrânia o *Plano Ação de Dez Pontos* que visava relações comerciais melhores, mais ajuda, vistos mais fáceis e uma cooperação mais estreita em matéria de segurança e outras áreas (Wolczuk, 2005, p. 1). Embora o Parlamento Europeu tenha apelado aos líderes da UE para darem à Ucrânia uma perspectiva de adesão, a resposta oficial foi cautelosa, reconhecendo apenas que a Revolução Laranja demonstrava que as aspirações europeias da Ucrânia estavam alinhadas com valores comuns partilhados entre os Estados europeus (Wolczuk, 2005, p. 1). A Comissão Europeia insistia que a UE e a Ucrânia deveriam primeiro avançar no âmbito da nova *Política Europeia de Vizinhança* (PEV). A PEV, lançada em 2003, é um mecanismo para uma aproximação de novos Estados nas suas fronteiras e traduz-se numa oferta de maior cooperação e partilha de benefícios, sem conter a perspectiva de adesão futura (Comissão Europeia, 2024). Contudo, como observa Freire (2009, p. 242), a Ucrânia criticou a forma como foi enquadrada na PEV, rejeitando a ideia de ser tratada apenas como vizinha da Europa, uma vez que se vê como parte do continente. Além disso, questionou a ambiguidade da política, que não impede a adesão à UE, mas também não a promove ativamente.

Apesar disso, como resposta à o PEV o governo de Yushchenko criou o cargo de vice-primeiro-ministro para a integração europeia, uma medida que simbolizava o comprometimento com as reformas estruturais necessárias ao progresso europeu do país. Em paralelo, foi adotada a *Estratégia Nacional de Integração Europeia*, que estabeleceu roteiros anuais para a implementação do Plano de Ação UE-Ucrânia (Gabinete de Ministros da Ucrânia, 2005). Em abril de 2005, o governo aprovou o primeiro roteiro para cumprir as metas estabelecidas no plano. Os roteiros de 2005 e 2006 incluíam uma série de iniciativas voltadas para o fortalecimento institucional, a promoção do Estado de direito, o incentivo à democracia, a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), a redução das restrições comerciais e a melhoria do ambiente de investimento, além da aproximação legislativa com os padrões europeus. As reformas implementadas na Ucrânia sob o governo de Yushchenko resultaram em avanços no campo dos direitos humanos e da democratização e, em 2006, a *Freedom House* elevou a designação da Ucrânia para a classificação de “livre”, tornando-a o primeiro estado CEI a consegui-la (Freedom House, 2006).

Tendo em conta a escolha pró-Occidente na política externa durante a presidência de Yushchenko, a UE, embora reconhecendo a importância da Ucrânia no contexto da estabilidade e da segurança no continente, teve de lidar com questões internas e desafios que, em muitos aspetos, se sobrepunham à possibilidade de um alargamento mais profundo (Freire, 2009, p. 243). Nesse sentido, a UE enfrentava uma série de problemas mais urgentes do que a adesão ou a aproximação à Ucrânia. O alargamento concluído em 2004 com a adesão de 10 novos membros, já representava uma tarefa monumental de integração, tendo sido o maior alargamento da história da União (Shepherd, 2005, p. 24). Além disso, dois referendos falhados sobre a “Constituição Europeia” em França e nos Países Baixos, em maio e junho de 2005, sublinharam a vontade pública de proceder primeiro a reformas internas, antes de maiores ambições de política externa, nomeadamente, um alargamento ainda mais abrangente. De acordo com a análise de Ronald Asmus (2005, p. 88), o Ocidente encontrava-se mal preparado para lidar com as implicações geopolíticas decorrentes da Revolução Laranja. Esse “terramoto político”, que consolidou a orientação pró-Occidente da Ucrânia, exigia uma reavaliação da própria política externa ocidental, tanto em termos de segurança quanto de identidade. A Revolução Laranja, além de redefinir a Ucrânia como um ator geopolítico mais alinhado com o Ocidente, reabriu debates fundamentais da década de 1990 sobre as fronteiras da Europa e as estratégias de expansão da NATO e da UE. A questão essencial que surgia

era até onde essas organizações se deveriam expandir para incluir países da antiga esfera soviética, sem comprometer a sua estabilidade interna ou provocar uma resposta negativa da Rússia.

Segundo Kuzio (2006a, p. 90), o progresso da Ucrânia no estabelecimento de relações com a UE não é semelhante ao progresso que fez com a NATO, visto que a adesão à UE não era uma questão que causasse grande divisão na política interna ucraniana. Contudo, ainda em abril de 2005, Yushchenko foi recebido na Casa Branca onde o Presidente Bush aplaudiu a Revolução Laranja como “uma inspiração para todos os que amam a liberdade” e sugeriu a perspectiva de uma futura adesão da Ucrânia à NATO (Shepherd, 2005, p. 13). No entanto, o presidente americano destacou que tal adesão “não é um dado adquirido”. Após esta visita, a Ucrânia foi convidada para o *Diálogo Intensivo da NATO* (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2005) sobre questões de adesão e, em novembro de 2006, um convite para o *Plano de Ação para a Adesão* (MAP) foi considerado durante a Cimeira da NATO em Riga (Kuzio, 2012b, p. 397). Contudo, este processo enfrentaria forte resistência, principalmente por parte de Moscovo. O alargamento da NATO para o Leste não foi bem recebido pela Rússia, e a perspectiva de adesão da Ucrânia à Aliança levantava sérias dúvidas na Europa sobre a capacidade do país de agir autonomamente e de tomar decisões sem interferência do seu vizinho russo (Freire, 2009, p. 243). Para Kuzio (2012b, p. 398), existem duas razões pelas quais a adesão à NATO falhou: (1) a forte oposição interna, especialmente por parte do Partido das Regiões, juntamente com seus aliados nacionalistas russos e de esquerda, na ótica dos quais a adesão a NATO era um risco iminente de desestabilização para o país, com o receio de que isso aprofundasse as divisões internas e colocasse em perigo a coesão nacional; (2) o medo exagerado das divisões regionais da Ucrânia, particularmente a tensão entre o Leste, russófono, e o Oeste, mais pró-europeu. Esta narrativa foi amplificada pelos líderes russos, que, como o presidente Vladimir Putin, exploraram estas divisões como um argumento contra a integração da Ucrânia à NATO. Durante a Cimeira da NATO em Bucareste, em 2008, Putin deu a entender que a Ucrânia era um “país artificial”, criado na época soviética, que se desintegraria caso se tentasse juntar à Aliança (Ukrainska Pravda, 2008). Esta retórica não só visava deslegitimar a ideia de uma Ucrânia unificada, mas também pretendia pressionar o Ocidente a reconsiderar sua expansão para o Leste, com a ameaça de incentivar movimentos separatistas. Ainda durante a Cimeira em Bucareste, a França e a Alemanha bloquearam a decisão de conceder à Ucrânia o MAP defendido pelos EUA e

apoiadas pelos novos membros do Leste europeu. Conforme Plokhy (2023, p. 100) sublinha, o MAP foi prometido, mas não concedido, com base no argumento de que a Ucrânia tinha de satisfazer alguns critérios específicos no sentido de se qualificar. Este assunto ficou adiado e não regressaria à agenda da NATO nas cimeiras seguintes.

A resposta do Ocidente à Ucrânia, especialmente no que se refere às expectativas de adesão à UE e à NATO, não correspondeu inteiramente ao que o país antecipava após a Revolução Laranja (Gallina, 2009). Apesar de Yushchenko entender que os vetores europeu e russo na política externa do país são paralelos, a integração ucraniana em estruturas como a NATO e a UE exigia ainda a realização de um número alargado de reformas e de reestruturações profundas. Contudo, conforme vários autores salientam, o Ocidente não oferecia garantias claras relativas a uma integração acelerada nas estruturas europeias, deixando a Ucrânia numa espécie de “limbo geopolítico”. Em paralelo, a eleição de Yanukovych como Primeiro-Ministro, em 2006, trouxe consigo um clima de incerteza na orientação política do país (Gallina, 2009, p. 49). A sua vitória foi vista como um sinal de retração do processo de aproximação ao Ocidente. Apesar de Yanukovych procurar apaziguar as inquietações internacionais, reafirmando a UE como um objetivo estratégico para a política externa ucraniana, tentando equilibrar as suas relações com o Ocidente e com a Rússia e procurar consolidar a posição da Ucrânia como uma “ponte fiável entre a Europa e a Rússia” a relação com Ocidente deteriorou-se neste período (Kuzio, 2012b). A concentração de autoridade em torno do executivo, em particular a tentativa de Yanukovych de reforçar a sua posição constitucionalmente, foi um reflexo da tensão política interna que marcaria os anos seguintes. Mais ainda, Yanukovych, recusou-se a implementar vários decretos presidenciais, argumentando que não os tinha coassinado, bem como procurou consolidar controlo sobre áreas essenciais da administração colocando aliados em ministérios importantes, como as finanças, a energia e a economia. Mais grave ainda foi a sua tentativa de demitir o Ministro dos Negócios Estrangeiros pró-ocidental e pró-revolucionário Borys Tarasyuk. Esta foi vista como uma forma de enfraquecer a ala pró-ocidental do governo, ao mesmo tempo em que pressionava por um maior controlo sobre o sistema político interno.

Robert Schuman (1950) argumentava que: “A Europa não será criada de uma só vez, nem como parte de um projeto global; será construído através de realizações práticas que estabelecerão primeiro um sentido de propósito comum.”. Com base nesse princípio, pode-se concluir que, apesar da Ucrânia e da UE demonstrarem, em

diferentes momentos, sinais de integrar-se num projeto comum, a relutância da UE em oferecer à Ucrânia uma perspectiva clara de adesão, ainda que a longo prazo, enfraqueceu, e muito, a sua capacidade de influenciar o desenvolvimento político e económico do país. Esta falta de compromisso concreto não debilitou apenas as forças pró-reforma, que viam o modelo europeu como um caminho crucial para a modernização e estabilidade da Ucrânia, mas também gerou dúvidas internas sobre o valor que a UE atribuía à Revolução Laranja e às transformações democráticas que ela prometia. Ao mesmo tempo, esta incerteza vazia de apoio externo permitiu o ressurgimento de forças opositoras, favorecendo a instabilidade política e minando os esforços reformistas. A fraca sinalização por parte da UE, aliada à incapacidade do governo de Yushchenko de consolidar e reivindicar os ideais e avanços da Revolução Laranja, resultou no desacelerar do impulso político e dificultou o progresso das aspirações euro-atlânticas da Ucrânia. Assim, o sonho de integração europeia da Ucrânia, que parecia promissor após a Revolução Laranja, foi progressivamente enfraquecido, deixando o país em uma posição geopolítica vulnerável e incerta.

No que respeita à Rússia, a vitória da Revolução Laranja de 2004 na Ucrânia, foi um enorme golpe para os interesses do Kremlin à nível interno e externo (Plokhy, 2023, p. 95). O conselheiro político russo, Gleb Tovsky, chegou a comparar a Revolução Laranja ao “11 de setembro” da Rússia, destacando a magnitude do choque causado pelos acontecimentos. Wilson (2005, p. 201) observa que, na ótica da Rússia a Revolução Laranja nem se quer deveria ter acontecido, pois alegava que houve fraude igual dos ambos os “lados” no eleitorado. Desta maneira, a narrativa de Moscovo procurava invalidar a legitimidade da Revolução, sugerindo que não havia um verdadeiro vencedor moral.

Conforme Paul D’Anieiri (2019, pp. 133-138) sublinha, o governo de Moscovo estava preocupado com o facto de que, tendo o presidente Yushenko tendências ocidentais, a Ucrânia pudesse abandonar para sempre a órbita russa e “passar para o lado” do Ocidente. Como resposta, em 2005, o governo russo adotou um conjunto de estratégias destinadas a garantir que tal revolução não pudesse acontecer na Rússia ou noutros estados da CEI. O Ministro da Defesa russo, Sergei Ivanov, expressou esta preocupação ao criticar as “exportações de revoluções” para os estados da CEI, independentemente da sua cor política – fossem elas “revoluções rosas, azuis ou de qualquer outra cor”, argumentando que os militares deveriam estar preparados para a possibilidade de golpes de Estado (D’Anieri, 2019, p. 148). No entanto, apesar da

pertença formal da Ucrânia à CEI, o parlamento ucraniano não ratificou a Carta da CEI, o que, tecnicamente, excluía o país de ser considerado um membro pleno desta organização. Este facto conferia à Ucrânia uma margem de manobra diplomática em relação a Moscovo, pois a falta de adesão completa limitava a aplicação dos acordos da CEI ao território ucraniano. Além disso, a Ucrânia utilizou esta posição para resistir a muitas das tentativas de integração profunda promovidas pelo Kremlin no âmbito da CEI, que era frequentemente vista como uma tentativa disfarçada de reimpôr a influência russa nas antigas repúblicas soviéticas. O governo de Yushchenko considerava a CEI um obstáculo à sua integração nas estruturas europeias, em particular na UE (Freire, 2009, p. 246). A política externa russa foi concebida para estabelecer um “sistema solar” centrado em Moscovo como núcleo de poder. Nesse contexto, a CEI — correspondente à antiga União Soviética, excluindo os três Estados Bálticos — era vista como o principal espaço de atuação para uma política externa russa assertiva (Trenin, 2007, p. 197).

Neste sentido, este confronto de visões, a de uma Ucrânia ocidentalizada versus a de uma Ucrânia dentro da esfera de influência russa, constitui um dos elementos centrais das tensões entre os dois países. Na ótica de Plokhy (2023, p. 96), com a queda do comunismo, o regime democrático passou a ser um pré-requisito para os Estados pós-comunistas e pós-soviéticos que aspiravam a aderir às instituições ocidentais políticas, como a UE, e militares, a NATO em particular. Neste caso, a Ucrânia com a sua democracia em curso podia representar uma ameaça ao novo regime de Putin visto que poderia encorajar outras forças pró-democráticas para mais perto das fronteiras russas. Ainda, Nicole Gallina (2009, p. 45), destaca que a Rússia considera a Ucrânia como parte integrante de um espaço pós-soviético dominado pela Rússia e como uma barreira entre a própria Rússia e o Ocidente.

Tendo em consideração que a política de Yushchenko visava uma maior aproximação ao Ocidente, a Rússia continuava a ser um ator importante na formação do espaço pós-soviético, nomeadamente, no âmbito das relações económicas e dos desafios de segurança partilhados (Hillenbrand & Kempe, 2005, p. 64). A dependência ucraniana dos recursos energéticos russos e a sua condição de parceiro comercial vital criavam uma situação paradoxal em que a independência da Ucrânia era, ao mesmo tempo, marcada por dependência estrutural (Freire, 2009, p. 245). De acordo com D’Anieri (2019), esta posição intermediária da Ucrânia entre a Rússia e o Ocidente gerava tensões internas, exacerbando conflitos políticos e regionais, além de criar fricções tanto

nas relações bilaterais entre Ucrânia e Rússia quanto no cenário mais amplo das relações entre Rússia e o Ocidente. A Revolução Laranja, embora um marco na tentativa de reorientação geopolítica ucraniana, não foi capaz de deslocar o país definitivamente para o lado ocidental. A Rússia, por sua vez, manteve uma postura assertiva, reforçando as suas reivindicações sobre a Ucrânia e manifestando oposição crescente à trajetória ocidental de Kyiv. Na sequência disso, no período pós Revolução Laranja, Moscovo passou a apresentar as relações entre a Ucrânia e a Rússia em termos muito pragmáticos, assentando em quatro elementos principais: (1) a nível oficial, ignorar a política externa pró-Ocidente de Kyiv, especialmente as suas ambições da NATO; (2) fomentar destabilização dentro da Ucrânia e, deste modo, aprofundar a divisão histórica do país e travar o impulso da Ucrânia para a NATO; (3) utilizar a pressão económica, social e cultural direta como instrumentos de política externa; e (4) oferecer ajuda para garantir a segurança da Ucrânia através de diferentes formas de cooperação com a CEI ou através de canais bilaterais (Kovalova, 2007, pp. 183-184).

Não obstante as hesitações de Moscovo, Yushchenko esforçou-se por assegurar a Moscovo que as suas aspirações da Ucrânia pertencer à NATO não eram direcionadas contra a Rússia: “A Rússia é o nosso parceiro estratégico e a política da Ucrânia em relação à NATO não será de todo contra os interesses de outros países incluído a Rússia.” (Yushchenko, 2005). Esta declaração refletia uma tentativa de conciliar a busca de Kyiv de uma maior integração ocidental com a manutenção de uma relação estável com Moscovo, uma tarefa complexa num contexto de profundas divisões geopolíticas. Para Plokhyy (2023, p. 97), na sequência da Revolução Laranja, Kyiv enfrentava uma escolha difícil, pois ou agradava a Moscovo, que defendia reivindicações territoriais significativas ou procurava proteção numa aliança militar que pudesse garantir a sua integridade territorial e soberania. A Rússia, por sua vez, monitorava atentamente as movimentações da política externa de Yushchenko. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov, foi categórico: “A Rússia fará tudo o que estiver ao seu alcance para impedir a admissão da Ucrânia e da Geórgia na NATO” (D’Anieri, 2019, p. 162). Da mesma forma, o conselheiro de Putin, Sergei Markov, reforçou a posição russa ao afirmar que “a adesão da Ucrânia à NATO seria percebida por muitos russos como a ocupação de uma parte da sua pátria” (D’Anieri, 2019, p. 162). Tais declarações ilustravam as profundas preocupações de Moscovo em relação à expansão da NATO. Putin, numa intervenção durante o encontro da Rússia com a NATO, que ocorreu no dia seguinte ao encerramento da Cimeira da NATO em Bucareste, foi ainda

mais direto: “A emergência de um bloco militar poderoso nas nossas fronteiras será vista como uma ameaça direta à segurança russa” (Blomfield & Kirkup, 2008). Esta declaração veio sublinhar a percepção, por parte do Kremlin, de que qualquer movimento da Ucrânia em direção à NATO representaria um desafio existencial à segurança russa.

Neste sentido, Moscovo adotou uma postura mais rígida em termos económicos, utilizando a dependência da Ucrânia do gás russo e o seu papel como país de trânsito para exportação de energia para a Europa como meios de pressão para interferir na orientação pró-Occidente do governo de Yushchenko (Freire, 2009, p. 245). As primeiras divergências entre Kyiv e Moscovo surgiram em torno dos preços de energia, resultando em uma série de crises do gás que se tornariam conhecidas como “guerras do gás”. A Rússia interrompia o fornecimento de gás à Ucrânia sempre que esta se mostrava incapaz de pagar os preços elevados que lhe foram impostos e superiores aos que pagavam outros clientes europeus. Tais crises ocorriam durante os meses de inverno, forçando a Ucrânia a desviar parte do gás destinado aos países da Europa Central, o que gerou acusações de Moscovo de que Kyiv estava a “roubar” o gás europeu. Este cenário culminou em janeiro de 2006, quando a Rússia reduziu o fornecimento de gás à Hungria em 40%, à França e à Áustria em 30% e à Itália em 24%, o que teve graves consequências para a Ucrânia e envolveu diretamente a UE nas disputas energéticas entre Kyiv e Moscovo (Plochy, 2023, p. 98). No entanto, a intervenção europeia foi insuficiente para impedir que Yushchenko prosseguisse com as suas políticas de orientação pró-Occidente, enquanto as tensões com a Rússia continuavam a crescer. A dependência da Ucrânia da energia russa levou a mais concessões a Moscovo do que a liderança política gostaria (Gallina, 2009, p. 47). Com este instrumento, a Rússia pode também opor-se às tentativas de integração ocidental da Ucrânia, tais como a celebração de um acordo de zona de comércio livre com a UE.

As “guerras do gás” entre a Rússia e a Ucrânia representam apenas um dos pontos de tensão durante a presidência de Yushchenko. Como sublinha Freire (2009, p. 245), a delimitação das fronteiras, o estatuto da Crimeia e da população étnica russa no país, a construção de oleodutos em território ucraniano, a divisão da FRMN e o destino do equipamento militar foram temas recorrentes de discórdia entre Kyiv e Moscovo. Um dos maiores focos de desentendimentos nas relações russo-ucranianas persistia no estacionamento da Frota Russa em Sebastopol. O Tratado Russo-Ucraniano de 1997, que permitiu a permanência da FRMN até 2017, não tinha resolvido de forma definitiva várias disputas relacionadas com a presença militar russa em território ucraniano,

gerando frequentes atritos diplomáticos. Ainda em 2005, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Borys Tarasiuk, disse que o acordo de 1997 que concedia à FRMN direitos de base em Sebastopol por vinte anos provavelmente não seria renovado (Wilson, 2005, p. 178). Por sua vez, Yushchenko, em particular, destacou a incompatibilidade dessa presença com a Constituição ucraniana, que proibia qualquer base militar estrangeira no seu solo sublinhando que, legalmente, a extensão da presença da FRMN não poderia ser justificada após o término do acordo. Este posicionamento endurecido foi visto por Moscovo como uma tentativa de enfraquecer a influência russa na região e como uma ameaça aos interesses estratégicos da Rússia no Mar Negro (Kovalova, 2007, p. 186).

Conclui-se assim que, a Revolução Laranja foi um momento de grande esperança para a Ucrânia, que vislumbrava a possibilidade de uma reorientação geopolítica definitiva em direção ao Ocidente. No entanto, conforme argumenta Freire (2009, p. 247), a política externa ucraniana em relação à Rússia oscila continuamente entre a (in)dependência e a reciprocidade, em que ambos os países têm interesses vitais em manter uma relação de cooperação, reconhecendo simultaneamente as dificuldades em lidar com as diferenças. Os laços históricos, económicos e geopolíticos com a Rússia, bem como a resposta assertiva de Moscovo, demonstraram que esta transição geopolítica da Ucrânia para o Ocidente seria tudo menos simples. A Revolução Laranja não conseguiu deslocar a Ucrânia permanentemente para fora da esfera de influência russa, e os conflitos subsequentes, tanto diplomáticos quanto económicos, indicaram que a luta pelo futuro geopolítico da Ucrânia estava longe de ser resolvida.

4. Considerações Finais

A trajetória da Ucrânia desde a sua independência em 1991 foi marcada por grandes desafios ao nível interno e externo. A construção de uma identidade nacional, num país com profundas divisões regionais, culturais e linguísticas, coincidiu com a necessidade de equilibrar a sua política externa entre o Ocidente e a Rússia, resultado de heranças geopolíticas, culturais e económicas complexas. Sob a presidência de Kuchma, a Ucrânia adotou uma política multivectorial, tentando estabelecer laços tanto com a Rússia quanto com o Ocidente. Enquanto a sua jovem democracia ainda se consolidava, o governo de Kuchma deu os primeiros passos em direção à UE e NATO, mas a forte influência russa, particularmente no setor energético, limitou a capacidade do país de se

afastar decisivamente de Moscovo. Este contexto de instabilidade culminou na Revolução Laranja de 2004.

A Revolução Laranja representou um ponto de inflexão na história política da Ucrânia, sendo o primeiro grande movimento democrático desde a independência, que demonstrou a determinação do povo ucraniano de talhar o caminho da democracia e o alinhamento com o Ocidente de uma maneira pacífica. Mais do que uma contestação eleitoral, esta revolução simbolizou o desejo de afastamento da herança soviética e de integração na ordem política europeia. Além disso, foi um momento de reconfiguração do mapa geopolítico europeu, ao destacar a Ucrânia como um ator relevante na redefinição das fronteiras da Europa.

Como resultado da Revolução Laranja, o líder da *Nossa Ucrânia*, Viktor Yushchenko, foi eleito presidente. Isto, em termos de retórica, significou pela primeira vez o fim da indecisa política externa ucraniana entre a Europa Ocidental e Oriental, uma vez que o novo presidente estava determinado a deixar Moscovo de lado e a virar-se para Ocidente. Conforme foi analisado, dois aspetos foram diferentes na política da Ucrânia na UE após a revolução: em primeiro lugar, a Ucrânia assumiu um compromisso bem vincado relativamente à UE e ao Ocidente e, em segundo lugar, resultou em medidas políticas mais detalhadas e concretas para uma futura integração na UE. Porém, ao mesmo tempo, a Ucrânia pode ser criticada por não ter levado a cabo esforços de reforma suficientes – na verdade, as reformas foram lentas e ineficientes. Por outro lado, a UE pode ser criticada por não ter demonstrado interesse suficiente na Ucrânia e por definir medidas políticas em relação à Ucrânia apenas com consultas prévias a Moscovo.

Estes altos e baixos na política ucraniana foram habilmente explorados pela Rússia. A Rússia mantinha a Ucrânia na sua órbita usando a dependência energética e económica como um elo de ligação. Ora neste sentido, mais uma vez, a Ucrânia encontrava-se no meio de duas forças diferentes: Ocidente e Rússia. O prometido fim de política multivectorial de Kuchma, embora ambicioso, não foi possível de ser alcançado durante a presidência de Yushchenko na sua plenitude. Neste sentido, mais uma vez, a Ucrânia tinha uma política externa indefinida, ou seja, sem conseguir romper com o seu passado e, deste modo, consolidar plenamente a sua escolha por um futuro europeu.

II. O Presidencialismo de Yanukovych, Rússia e a Revolução da Dignidade

“Де корона на площі страчена?
Де моя Революція,
В кабінетах придумана, на вулицях справджена? (...)
Де моя Революція?
Де завалена барикадами вулиця?
Де в грязюку пощада втоплена?
Де моя Революція,
над тираном поваленим фото зроблено?⁴
-Богдан Сольчаник⁵

Conforme foi analisado no capítulo anterior, a Revolução Laranja de 2004 não trouxe mudanças significativas ao regime político ou à estrutura social da Ucrânia. Para Wilson (2014, p. 38), as revoluções sempre desapontam, “mas poucas desapontaram de forma tão completa quanto a Revolução Laranja da Ucrânia. A Ucrânia parecia ter tudo. Havia um otimismo genuíno pela mudança.”. Embora tenha ocorrido a desejada mudança no governo, as regras fundamentais do sistema político mantiveram-se inalteradas. Contudo, a década que se seguiu não foi infrutífera, pelo contrário, alimentou a esperança de que a sociedade pudesse, finalmente, forçar a classe política a atuar de forma mais transparente e a respeitar princípios democráticos. As elites políticas, confrontadas com as pressões crescentes, compreenderam também que, como o resto da nação, se encontravam à beira da sobrevivência política e social.

Para Matsievskyi (2016, p. 437), o histórico de crises políticas na Ucrânia reflete uma periodicidade quase cíclica, com conflitos que eclodem aproximadamente a cada dez anos, e que tendem a ser cada vez mais intensos. Portanto, a crise de 2004 resultou numa mudança de poder relativamente rápida e pacífica sendo as eleições um mecanismo institucional fundamental para gerir crises e promover a transição de liderança. No entanto, conforme vai ser analisado neste capítulo, a crise de 2013-2014

⁴ Tradução (original ucraniano) Onde jaz a coroa, na praça sacrificada?
Onde está a minha Revolução,
Inventada nos gabinetes, realizada nas ruas?
Onde está a minha Revolução?
Onde está a rua coberta por barricadas?
Onde a misericórdia foi afogada na lama?
Onde está a minha Revolução,
Onde foi tirada a fotografia do tirano derrubado?

⁵ Bohdan Solchanyk foi historiador, professor e ativista. Foi uma das vítimas fatais dos confrontos durante os protestos em fevereiro de 2014 e, postumamente, foi condecorado com o título de Herói da Ucrânia devido à sua coragem e dedicação à luta pela democracia e pelos direitos humanos.

marcará uma viragem significativa: pela primeira vez, o processo eleitoral mostrou-se incapaz de servir como meio de resolução e de substituição pacífica do poder.

1. Ascensão de Yanukovych, Rússia e Ocidente

A ascensão de Viktor Yanukovych ao poder, em 2010, pode ser explicada à luz da teoria de Hale sobre a “crise de sucessão” (Hale, 2005). A Ucrânia, como muitos outros Estados pós-soviéticos, apresentava um sistema político caracterizado por instituições relativamente frágeis e uma forte dependência de redes de lealdade e patronagem. A crise de sucessão descrita por Hale ajuda a contextualizar o cenário político que antecedeu a vitória de Yanukovych. A autoridade do presidente Yushchenko, conforme já foi visto, começou a ser questionada e ele começou a perder a sua credibilidade tendo sido incapaz de implementar reformas substanciais, que tinham sido prometidas durante a Revolução Laranja. Ora para Hale (2005, p. 164), isto transformou-o num *lame-duck*, incapaz de manter a coesão do sistema político ou de promover um sucessor que consolidasse as elites no poder. Neste sentido, as elites políticas passaram a procurar uma nova liderança capaz de garantir estabilidade e a segurança dos seus interesses.

Yanukovych, que já contava com uma base de apoio considerável na região Leste da Ucrânia, desde as eleições de 2004, era amplamente visto como um defensor de uma maior aproximação à Rússia. Neste contexto, emergiu como o candidato que melhor atendia às expectativas das elites políticas, bem como ao eleitorado desiludido pelas promessas não cumpridas da Revolução Laranja. Kuzio (2012) sugere que, desde a independência da Ucrânia, o país enfrentou uma série de desafios estruturais, incluindo a fragilidade dos partidos políticos, a corrupção persistente, a falta de confiança pública nas instituições e a ausência de uma vontade política real para implementar reformas profundas. Apesar disso, também aponta que houve progressos após a Revolução Laranja, embora as questões de corrupção, a paralisia política e as constantes lutas internas entre as facções políticas tenham sido fatores determinantes para a vitória de Yanukovych em 2010. Neste sentido, a campanha eleitoral de Yanukovych enfatizou a necessidade de estabilidade e crescimento económico, apresentando-se como uma alternativa viável a Yushchenko e à sua principal oponente, a primeira-ministra Yulia Tymoshenko.

As eleições presidenciais de 2010 na Ucrânia representaram um momento de grande ironia, já que o vencedor, Yanukovych, foi precisamente o mesmo que, em 2004, tentou manipular as eleições, o que resultou na Revolução Laranja. Em 2010, Yanukovych apresentou-se à corrida presidencial com uma narrativa de “vingança”, afirmando que as eleições lhe tinham sido roubadas há cinco anos e que não iria deixar que isso voltasse a acontecer (Wilson, 2014, p. 39). Neste sentido, na primeira volta, realizada no dia 17 de janeiro de 2010, Yanukovych obteve cerca de 8,7 milhões de votos (35,32%), enquanto Tymoshenko, alcançou 6,2 milhões (25,05%) (Comissão Eleitoral Central, 2010). Na segunda volta, a diferença entre os dois diminuiu, mas não o suficiente para alterar o resultado geral. Yanukovych conquistou 12,5 milhões de votos (48,95%) e a Tymoshenko 11,6 milhões (45,5%) (Comissão Eleitoral Central, 2010). As tentativas de Tymoshenko de contestar a derrota no Tribunal Administrativo Superior da Ucrânia foram infrutíferas e não mudaram a situação (Ukrainska Pravda, 2010). A reação dos apoiantes de Yanukovych foi de vitória enfática, instando Tymoshenko a respeitar seus próprios compromissos pró-democracia e até mesmo a demitir-se, afirmando que a sua vitória representava o “fim da era Laranja” (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2010). João Soares, presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE, disse que as eleições foram uma “impressionante demonstração de democracia” e apelou aos políticos para honrarem o resultado (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2010). Em consequência, no dia 25 de fevereiro de 2010, teve lugar a tomada de posse de Yanukovych como o quarto presidente da Ucrânia.

Conforme Wilson (2014, p. 51) observa, Yanukovych pode ter ganho eleições livres e justas, porém engrandeceu inconstitucionalmente o seu poder. Segundo Mostova, editora do principal jornal da oposição da Ucrânia, *Dzerkalo Tyzhnya*, compreender Yanukovych foi sempre fácil: “Ele queria ser o homem mais rico da Europa de Leste.” (Wilson, 2014, p. 52). Na mesma ótica, para Honchar: “Yanukovych queria ser presidente e oligarca número um. Como todos os outros – Putin, Nazarbayev [Cazaquistão] e Aliyev [Azerbaijão]. Porém, estes tinham energia e rendas para distribuir. A Ucrânia não” (Wilson, 2014, p. 52). Nesse sentido, a corrupção tornou-se um elemento ainda mais proeminente sob o seu governo. Wilson observa que, sob a liderança de Leonid Kuchma, o acesso a esquemas de corrupção era rigidamente controlado pelo governo, enquanto Yanukovych e a sua “Família”, como ficou conhecido o seu grupo de aliados próximos, assumiam uma postura mais direta,

liderando e administrando pessoalmente as operações corruptas. Neste sentido como aponta D’Anieri (2019, p. 360), Yanukovych foi capaz de construir um círculo profundamente empenhado à sua volta e minou ainda mais as instituições democráticas e as reformas pós-Revolução Laranja.

A formação do regime de Yanukovych ocorreu por meio de táticas de manipulação e pela erosão das restrições estabelecidas pela Constituição da Ucrânia, em particular das disposições que foram implementadas após a reforma política de 2004 (Matsievskyi, 2016, pp. 343-346). Como resultado, o esforço do novo governo foi direcionado para assegurar o controle do parlamento e, com isso, consolidar o poder. Observa-se, conforme aponta Matsievskyi (2016, p. 313), que na Ucrânia a Constituição nunca se consolidou plenamente como a lei superior do país e foi alvo de frequentes violações desde a sua adoção. Este padrão de irregularidades foi particularmente evidente quando, a 30 de setembro de 2010, o Tribunal Constitucional anulou as emendas constitucionais de 8 de dezembro de 2004 e restaurou a versão de 1996 da Constituição. Esta decisão foi criticada por exceder as competências do Tribunal, comprometendo a sua legitimidade e reforçando percepções de instrumentalização política. A nova versão da Constituição foi implementada pela Verkhovna Rada sem a obtenção de parecer do Tribunal Constitucional sobre a sua conformidade, enquanto a decisão do Tribunal de restabelecer a Constituição de 1996 ocorreu sem a subsequente ratificação pelo órgão legislativo. Esta manobra permitiu que Yanukovych recuperasse o direito de nomear o primeiro-ministro, com a anuência da maioria parlamentar, e de designar membros do governo, além de ter o poder de demitir o governo. O retorno à versão de 1996 transformou a estrutura de governo, revertendo o modelo parlamentar-presidencialista para um presidencialismo mais concentrado, que rapidamente se inclinou para um “superpresidencialismo” (Matsievskyi, 2016, p. 345).

Pode-se concluir que esta centralização de poder marcou um movimento em direção a um caminho autoritário. Yanukovych utilizou estas mudanças constitucionais para reforçar a sua posição e limitar os mecanismos de controle democrático, consolidando uma liderança que não apenas aumentava a sua influência, mas que também minava os fundamentos de um sistema de separação de poderes.

Além de mudanças constitucionais que talharam o caminho da Ucrânia para o autoritarismo, o período de rivalidade política deu, gradualmente, lugar a uma fase de consolidação das elites em torno de Yanukovych como novo “patrono”. A relação de patronagem, segundo a teoria de Hale, refere-se, “ao exercício da autoridade política

principalmente através de transferências seletivas de recursos, em vez de práticas institucionais formalizadas, políticas baseadas em ideias ou intercâmbio generalizado, tal como imposto pelo Estado de direito estabelecido.” (Hale, 2005, p. 138). Este processo de centralização implicou uma mudança notável na abordagem em relação à oposição, que segundo Matsievskyi (2016), pode ser caracterizada como uma estratégia de “*carrot and stick*”. A estratégia de Yanukovych privilegiava a aplicação de sanções severas contra os opositores mais ativos e incômodos, enquanto aqueles dispostos a colaborar com o regime, de forma discreta, eram recompensados com apoio material. Neste sentido, um ano após ser eleito, o regime começou a prender os seus opositores. Assim, em maio do mesmo ano, Tymoshenko foi acusada de “abuso de poder”, crime previsto no Código Penal Soviético de 1962, um dispositivo jurídico arcaico utilizado de forma oportunista para fins de repressão política (Wilson, 2014, p. 51). A acusação referia-se ao acordo de gás de janeiro de 2009 entre a Ucrânia e a Rússia, e apesar da falta de provas substanciais, Tymoshenko foi julgada e condenada a sete anos de prisão além da indemnização à empresa estatal ucraniana Naftogaz no valor de 150.000 euros. Posteriormente, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos determinou que a prisão de Tymoshenko foi uma “decisão arbitrária”, infringindo os artigos 5º e 18º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, ou seja, foi motivada politicamente e carecia de fundamentos jurídicos adequados (Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, 2013). Ora, a prisão de Tymoshenko demonstra mais uma vez como o uso de poder, neste caso de sistema jurídico, foi utilizado como uma ferramenta para silenciar a oposição política.

Como resultado, ainda no início do segundo ano de seu governo, Yanukovych e a Ucrânia enfrentaram críticas significativas em relação à sua transição política. De acordo com o relatório da *Freedom House* de 2011, a Ucrânia, que até então era o único país da ex-União Soviética (sem contar os países Bálticos) “livre” deixou de ter esta classificação e passou a ser considerada como “parcialmente livre” (Freedom House, 2011). A mesma instituição salienta que Yanukovych “dominava o sistema político”, capaz de emitir decretos e gozando de um poder essencialmente irrestrito sobre os tribunais, as autoridades policiais e os governos regionais o que representou um grande retrocesso para a democracia nesta região. Por sua vez, *The Economist* indicou que a Ucrânia abandonou o grupo das “democracias imperfeitas” (Economist Intelligence Unit, 2011). Ainda, o relatório final sobre as eleições parlamentares de 2012 da OSCE observou muitos problemas, incluindo a falta de meios de comunicação independentes, o assédio da oposição e irregularidades na contagem dos votos, concluindo que a

Ucrânia deu passos atrás (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2013).

Em termos de política externa, a presidência de Yanukovych passou por uma mudança de foco. Ainda durante a campanha eleitoral, Yanukovych e seus aliados promoveram a ideia de que a Ucrânia deveria atuar como uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, ou seja, entre a Europa e a Rússia. No entanto, ao avaliar as ações concretas de sua administração, observou-se uma clara rejeição da adesão da Ucrânia à NATO, um reforço na parceria com a Rússia e uma gradual aproximação aos países da CEI.

D'Anieri (2019, p. 339) observa que a vitória de Yanukovych fez com que a Rússia se sentisse mais segura em relação à Ucrânia e criou a expectativa no Ocidente de que a Ucrânia teria agora uma liderança mais pragmática e competente. Porém, por outro lado, como Snyder (2019, p. 72) destaca, logo no início do seu mandato, Yanukovych ofereceu à Rússia o máximo de concessões possíveis, incluindo a extensão do arrendamento da base naval russa na Crimeia até 2042. Este gesto reflete uma política de alinhamento mais próximo a Moscovo, em contraste com a abordagem mais pró-ocidental do seu antecessor, Yushchenko. Ora, em termos retóricos, o discurso de Yanukovych reafirmou a política externa multivectorial de Kuchma, sublinhando que a Ucrânia, sendo uma “ponte” entre o Oriente e o Ocidente, deveria escolher uma política externa que maximizasse os benefícios das suas relações com a Rússia, a UE, os EUA e outros países influentes (D'Anieri, 2019, p. 355). Contudo, na prática, a Ucrânia aproximou-se progressivamente de Moscovo, refletindo a centralidade da Rússia nas escolhas políticas de Yanukovych em detrimento das aspirações de integração euro-atlântica.

Dragneva e Wolcuk (2016, p. 680) observam que, embora a Rússia dependesse de forma considerável dos gasodutos ucranianos para o escoamento de hidrocarbonetos aos seus clientes na Europa Ocidental, a dependência da Ucrânia em relação à Rússia era ainda mais pronunciada, particularmente nas áreas de comércio e energia. Portanto, esta relação assimétrica refletia-se na vulnerabilidade da Ucrânia, que enfrentava dificuldades para se desvincular desta dependência estrutural. Neste sentido, conforme já foi analisado, os “líderes laranja”, após a Revolução falharam em implementar reformas económicas que preparassem o país para as implicações de uma reorientação política, tendo a dependência da Ucrânia em relação à Rússia aumentado no final da década de 2000. Além disso, a Rússia tornou-se mais decidida a jogar a “carta energética” face à Ucrânia, conforme foi visto, tendo as guerras de gás se tornado numa

contante após a Revolução Laranja (Dragneva & Wolczuk, 2016, p. 689). Nesta lógica, Yanukovych viu a Rússia como uma solução para os problemas da Ucrânia e procurou fortalecer as relações com Moscovo para ajudar a relançar a economia ucraniana após o colapso de 2009. Este reposicionamento visava, sobretudo, assegurar condições vantajosas para os grandes grupos oligárquicos ucranianos, cuja “rentabilidade” dependia fortemente do acesso preferencial ao mercado russo. Além disso, a obtenção de gás natural a preços mais reduzidos foi incorporada como um dos pilares fundamentais da sua política económica (Hurak, 2016, p. 107).

A assinatura dos Acordos de Kharkiv em 21 de abril de 2010 representou um dos primeiros gestos significativos de Yanukovych para reforçar os laços da Ucrânia com a Rússia (Hurak, 2016, p. 104). Os Acordos de Kharkiv estenderam a presença da FRMN na base naval de Sebastopol por 25 anos além de 2017 com uma opção de renovação adicional de cinco anos (até 2042-47) a menos que uma das partes notifique por escrito a outra parte sobre a sua rescisão, o mais tardar um ano antes do termo do acordo (Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa, 2010). Com a assinatura deste acordo, em troca Yanukovych conseguiu negociar um desconto de 30% no gás russo, equivalente a 100 dólares por mil metros cúbicos. Contudo, o custo do gás para a Ucrânia permaneceu superior ao que era pago por muitos países da Europa Ocidental (D’Anieri, 2019, p. 369).

Ora esta negociação gerou controvérsia interna. Como discutido no Capítulo I, Yushchenko declarou que não pretendia renovar a permanência de FRMN na Ucrânia, uma vez que considerava uma base militar russa na Crimeia uma grande ameaça à segurança da Ucrânia. A Constituição proíbe qualquer base militar estrangeira em solo ucraniano no seu artigo 17.º que estabelece explicitamente: “A localização de bases militares estrangeiras não é permitida no território da Ucrânia”. Mais ainda: “A proteção da soberania e integridade territorial da Ucrânia, garantindo a sua segurança económica e informacional são as funções mais importantes do Estado” (Verkhovna Rada, 1996). Os partidos de oposição como *Nossa Ucrânia*, exigiam o “impeachment” de Yanukovych (Radio Svoboda, 2010). O *Congresso Mundial dos Ucranianos* apelou à Verkhovna Rada da Ucrânia para o não ratificar, pois “prejudica a soberania e a integridade territorial da Ucrânia.” (Galinfo, 2010). Por sua vez, os conselhos regionais, entre eles o de Lviv, uniram-se aos apelos exigindo o “impeachment” de Yanukovych: “Estamos convencidos de que o Presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovych, traiu os interesses do nosso Estado, violando o Artigo 17 da Constituição... Tal medida do

presidente mostra que o novo governo está a privar a Ucrânia da sua independência e soberania e está ao serviço de um governo inerentemente chauvinista, o Kremlin.” (Ukrainska Pravda, 2010).

Por outro lado, D’Anieri (2019, p. 369) destaca que a extensão da presença de FRMN, representou um feito de elevada importância tanto simbólica quanto estratégica para a Rússia. Este acordo não consolidou apenas a posição russa na Crimeia, mas também facilitou a expansão e modernização das suas capacidades militares nesta localização geopolítica vital. A extensão assegurou o reconhecimento ucraniano da permanência russa de longo prazo, em contraste com um estatuto temporário que exigiria a retirada progressiva. Neste sentido, para Yanukovych, a assinatura do acordo representou uma vitória política e diplomática, ao conquistar o apoio de Moscovo e ao aliviar tensões no campo energético. Contudo, a presença militar russa na Ucrânia até 2042 (ou 2047), segundo Snyder (2019, p. 72), tornaria muito difícil para a Ucrânia prosseguir a adesão à NATO durante pelo menos três décadas. Em suma, este Acordo, conforme o *The Guardian* considerou na altura “é o sinal mais concreto de que a Ucrânia está agora de volta à influência da Rússia, (...) Parece marcar o último prego no caixão da Revolução Laranja de 2004.” (Harding, 2010).

Apesar de Yanukovych ter demonstrado um maior alinhamento com as políticas de Moscovo, não abandonou por completo o interesse em manter uma cooperação com o Ocidente. Assim, a 1 de julho de 2010, a Verkhovna Rada adotou a Lei *Sobre os Princípios da Política Interna e Externa*” Esta lei consolidou uma abordagem dupla: por um lado, afirmava a política de não alinhamento da Ucrânia, o que significava evitar a adesão a alianças político-militares como a NATO; por outro lado, sublinhava o compromisso com a integração no espaço político, económico e jurídico europeu, com o objetivo final de adesão à UE (Verkhovna Rada, 2010). Neste sentido, quando Putin propôs a Yanukovych aderir à União Aduaneira da Eurásia (UAE), composta inicialmente pela Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, Yanukovych procurou uma abordagem intermédia (D’Anieri, 2019, p. 384). A UAE visava formar um Espaço Económico Comum que culminaria na União Económica Euroasiática (UEE) em 2015. As estimativas russas indicavam que a adesão da Ucrânia poderia trazer benefícios económicos anuais de 9 a 10 mil milhões de dólares (D’Anieri, 2019, p. 381). Contudo, Yanukovych optou por uma “terceira via”, defendendo uma parceria económica estratégica com a Rússia sem uma adesão plena. (Dragneva & Wolczuk, 2016, p. 691)

A proposta da Ucrânia resumia-se em formato “3+1” (Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão e Ucrânia) e tinha como objetivo permitir à Ucrânia aceder às melhores condições comerciais com a UAE sem assumir os compromissos vinculativos de um membro integral (Hurak, 2016, p. 108). No entanto, a Rússia rejeitou a proposta, uma vez que buscava um compromisso jurídico mais forte em troca dos benefícios económicos desejados pela Ucrânia. Ainda em 2005, conforme Charap e Colton (2017, p. 103) observam, embora Putin tenha dado sinais à Ucrânia e a outros estados que poderiam integrar-se e adaptar-se à legislação da UE e da Rússia em simultâneo, essa opção já não era viável em 2011. Dmitry Medvedev, durante a conferência de imprensa de 18 de Maio de 2011, afirmou: “[...] se a Ucrânia, por exemplo, escolher o vetor europeu, será certamente muito mais difícil encontrar o seu caminho dentro de UEE e UAE. Não se pode sentar simultaneamente em duas cadeiras, é preciso fazer uma escolha” (24 Canal, 2011). No fundo, esta declaração evidenciava a expectativa do Kremlin de que a Ucrânia abandonasse a sua estratégia de equilíbrio entre a Rússia e a UE, optando por um lado de forma clara e definitiva.

Como vai ser analisado mais adiante, a Ucrânia mostrou-se disposta a recusar a integração no espaço económico euroasiático para prosseguir com a assinatura do Acordo de Associação (AA) com a UE. Neste sentido, para demonstrar a vulnerabilidade da Ucrânia, a Rússia desencadeou uma guerra comercial no Verão de 2013, durante a qual as exportações ucranianas foram sujeitas a controlos demorados e detalhados na fronteira, causando enormes perdas aos exportadores ucranianos (Hurak, 2016, p. 109). No entanto, nem isto foi suficiente para persuadir a Ucrânia a aderir à UEE.

Em suma, numa primeira fase a relação entre Moscovo e Kyiv parecia passar por uma fase de “lua-de-mel”, conforme é analisado por Hurak (2016), especialmente com a celebração dos Acordos de Kharkiv. Para Dragneva e Wolczuk (2016, p. 695), a Ucrânia desempenhava um papel central na estratégia da Rússia de reafirmar o seu estatuto de “grande potência”, sendo fundamental para a concretização de projetos de integração regional, como a UEE. No entanto, a falta de uma declaração oficial por parte do governo de Yanukovich sobre a renúncia ao caminho de integração europeia suscitou preocupações em Moscovo. Como resultado, o período inicial de cooperação transformou-se progressivamente em uma fase de tensões, marcada por crescentes pressões económicas do Kremlin, evidenciando a tentativa de Moscovo em assegurar um compromisso mais firme por parte da Ucrânia.

A relação de Yanukovych com o Ocidente tem de ser contextualizada, pois quando ascendeu ao poder começou a desenvolver o fenómeno que vários académicos, tais como Wilson, Kuzio, Riabchuk designaram por “fadiga ucraniana”. Este fenómeno surgiu após anos de instabilidade política, crises constitucionais, disputas entre elites e a vivência da pior recessão económico-financeira da UE.

Segundo Kuzio (2012b, p. 396), a política externa conduzida por Yanukovych em direção ao Ocidente pode ser dividida em duas fases: a fase da Parceria (2010) e a fase da Desilusão (de 2011 até Yanukovych abandonar o posto de presidente). A fase da Parceria, em 2010, baseou-se na ilusão de que Yanukovych se tinha tornado pró-democrata e traria à Ucrânia a lufada de ar fresco de estabilidade que tinha faltado ao país sob a batuta do seu antecessor. Contudo, este período de lua-de-mel na cooperação de Ocidente com Yanukovych desintegrou-se na Desilusão em 2011. Este ponto de viragem ficou marcado por ações que ultrapassaram as “linhas vermelhas”, como a prisão de líderes da oposição e a assinatura dos Acordos de Kharkiv, que consolidaram a dependência energética da Ucrânia em relação à Rússia e foram vistos como um retrocesso em termos de independência política e democrática do país.

A política de Yanukovych em relação à NATO contrastava significativamente com a sua abordagem em relação à UE, que oscilou ao longo do seu mandato. Durante o período em que serviu como Primeiro-Ministro sob a presidência de Kuchma, Yanukovych apoiou iniciativas pró-NATO, incluindo os pedidos de adesão aos Planos de MAP da Aliança nas cimeiras de Praga e Istambul, em 2002 e 2004, respetivamente (Kuzio, 2012b, pp. 401,407). No entanto, ao assumir a presidência em 2010, a sua postura alterou-se substancialmente. Conforme sublinha Fean (2010, p. 8), Yanukovych, deste o início da sua presidência, indicou que a cooperação com a NATO continuará ao nível atual, afastando a possibilidade de uma futura adesão à aliança. Neste sentido, em abril de 2010, o governo liderado por Mykola Azarov, sob a presidência de Viktor Yanukovych, dissolveu o Centro Nacional para a Integração Euro-Atlântica, que supervisionava a implementação dos Planos de Ação anuais, e extinguiu o órgão de coordenação Euro-Atlântico sob a alçada do Gabinete de Ministros da Ucrânia (Kuzio, 2012b, p. 407). No mesmo mês, durante uma visita oficial aos EUA, Yanukovych afirmou publicamente que as relações entre a Ucrânia e a NATO não iriam mudar e que continuariam ao mesmo nível (Taylor, 2010). No entanto, em julho de 2010, a Verkhonva Rada aprovou a lei “*Sobre os Princípios da Política Interna e Externa*”, que formalmente retirava a perspectiva de adesão à NATO da política nacional:

“Adesão da Ucrânia à política de não alinhamento, o que significa a não participação da Ucrânia em alianças político-militares, a priorização da participação na melhoria e desenvolvimento do sistema europeu de segurança coletiva, a continuação da parceria construtiva com a Organização do Tratado do Atlântico Norte e outros blocos político-militares em todas as questões de interesse mútuo;” (Verkhovna Rada, 2010)

Desta maneira, nos termos existentes, Yanukovych excluiu categoricamente a possibilidade da Ucrânia em aderir à NATO durante pelo menos três décadas com a assinatura de Acordos de Kharkiv (Snyder T. , 2019, p. 72). Embora o discurso oficial do governo ucraniano sugerisse uma estratégia de equilíbrio, sem aderir a blocos militares formais, a implementação desta política evidenciou um alinhamento crescente com Moscovo, o que gerou críticas, tanto internas quanto externas. A observação da Assembleia Parlamentar da NATO destacou que, embora a liderança democraticamente eleita da Ucrânia tenha todo o direito de tomar decisões estratégicas de política externa, seria preferível que as decisões de tamanha importância estratégica a longo prazo fossem tomadas após um extenso e abrangente debate público e parlamentar, em vez de ser à pressa e sem quaisquer tentativas de envolver a oposição. Mais ainda que esta decisão poderia ser analisada como um congelamento na relação entre NATO e Ucrânia (Kuzio, 2012b, p. 407).

Tendo visto que a adesão à NATO estaria ausente na agenda política, Yanukovych não alterou, pelo menos inicialmente, o objetivo do governo anterior em relação à integração europeia. Conforme Plokhyy (2023, p. 104) observa, uma das poucas políticas de Yushchenko que perduraram durante a presidência de Yanukovych foi o esforço em estreitar as relações económicas e comerciais com a UE. A UE representava um mercado essencial para a metalurgia ucraniana e outros setores da economia voltados para a exportação. Em 2008, as exportações ucranianas para a UE atingiram 13,1 mil milhões de euros, enquanto as exportações para a Rússia, o segundo maior mercado, totalizaram 10,7 mil milhões de euros (Fean, 2010, p. 1). Neste sentido, a Lei de 2010 “*Sobre os Princípios da Política Interna e Externa*” refletia o compromisso com a integração da Ucrânia no espaço político, económico e jurídico europeu, sublinhando que a porta para uma integração europeia não foi totalmente fechada durante o governo Yanukovych (Verkhovna Rada, 2010).

No entanto, como destaca Fean (2010, p. 7), Yanukovych não deve ser interpretado como um verdadeiro defensor de uma integração profunda com o Ocidente. Em vez disso, adotou uma abordagem pragmática caracterizada por declarações ambíguas e uma política de equilíbrio, com o objetivo de manter a flexibilidade nas relações externas da Ucrânia. Nesta postura, o presidente procurou garantir que a UE funcionasse como um contrapeso às pressões russas, permitindo à Ucrânia uma maior margem de manobra nas suas escolhas estratégicas. Este posicionamento multivectorial reflete a tentativa de Yanukovych de equilibrar as expectativas das potências ocidentais e russas sem se comprometer de forma decisiva com qualquer uma delas.

Contudo, a fragilidade do compromisso com a integração na UE tornou-se evidente com a tentativa de dissolução do Gabinete de Integração Euro-Atlântica e Europeia, que, após intervenções da Delegação da UE, se manteve ativo (Fean, 2010, p. 7). Esta mudança sugeria uma redução da importância atribuída à integração europeia, transformando este gabinete num órgão meramente decorativo, com pouca eficácia prática. Da mesma maneira, a implementação da PEV pela Ucrânia, em 2010, foi considerada insatisfatória no relatório da Comissão Europeia de Relações Externas. Conforme analisa Kuzio (2012b, p. 409), este indicou um retrocesso significativo em todas as cinco áreas cruciais para o desenvolvimento de uma democracia profunda e sustentável. Este resultado preocupante refletia a deterioração dos princípios democráticos durante o governo de Yanukovych, em contraste com as expectativas europeias de progresso e alinhamento.

No que diz respeito à cooperação económica entre a Ucrânia e a UE, D'Anieri (2019, p. 386) sustenta que a coexistência da integração europeia com a aproximação à Rússia era essencialmente incompatível em múltiplos aspetos. O fator mais relevante residia na impossibilidade prática de a Ucrânia ser simultaneamente parte do AA a UE, que incluía a Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (ZCLAA), e de uma zona de livre comércio com a UAE. Stefan Füle, Comissário Europeu para o Alargamento e a PEV, esclareceu que esta incompatibilidade não se devia a divergências ideológicas, nem refletia uma rivalidade entre blocos económicos ou uma abordagem de soma zero (Füle, 2013). Em vez disso, tratavam-se de limitações legais inevitáveis: por exemplo, não seria viável a Ucrânia reduzir as tarifas aduaneiras conforme estipulado pelo ZCLAA, enquanto as aumentava simultaneamente em cumprimento dos requisitos de adesão à UAE. Tal cenário impedia a manutenção de uma postura de neutralidade, obrigando a Ucrânia a fazer escolhas estratégicas que

afetariam profundamente o seu posicionamento em política externa e as perspectivas de desenvolvimento económico.

Apesar dos múltiplos sinais de repressão democrática prosseguiram as negociações para o AA com a UE. A Ucrânia estava a avançar neste sentido ao mesmo tempo que se também avançava numa direção menos democrática como pode ser constatado pela classificação de *Freedom House* de “Livre” para “Parcialmente Livre” (Freedom House, 2006). Contudo, a condenação de Tymoshenko, em 2011, marcou um ponto de viragem nas relações entre Kyiv e Bruxelas, levando a UE a ameaçar suspender as negociações devido às acusações de perseguição política. Portanto, é com a prisão de Tymoshenko que a relação de Yanukovych com Ocidente entra numa fase de “Desilusão”, segundo Kuzio (2012b, p. 409), dificultando o futuro europeu da Ucrânia.

2. Os Acordos de Associação e a Revolução da Dignidade

Em novembro de 2013, a política externa multivectorial de Yanukovych atingiu um momento crucial, com a calendarização da assinatura do AA com a UE. Como já foi analisado, a presidência de Yanukovych foi marcada pelo fortalecimento da influência russa, que se tornou um obstáculo significativo para a integração da Ucrânia na UE. Conforme D’Anieiri (2019, p. 389) argumenta, a estratégia de Yanukovych, que consistia em tentar obter os benefícios económicos e políticos da integração da UE e da CEI, entrou num ponto de tensão. Assim, a pressão sobre o presidente ucraniano intensificou-se, forçando-o a tomar uma decisão que favorecesse uma das opções em detrimento da outra, com consequências profundas para a política interna e externa da Ucrânia.

A negociação do AA, que se arrastava desde 2008, visava substituir o APC de 1994, que definia as relações entre a Ucrânia e a UE. O AA representava um nível mais avançado de parceria, sendo o tipo de acordo mais profundo que a UE poderia celebrar com um estado não membro (Kropatcheva, 2014, p. 3). No entanto, para que o acordo fosse assinado, a Ucrânia precisava de cumprir uma série de condições, que estavam delineadas na Agenda de Associação. O objetivo da Agenda de Associação era de preparar e facilitar a implementação do AA, criando um quadro prático através do qual os objetivos globais da associação política e da integração económica pudessem ser realizados fornecendo uma lista de prioridades para o trabalho conjunto por setor (União

Europeia, 2015). Desta maneira, as negociações sobre AA foram concluídas em outubro de 2011, tendo o documento preliminar sido rubricado em março de 2012. O Acordo abrangia também a criação de uma ZCLAA, cujo projeto foi rubricado em julho de 2012. Estes documentos, que juntos somavam 1.200 páginas, representavam um passo significativo na aproximação da Ucrânia aos padrões políticos e económicos da UE (D'Anieri, 2019, p. 387). Porém, o Conselho da União Europeia destacou que o AA seria assinado somente se a Ucrânia demonstrasse progressos significativos em várias áreas, especialmente em relação à realização de eleições parlamentares de acordo com as normas internacionais, implementação das reformas previstas na Agenda de Associação e à resolução de questões de justiça, especialmente o caso de Tymoshenko.

É importante realçar que a UE estabeleceu um prazo, maio de 2013, para que a Ucrânia apresentasse alguns progressos no cumprimento dos objetivos, com os progressos mais substanciais até novembro, altura em que a UE deveria realizar uma Cimeira em Vilnius (Kuzio, 2017, p. 106). Uma sondagem de 2013 realizada pelo *Centro Razumkov* em parceria com a *Fundação Ilko Kucheriv*, colocava o apoio à adesão à UE nos 42% e à adesão à UEE nos 31% (Razumkov Centre, 2013). Este cenário sublinhava a divisão na sociedade ucraniana, com o apoio à UE concentrado predominantemente no oeste e entre os jovens, enquanto o leste e o sul, bem como os eleitores mais velhos, tendiam a favorecer a integração com a Rússia. No entanto, esta divisão também refletia o dilema estratégico enfrentado pelo Yanukovych que até novembro lutou para encontrar um caminho a seguir que não envolvesse a rejeição nem da Rússia nem da UE, pois qualquer uma das quais poderia ser politicamente desastrosa para ele. Para D'Anieiri (2019, p. 389), se Yanukovych rejeitasse a Rússia, a Rússia iria puni-lo, se rejeitasse a UE, os eleitores ucranianos iriam puni-lo.

A pressão russa para evitar que a Ucrânia assinasse o AA foi intensificada à medida que se aproximava o prazo de Vilnius. Durante uma conferência em Ialta, o conselheiro de Putin, Sergey Glazyev, alertou para graves consequências caso o acordo fosse assinado: “Não queremos usar qualquer tipo de chantagem. Mas, legalmente, ao assinar este acordo de associação com a UE, o governo ucraniano viola o tratado de parceria estratégica e amizade com a Rússia.” (Walker, 2013). Desta maneira, o AA foi visto como uma ameaça pela Rússia, que pode ser atribuída tanto ao dilema da segurança como à insistência da Rússia em manter a Ucrânia dentro de sua esfera de influência. Assim sendo, em agosto de 2013, a Rússia começou a abrandar a circulação de mercadorias através da fronteira entre a Ucrânia e a Rússia, provocando uma queda

de 10% nas exportações ucranianas, naquilo que foi visto como um aviso à Ucrânia para não assinar o AA (Plokyh, 2023, p. 105).

Embora a pressão mais intensa sobre Yanukovych tenha vindo da Rússia, a UE também exercia influência significativa para garantir o compromisso da Ucrânia com o AA. Para Kuzio (2017, p. 105), a assinatura do AA foi vista pela UE, e a nível internacional, como uma referência para medir o sucesso das suas políticas na vizinhança, e a UE bem precisava de uma história de sucesso. Na Cimeira UE-Ucrânia, realizada em fevereiro de 2013, José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia, reforçou a incompatibilidade entre os dois caminhos estratégicos disponíveis para o país, declarando: “Um país não pode, ao mesmo tempo, ser membro de uma união aduaneira e integrar uma zona de comércio livre aprofundada com a União Europeia; isso não é possível” (Moscow Times, 2013).

Apesar da ausência de avanços significativos nas negociações, os planos para a assinatura do AA continuaram a avançar. Em setembro de 2013, o governo ucraniano aprovou oficialmente o acordo e autorizou a sua assinatura conjunta na Cimeira de Vilnius (Kubicek, 2016, p. 15). Esta aprovação incluiu a necessidade de cumprir os critérios estabelecidos pela UE, embora esses compromissos não tenham sido efetivamente implementados. Kropatcheva (2014, p. 16) observa que diferentes representantes dos Estados-Membros da UE sublinharam que a Cimeira de Vilnius foi decisiva para a integração europeia da Ucrânia, que representava o marco de “agora ou nunca”, caso contrário esta perspetiva seria adiada por anos. Havia duas questões principais antes da cimeira: a primeira era se o Yanukovych libertaria Tymoshenko; a segunda era se todos os Estados-Membros concordariam em assinar o AA com a Ucrânia, apesar de nem todas as condições terem sido cumpridas (Kropatcheva, 2014, p. 1). Apesar disso, a UE estava disposta a prosseguir com a assinatura do AA durante a Cimeira, demonstrando desta forma uma certa flexibilidade nas suas exigências para assegurar a continuidade do processo de integração europeia da Ucrânia.

A Cimeira de Vilnius, realizada entre 28 e 29 de novembro de 2013, marcou um momento decisivo na política externa ucraniana, revelando a incapacidade da liderança de Yanukovych de manter o curso em direção à integração europeia. A 21 de novembro, o governo ucraniano, liderado pelo Primeiro-Ministro, Mykola Azarov, adotou uma resolução que suspendia os preparativos para a assinatura do AA, citando a necessidade de avaliar cuidadosamente os potenciais custos económicos da integração no mercado europeu. Esta decisão refletia preocupações com possíveis perdas no comércio com a

Rússia e os países da CEI, evidenciando a influência russa e a falta de uma estratégia clara para superar o dilema entre Rússia e Ocidente (Hurak, 2016, p. 114). Apesar da decisão ucraniana, líderes europeus como o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, a Chanceler alemã, Angela Merkel, e o Comissário Europeu para o Alargamento, Stefan Füle, tentaram persuadir Yanukovych a assinar o acordo durante a cimeira, tendo oferecido um pacote de ajuda de 15 mil milhões de dólares e garantido o apoio da Alemanha para suavizar a transição económica (Hurak, 2016, p. 116). Ainda assim, Yanukovych permaneceu inflexível, exigindo empréstimos multibilionários adicionais e propondo conversações trilaterais entre a Ucrânia, a UE e a Rússia como pré-condição para avançar com o acordo (Hurak, 2016, p. 114). Os acontecimentos em Vilnius sugerem que Yanukovych chegou à cimeira sem intenção genuína de assinar o AA, preferindo manter uma postura ambígua que prolongasse o seu equilíbrio entre a UE e a Rússia. No entanto, esta decisão sublinhou a crescente insatisfação popular na Ucrânia, alimentada pelo desapontamento com a recusa de um passo crucial em direção à integração europeia. A suspensão do AA não só reforçou as perceções de subserviência à Rússia como também catalisou as manifestações que rapidamente evoluíram para a Revolução Euromaidan, simbolizando o fracasso da política multivectorial de Yanukovych e abrindo caminho para uma transformação profunda na política ucraniana.

Em dez anos, a Ucrânia viveu duas revoluções democráticas que contribuíram para o crescimento e difusão da identidade ucraniana do Oeste para o Leste do país: a Revolução Laranja e a Revolução da Dignidade. Cada uma destas revoluções mobilizou um grande número de pessoas e levou a um avanço no desenvolvimento da Ucrânia.

No dia 21 de novembro de 2013, imediatamente após o governo ucraniano anunciar a sua decisão de suspender os preparativos para a assinatura de AA com UE, manifestações começaram a surgir no centro de Kyiv. O início destas manifestações, que viriam a ser conhecidas como Euromaidan ou Revolução da Dignidade, conforme analisa Wilson (2014, p. 68), está frequentemente associado a uma publicação no Facebook de Mustafa Naim, jornalista do *Ukrainska Pravda*, fundada pelo jornalista Heorhiy Gongadze antes de ser assassinado em 2000. Na sua publicação, Naim escreveu: “Está bem, falemos seriamente. Quem hoje, até à meia-noite, está pronto para ir à Maidan? Likes não contam. Apenas comentários neste *post* com as palavras “Estou pronto”. Assim que tivermos mais de mil, começaremos a nos organizar.” (Nayyem, 2013). Posteriormente, às 20h30, ele adicionou uma nova mensagem: “Encontro às

22h30 junto ao Monumento da Independência. Vistam-se bem, levem guarda-chuvas, chá, café, bom humor e amigos. Compartilhar o *post* é altamente recomendado!” (Nayyem, 2013). Este apelo rapidamente se tornou um catalisador para os protestos, reunindo centenas de pessoas no centro da capital ucraniana naquela mesma noite. Os primeiros dias de protesto reuniam, sobretudo, estudantes e intelectuais que empunhavam bandeiras da Ucrânia e da UE, expressando a sua profunda desilusão com a decisão de Yanukovych de adiar a assinatura de AA que tinha sido objeto de negociações durante anos (Wilson, 2014, p. 68). Contudo, três dias após o início das manifestações, uma multidão estimada em 100 mil pessoas tomou as ruas de Kyiv, transformando o movimento inicial num protesto de massa contra o governo.

Para Hnatiuk (2019, p. 403), inicialmente, o governo de Yanukovych parecia acreditar que não haveria protestos significativos após a decisão de suspender a assinatura do AA com UE, especialmente considerando a ausência de resistência pública após a prisão de Tymoshenko em agosto de 2011. Na ótica de Matsievskyi (2016, p. 439), tanto em 2004 quanto em 2013, a capacidade da população de se mobilizar em massa foi subestimada pelas autoridades e pela oposição, sobretudo em 2013, quando os primeiros protestos aconteceram de forma espontânea. Porém, foi com o colapso final das negociações com a UE na Cimeira de Vilnius que o número de manifestantes aumentou. Num cenário inicial, não foram a política interna ou a repressão política que deram origem à crise, mas sim a renúncia oficial ao curso pró-europeu, que desencadeou a crise política mais significativa desde a independência da Ucrânia em 1991 (Hnatiuk, 2019, p. 403). Contudo, Yanukovych rapidamente tentou sufocar os primeiros protestos e para evitar que se transformassem numa nova Revolução Laranja. Desta forma, na noite de 30 de novembro, as forças especiais da polícia realizaram um ataque brutal contra os estudantes reunidos na Praça Maidan. Este ato de violência foi um ponto de rutura para a sociedade ucraniana, que não estava disposta a tolerar tal repressão e como resultado no dia seguinte, mais de meio milhão de moradores de Kyiv, incluindo pais e familiares dos estudantes agredidos, saíram para o centro da cidade, transformando Maidan e seus arredores, mais uma vez, num símbolo de liberdade contra o governo corrupto e sua política (Plokyh, 2016, p. 436). Para D’Anieri (2019, p. 427), a violência policial de 30 de novembro foi crucial para estimular os protestos, já que o movimento contra a brutalidade policial e o autoritarismo obteve um apoio muito mais vasto do que um movimento contra a suspensão das negociações dos AA. Já Matsievskyi (2016, p. 439), observa que, se as

autoridades não tivessem usado a força na noite de 30 de novembro, não se sabe se Maidan teria mobilizado um número tão grande de pessoas e teria durado tanto tempo.

O que começou por ser uma exigência de adesão à Europa transformou-se numa verdadeira Revolução, a Revolução da Dignidade. Nesta perspectiva, Kowal e Mink (2019, p. 45), argumentam que a revolução que tomou lugar na Ucrânia entre 2013-2014 teve duas fases: o Euromaidan, que tomou lugar com os primeiros protestos contra a não assinatura de AA, e a Revolução da Dignidade que emergiu após os espancamentos de estudantes. Para Snyder (2019, p. 134), as manifestações de dezembro de 2013 transcenderam a questão europeia e concentraram-se em reivindicar uma política digna na Ucrânia. Os manifestantes interpretaram aquele momento como uma distorção de sua sociedade política, defendendo não apenas um futuro europeu, mas também as frágeis conquistas democráticas do presente ucraniano.

De acordo com D'Anieri (2019, p. 430), os motivos que levaram os manifestantes ao Maidan evoluíram significativamente ao longo dos três meses de protestos. Inicialmente, muitos associaram o movimento ao termo “Euromaidan”, destacando o objetivo de pressionar pelo AA com a UE. Outros, entretanto, o identificaram como a “Revolução da Dignidade”, com foco na frustração generalizada com a corrupção sistêmica e na repressão violenta do governo de Yanukovych contra os manifestantes. Conforme o estudo conduzido pelo KIIS os principais motivos que mobilizaram as pessoas a protestar e a permanecer no Maidan refletem tanto a repressão violenta quanto os anseios por mudanças sistêmicas (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2014). Em primeiro lugar, 61% dos entrevistados mencionaram a repressão brutal das autoridades como a razão principal para aderirem às manifestações. Em segundo lugar, destacou-se o desejo de transformar a vida na Ucrânia (51%). Outros motivos incluíram a recusa de Yanukovych em assinar o AA e a aspiração de mudar o regime político do país (46%). Esta pluralidade de motivações revela que o movimento, embora inicialmente centrado em questões de política externa e integração europeia, rapidamente adquiriu uma dimensão mais ampla, abrangendo exigências sociais, políticas e institucionais. Assim, o Maidan tornou-se um símbolo de resistência não apenas ao autoritarismo, mas também à corrupção e à estagnação política que caracterizavam o país.

No final de janeiro e início de fevereiro de 2014, duas tendências aparentemente opostas marcaram a vida política ucraniana (D'Anieri, 2019, p. 433). Por um lado, as negociações entre o regime de Yanukovych e os líderes da oposição davam sinais de

progresso. Por outro, aumentava a probabilidade de violência, reforçada pela introdução das “*Leis Ditatoriais*” a 16 de janeiro, que impunham restrições severas às liberdades civis, como a criminalização do uso de capacetes e máscaras durante protestos e penas rigorosas por alegado “extremismo” (Verkhovna Rada, 2014). A escalada violenta começou com as primeiras mortes na Praça Maidan a 22 de janeiro, mas, conforme destaca Plokhyy (2016, p. 436), atingiu o seu auge a 18 de fevereiro, alterando profundamente o curso da Revolução da Dignidade. A partir deste momento, os protestos pacíficos que caracterizaram a década de 1990, a Revolução Laranja de 2004 e os primeiros meses da Revolução da Dignidade tornaram-se o passado. Entre 18 e 21 de fevereiro morreram mais de 100 manifestantes que ficaram conhecidos por “Cem Celestes” (Radio Free Europe - Radio Liberty, 2015). A investigação oficial da Procuradoria-Geral da Ucrânia, mais tarde, acusou as forças de segurança, em particular a polícia de Berkut, de estarem envolvidas no massacre, sob as ordens de Yanukovych e seus aliados no Serviço de Segurança da Ucrânia e no Ministério da Administração Interna (Katchanovski, 2023). Desta maneira, a violência de 20 de fevereiro demoliu a legitimidade do governo aos olhos de muitos na Ucrânia e aumentou a determinação das pessoas de que Yanukovych tinha de se demitir.

Como é observado por Dragneva e Wolczuk (2015, p. 97), os assassinatos em massa de 19 de fevereiro levaram a uma missão *ad hoc* à Ucrânia dos Ministros dos Negócios Estrangeiros alemão, francês e polaco, que mediarão negociações entre a oposição e o regime de Yanukovych na noite de 20 para 21 de fevereiro. A Rússia também participou da mediação, com o envio do ombudsman russo para os direitos humanos, Vladimir Lukin. O acordo alcançado resultou na formação de um novo governo e na convocação de eleições presidenciais antecipadas, embora Yanukovych continuasse como presidente até dezembro, e um retorno à Constituição de 2004, que limitava seus poderes (Wilson, 2014, p. 91). Além disso, o acordo previu uma investigação sobre a violência durante os protestos, sob supervisão conjunta das autoridades, da oposição e do Conselho da Europa, e uma amnistia para os manifestantes detidos desde 17 de fevereiro. O compromisso também incluía garantias de que o estado de emergência não seria imposto e que ambas as partes se absteriam de violência, além de ações para a normalização da vida nas cidades e aldeias. No entanto, embora a Rússia tenha afirmado que o acordo era vinculativo, o enviado russo Lukin não assinou o documento. Yanukovych, no entanto, negociava de má-fé e, após uma série de acontecimentos, fugiu de Kyiv para Kharkiv a 21 de fevereiro (Olchawa, 2019,

p. 479). No dia seguinte, a Verkhovna Rada adotou uma resolução que resultou na destituição de Yanukovych, considerando-o responsável pela morte de mais de 80 manifestantes e policiais (Olchawa, 2019, p. 479). Desta maneira, conforme Plokhyy (2016, p. 437) sublinha, o tirano desapareceu – a revolução venceu.

Em suma, a Revolução da Dignidade, ao mobilizar um número superior de pessoas em comparação com a Revolução Laranja e ao perdurar por três meses, destacou-se não só pela sua magnitude, mas também pela violência que a caracterizou, em contraste com a natureza pacífica da revolução de 2004. O massacre de mais de 100 manifestantes foi um ponto de inflexão, tanto a nível interno como internacional, gerando uma condenação generalizada e o colapso do Partido das Regiões, dominado por Yanukovych. A sua presidência, conforme foi analisado anteriormente, ficou marcada pela brutalidade e pela repressão, o que polarizou ainda mais a sociedade ucraniana e culminou na ação militar russa, incluindo a anexação da Crimeia e a agressão militar nas regiões do Leste da Ucrânia. A resposta do Kremlin, motivada pelo receio de que o exemplo ucraniano de resistência e luta por liberdade democrática pudesse inspirar movimentos similares em seu redor, traduziu-se numa tentativa agressiva de sufocar a independência e os avanços democráticos da Ucrânia, agravando a crise regional e dando início a um conflito de longo prazo.

A Revolução da Dignidade reflete uma mudança profunda nas dinâmicas políticas e geopolíticas da Ucrânia, marcada pela escolha estratégica entre a Rússia e o Ocidente. A teoria de Theda Skocpol sobre revoluções, que argumenta que estas transformações muitas vezes têm origem não nas ações das massas, mas nas falhas estruturais do Estado, ou seja, enfatiza que os processos revolucionários muitas vezes não começam “de baixo”, mas “de cima”, oferece uma explicação relevante para o caso ucraniano (Skocpol, 1979). Skocpol sugere que revoluções frequentemente resultam do colapso das instituições do Estado, que, sob pressão externa, se tornam incapazes de manter a ordem e a segurança, o que fragiliza o poder central e cria um vazio que pode ser preenchido por movimentos populares. Desta maneira, no caso da Ucrânia, conforme reflete Matsievskyi (2016, p. 442), a vulnerabilidade do regime de Yanukovych, exacerbada pela pressão externa de Moscovo e a crescente insatisfação interna, levou ao colapso da autoridade estatal, precipitando uma crise política que rapidamente se transformou em um movimento revolucionário.

A recusa de Yanukovych em assinar o AA com a UE foi o estopim que desencadeou protestos em massa, desencadeando uma crise política que, rapidamente,

se transformou numa luta aberta pela redefinição da identidade geopolítica da Ucrânia. A escalada de violência, com a morte de manifestantes e a adoção das “leis ditatoriais” em janeiro de 2014, trouxe o regime de Yanukovych à beira do colapso, enquanto a sociedade ucraniana se mobilizou em defesa dos valores democráticos e europeus. A repressão violenta contra os manifestantes, incluindo o massacre dos “Cem Celestes” em fevereiro de 2014, evidenciou a fragilidade do governo e a incapacidade do regime em lidar com a crescente oposição popular.

Este processo, mais do que uma simples revolução política, é considerado por Perepelytsia (2019) como uma revolução de identidade. O Euromaidan não foi apenas um movimento por democracia e justiça, mas também uma declaração clara de aspiração à integração europeia. Ao se alinhar com os valores da UE, a Ucrânia rejeitou a dependência de Moscovo e reafirmou a sua identidade europeia (Perepelytsia, 2019, p. 525). A luta dos manifestantes simbolizou a busca por uma Ucrânia democrática, orientada para o Ocidente e comprometida com os valores de liberdade e direitos humanos. Este movimento, portanto, para Herpen (2019, p. 159) não se limitou a questionar a posição geopolítica da Ucrânia, mas também a promover uma mudança de paradigma na identidade, posicionando a Ucrânia como parte de uma Europa unida e democrática.

Desta forma, a Revolução da Dignidade marcou o início de um processo de redefinição da identidade ucraniana. As manifestações, inicialmente centradas em Kyiv, expandiram-se para outras regiões, incluindo o sul da Ucrânia, unificando o país em torno de uma identidade nacional que transcendia as divisões étnicas e regionais. O movimento propiciou o fortalecimento do patriotismo e da dignidade nacional, constituindo uma base social para o apoio às reformas democráticas e à adoção de um rumo de integração europeia (Perepelytsia, 2019, p. 524). Contudo, ao mesmo tempo, a reação da Rússia e a subsequente anexação da Crimeia, bem como a ocupação de partes do leste da Ucrânia, demonstraram que, embora a Revolução tenha sido um marco importante na afirmação da identidade ucraniana, as consequências geopolíticas da revolução foram muito mais complexas, resultando na perda de parte da integridade territorial da Ucrânia. (Perepelytsia, 2019, p. 530).

Concluindo assim, a Revolução da Dignidade não pode ser vista apenas como um movimento de mudança política, mas também como um marco na luta por valores democráticos e por um futuro europeu para a Ucrânia. Este movimento representou a afirmação inequívoca do país em favor de um futuro democrático, rompendo com o

multivectorialismo que havia caracterizado as duas primeiras décadas de independência. Ao reivindicar um alinhamento claro com a Europa, a Revolução da Dignidade simbolizou uma transformação profunda na trajetória histórica e geopolítica da Ucrânia, reafirmando a sua aspiração de se consolidar como parte integrante da comunidade europeia e dos seus valores fundamentais.

3. Considerações Finais

O governo de Yanukovich foi marcado por uma abordagem ambígua na política externa, refletida no regresso ao multivectorialismo, que buscava equilibrar as relações com a Rússia e o Ocidente. Apesar das tentativas de manter este equilíbrio, a sua recusa em assinar o AA com a UE em novembro de 2013 expôs as limitações desta estratégia, levando a uma crise política sem precedentes. A decisão de privilegiar interesses pró-russos e rejeitar as aspirações pró-europeias revelou não apenas o caráter autoritário de seu governo, mas também a fragilidade das instituições estatais que não conseguiram conter a escalada do descontentamento popular.

A Revolução da Dignidade emergiu como uma resposta direta a essa conjuntura, transformando-se num marco histórico de contestação ao autoritarismo e reafirmação de valores democráticos e europeus. Ao longo de três meses de protestos, o movimento não apenas desafiou o regime de Yanukovich, mas também consolidou a identidade política ucraniana em torno de um projeto de soberania e integração europeia. A repressão brutal, culminando no massacre dos Cem Celestes, foi um ponto de inflexão que deslegitimou o regime e uniu amplos setores da sociedade em torno da rejeição da corrupção, da violência estatal e do autoritarismo.

A Revolução Laranja, impulsionada por denúncias de fraude eleitoral, também se traduziu na luta pela democracia e pelos valores ocidentais, embora os resultados práticos do período pós-revolucionário tenham desiludido muitas as expectativas, especialmente devido ao fracasso em implementar reformas estruturais duradouras. Mas, a Revolução Laranja consolidou a ideia de que o povo ucraniano poderia mobilizar-se em prol de mudanças democráticas. Neste sentido a Revolução da Dignidade, representou uma rutura ainda mais profunda com o passado. Ao se opor à decisão de manter a Ucrânia na esfera de influência russa, o Euromaidan simbolizou o rompimento com o *Russkiy Mir* (Mundo Russo) e com os resquícios do passado soviético, reafirmando o desejo de alinhamento com os valores e instituições europeias. Assim, a

Revolução da Dignidade pode ser vista como a culminação das aspirações expressas pela Revolução Laranja, ao dar um passo decisivo na trajetória da Ucrânia rumo à integração europeia. Estas duas revoluções, ao mesmo tempo em que refletem o espírito democrático da sociedade ucraniana, também marcaram avanços significativos na construção de uma identidade baseada nos valores democráticos e na escolha consciente de um futuro desvinculado do legado soviético e da influência russa.

Em suma, a importância da Revolução da Dignidade transcende a política interna, assumindo uma dimensão geopolítica e identitária. Ao mesmo tempo, a revolução evidenciou as tensões regionais e internacionais, com a reação do Kremlin levando à anexação da Crimeia e ao conflito no Leste da Ucrânia, desafiando a soberania ucraniana e sublinhando a complexidade de sua trajetória pós-revolução. Este capítulo demonstra como a revolução não foi um acontecimento isolado, mas o culminar de processos históricos e sociais que moldaram a identidade da Ucrânia como um Estado europeu soberano, reforçando a sua determinação em construir um futuro baseado em liberdade, justiça e dignidade.

III. O Renascimento da Identidade Ucraniana e as Agressões Híbridas Russas

Alguns autores argumentam que a dissolução da União Soviética e a subsequente separação entre a Rússia e a Ucrânia em 1991 ocorreram de forma relativamente pacífica, com a independência ucraniana a ser alcançada sem confrontos significativos. Plokyh (2023, p. 49) destaca que este processo foi marcado pela ausência de violência generalizada, enfatizando o papel do referendo de dezembro de 1991, no qual a esmagadora maioria da população ucraniana apoiou a independência. Este resultado consolidou um consenso nacional e facilitou um desfecho estável para a transição política. No entanto, Plokyh também ressalta a persistência de tensões latentes, especialmente em torno de questões como o estatuto da Crimeia e a divisão FRMN.

De forma semelhante, D'Anieri (2019, p. 14) caracteriza o processo de separação como um “divórcio civilizado”, sugerindo que as negociações entre Moscovo e Kyiv transcorreram de forma pragmática e relativamente ordenada. Contudo, conforme destacado por Wood (2016, p. 51), este divórcio inicialmente amigável culminou inesperadamente em confrontos violentos em 2014. Como analisado nos capítulos anteriores, a relação bilateral entre Rússia e Ucrânia já apresentava picos de tensão antes de 2014, nomeadamente, nas divergências sobre o Tratado de Amizade (1997), com a Revolução Laranja (2004-2005) e as chamadas “guerras do gás”. No entanto, a Revolução da Dignidade marcou uma mudança qualitativa nessas relações, precipitando a anexação da Crimeia e o início do conflito no Donbass, acontecimentos que serão explorados neste capítulo. Desta forma, a agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, materializada pela ocupação e subsequente anexação da Crimeia em fevereiro-março de 2014 e pela guerra híbrida no Donbass, representou o rompimento definitivo deste “divórcio civilizado”.

Alguns autores, como Perepelytsia (2019, p. 531), argumentam que a Revolução da Dignidade serviu como catalisador para a intervenção russa, mas que não foi a sua causa primordial. Embora o Maidan tenha constituído uma pré-condição para o desencadear da guerra pela Rússia, não foi, portanto, a razão direta para os acontecimentos que se seguiram. A existência de um Estado ucraniano independente e o renascimento da identidade ucraniana representaram desafios insuportáveis para Kremlin, sendo esses os verdadeiros motores da agressão.

Neste sentido, a Revolução da Dignidade, na ótica de Perepelytsia (2019, p. 530), ofereceu ao Kremlin uma oportunidade estratégica: o vazio de poder em Kyiv após a fuga de Yanukovych e a instabilidade da nova administração permitiram à Rússia agir rapidamente. Esta intervenção violou flagrantemente a integridade territorial da Ucrânia, garantida pelo Memorando de Budapeste de 1994, no qual a Rússia, entre outros signatários, comprometeu-se a respeitar as fronteiras ucranianas em troca do desarmamento nuclear do país. Também contrariou o Tratado de Amizade de 1997, que formalizou o reconhecimento russo dessa mesma fronteira com a Ucrânia.

A agressão russa é amplamente entendida como um caso paradigmático de guerra híbrida. Segundo Hoffman (2007), que explora o conceito de forma abrangente, a guerra híbrida combina táticas convencionais e irregulares com ferramentas não-militares, como desinformação, ciberataques e operações psicológicas, para explorar ambiguidades e evitar uma resposta clara do oponente. Desta forma, a anexação da Crimeia e o conflito no Donbass ilustram a implementação dessa estratégia, na qual atores estatais e não estatais foram mobilizados para criar confusão e minar a soberania ucraniana.

Este capítulo tem como objetivo examinar os acontecimentos que ocorreram desde a anexação ilegal da Crimeia até a guerra híbrida promovida pela Rússia no Donbass, abrangendo o período até o final do mandato de Petro Poroshenko. Além disso, serão analisadas as tentativas de negociação, os Acordos de Minsk. O enfoque principal será avaliar de que forma esses acontecimentos influenciaram a identidade nacional da Ucrânia e redefiniram a sua posição na sociedade internacional.

1. Kyiv, a anexação da Crimeia e a guerra no Donbass

Compreender o caso da Crimeia requer uma análise atenta do seu contexto histórico, marcado por disputas territoriais e transformações demográficas ao longo dos séculos. Para Wilson (2014, p. 99), um dos mitos frequentemente repetidos, tanto na Rússia quanto no Ocidente, é a alegação de que Nikita Khrushchev “ofereceu” a Crimeia à Ucrânia em 1954, um gesto muitas vezes tratado como um ato casual e desprovido de relevância política. No entanto, a história da Crimeia é bem mais complexa, envolvendo ciclos de anexações, expulsões e redefinições identitárias.

Ao longo dos 400 anos em que a península esteve sob o domínio do Canato da Crimeia, os tártaros eram amplamente reconhecidos como os verdadeiros “Crimeanos”

(Qırımlar) (Wilson, 2014, p. 101). Desta forma, antes de ser anexada pelo Império Russo em 1783, a Crimeia abrigava uma população estimada entre 230.000 e 400.000 pessoas, das quais cerca de 90% eram tártaros da Crimeia (Berikova, Ivanesh, Tishenko, Gromenko, & Ablaev, 2020, p. 68). Contudo, a anexação russa marcou o início de um processo de marginalização dessa população, visto que, por exemplo, no período anterior à Revolução de 1917, os tártaros representavam apenas 26,8% da população local, reflexo de políticas imperiais que incentivaram a migração de russos e outros grupos para a região, enquanto promoviam a expulsão ou assimilação forçada dos tártaros (Berikova, Ivanesh, Tishenko, Gromenko, & Ablaev, 2020, p. 91).

Com a criação da República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia, em 1921, seguiram-se as políticas repressivas soviéticas, que culminaram em duas grandes fomes (1921-1923 e 1932-1933) e nas purgas da década de 1930 (Berikova, Ivanesh, Tishenko, Gromenko, & Ablaev, 2020, p. 121). Estas ações tiveram consequências devastadoras para os tártaros, com estimativas a indicar que, entre 1917 e 1933, aproximadamente 150.000 tártaros foram mortos ou forçados ao exílio. O episódio mais traumático da história dos tártaros da Crimeia foi o *Sürgünlik*, ou deportação em massa, realizado em 1944. Acusados de colaborar com os ocupantes alemães durante a Segunda Guerra Mundial, a população tártara foi expulsa na sua totalidade da península pela União Soviética. Este ato de deportação marcou profundamente a memória coletiva dos tártaros e continua a ser um símbolo central de sua identidade e luta por justiça histórica (Wilson, 2014, p. 103).

A dissolução da União Soviética em 1991 impôs novos desafios à Crimeia, que passou a integrar a Ucrânia como uma região autónoma dentro do recém-independente Estado ucraniano. A composição demográfica da península refletia os efeitos de séculos de políticas de exclusão, realocização e repressão. De acordo com o censo de 2001, uma década após a independência da Ucrânia, a população da Crimeia era composta em 58,5% por russos étnicos, uma diminuição em relação aos 65,6% registados em 1989 (Serviço Estatal de Estatísticas da Ucrânia, 2001). Os ucranianos representavam 24,4% da população, uma ligeira queda em comparação com os 26,7% de 1989 (Serviço Estatal de Estatísticas da Ucrânia, 2001). Mais notável, porém, foi o crescimento da população tártara da Crimeia, que, após décadas de exílio forçado, começava a recuperar demograficamente. Em 2001, os tártaros representavam 12,1% da população, um aumento expressivo em comparação com os 1,9% registrados em 1989 (Serviço Estatal de Estatísticas da Ucrânia, 2001)

O estatuto da Crimeia como parte da Ucrânia foi confirmado no referendo de dezembro de 1991, que consolidou a independência do país. No entanto, a adesão à independência foi consideravelmente menor na península do que no resto da Ucrânia: enquanto mais de 90% dos ucranianos votaram a favor da separação da União Soviética, apenas 54% dos eleitores da Crimeia apoiaram a independência (Comissão Eleitoral Central, 1991). Como Plokhyy (2023, p. 81) analisa, esta discrepância alimentou percepções históricas e narrativas na Rússia que diversos grupos políticos, incluindo democratas, comunistas e nacionalistas, reivindicavam um suposto direito histórico sobre a região.

Estas tensões culminaram num ponto de rutura após a Revolução da Dignidade e a subsequente queda de Yanukovich, em fevereiro de 2014, que forneceram o pretexto para a intervenção russa, a ocupação da Crimeia e respetiva anexação formal. Esta, por sua vez, funcionou como detonadora do conflito militar, ou seja, da primeira fase da devastadora guerra russo-ucraniana (Perepelytsia, 2019, p. 525). Segundo Wood (2016, p. 13), há provas de que os preparativos russos para ações na península começaram já nos primeiros dias dos protestos Euromaidan em novembro de 2013. Os meios de comunicação russos intensificaram campanhas anti-Maidan, explorando temores na Crimeia e no leste da Ucrânia, enquanto grupos pró-russos no parlamento da Crimeia pressionavam no sentido da sua separação da Ucrânia.

Dada a presença de Frota Russa em Sebastopol, segundo Freedman (2019, p. 86) a tomada da Crimeia nunca seria uma operação muito desafiante. Na madrugada de 27 de fevereiro de 2014, sessenta homens não identificados tomaram o parlamento da Crimeia hasteando bandeiras russas. Na sequência disso, realizou-se uma reunião em que se votou para substituir o primeiro-ministro pelo pró-russo Sergei Aksyonov. As novas autoridades da Crimeia declararam a ilegitimidade do novo governo em Kyiv e pediram o apoio da Rússia. (Conselho de Ministros da República da Crimeia, 2014). Na noite seguinte, a 28 de fevereiro, iniciou-se a invasão militar em grande escala da Crimeia, quando soldados, novamente sem qualquer identificação, tomaram os aeroportos de Simferopol e Sebastopol. Wood (2016, p. 113), caracteriza esta operação como uma rutura paradigmática com as normas internacionais, enfatizando que nenhuma invasão foi formalmente declarada. Pelo contrário, os soldados foram enviados sem insígnias e utilizando máscaras para impedir a sua identificação e evitar questionamentos diretos.

Os líderes russos expressaram preocupação com a população russa na Crimeia afirmando que o novo governo ucraniano violava os direitos das minorias russas, e, portanto, o objetivo da Rússia era o de defender os seus compatriotas. No dia 4 de março, Putin promoveu uma conferência de imprensa em que denominou a Revolução da Dignidade como um golpe de Estado e negou o papel dos militares russos na ocupação da Crimeia, sugerindo que estava a ser feita por unidades locais de autodefesa (Putin, 2014b). Putin declarou que a Rússia não poderia “abandonar aquele território e as pessoas que nele vivem ao seu destino, o que significaria serem esmagadas pelos nacionalistas”. (BBC Serviço Russo, 2015). No entanto, mais tarde, admitiu que “os militares russos apoiaram as forças de autodefesa da Crimeia”, revelando o envolvimento direto da Rússia no processo (BBC Serviço Russo, 2015).

Contudo, para D’Anieiri (2019, p. 449), a resposta ucraniana à ameaça na Crimeia foi limitada, refletindo o estado de caos político e militar do país após a Revolução da Dignidade. Incapaz de enfrentar diretamente as forças russas, Freedman (2019, p. 97) argumenta que Kyiv optou por uma estratégia de não provocação, possivelmente para evitar repetir o erro da Geórgia em 2008, que forneceu um pretexto para a intervenção russa. Assim, as tropas ucranianas foram ordenadas a evacuar a península, enquanto Kyiv se concentrava em consolidar o novo governo e obter apoio internacional.

No dia 16 de março, foi realizado na Crimeia um referendo que apresentava apenas duas opções: “A favor da reunificação da Crimeia com a Rússia como parte da Federação Russa? ou “A favor da restauração da Constituição de 1992 e do estatuto da Crimeia como parte da Ucrânia?” (Conselho Supremo da República Autônoma da Crimeia, 2014). Ambas as opções implicavam, na prática, uma separação *de facto* da Ucrânia: a primeira propunha a integração direta na Federação Russa, enquanto a segunda sugeria o restabelecimento de um estatuto de autonomia ampliado, nos moldes da Constituição de 1992, que conferia à Crimeia competências quase soberanas. Em ambos os casos, a manutenção da península sob jurisdição efetiva do Estado ucraniano seria comprometida. De acordo com os resultados, 96,7% dos eleitores a favor da união com a Rússia, com uma participação alegadamente de 83,1% (RBK, 2014).

Tais números, no entanto, foram amplamente contestados por analistas e observadores internacionais. Para Wilson (2014, p. 113), a Rússia estava habituada a tais maiorias ditatoriais e esta “esmagadora maioria anunciada” não era etnicamente plausível, tendo em conta que 24% da população da Crimeia era ucraniana e 13%

composta por tártaros, grupos amplamente contrários à anexação. Além disso, a ausência de observadores independentes e a presença de tropas russas em toda a península geraram sérias dúvidas quanto à legitimidade e à liberdade do processo. De acordo com vice-presidente do Mejlis, que é o órgão representativo executivo não-oficial dos tártaros da Crimeia, a taxa máxima de participação eleitoral em tempos de estabilidade e eleições regulares nunca ultrapassava 40% (Ukrinform, 2014). Assim, a alegação de que 70% do eleitorado teria comparecido ao referendo foi amplamente considerada inverosímil.

O governo ucraniano rejeitou categoricamente os resultados do referendo, argumentando que este violava a Constituição da Ucrânia, que estabelece, na cláusula 20 da primeira parte do artigo 92.º, que a organização e o procedimento de realização de eleições e referendos são determinados exclusivamente pelas leis nacionais (Verkhonva Rada, 1996a). O primeiro-ministro ucraniano, Arseniy Yatseniuk, reafirmou esta posição ao declarar que “a Ucrânia nunca reconhecerá a anexação da Crimeia sob nenhuma circunstância” (Gabinete de Ministros da Ucrânia, 2014). A sociedade internacional também condenou o referendo. Tanto os EUA (Obama, 2014) quanto a UE (Conselho Europeu, 2014) classificaram-no como ilegal e ilegítimo, sublinhando que qualquer alteração no estatuto territorial da Crimeia deveria ocorrer em conformidade com o direito internacional e com a Constituição ucraniana. Além disso, a 27 de março, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 68/262, apoiada por 100 países, que reafirmou a integridade territorial da Ucrânia e declarou inválido o referendo realizado (Organização das Nações Unidas, 2014). Por outro lado, Putin defendeu a legalidade do referendo, alegando que este foi realizado em conformidade com as normas internacionais e com os princípios da Carta das Nações Unidas sobre autodeterminação (Putin, 2014b).

No dia 17 de março de 2014, após a conclusão da contagem oficial do referendo, o Parlamento da Crimeia solicitou formalmente às autoridades russas a incorporação da península ao território da Federação Russa (Conselho de Estado da República da Crimeia, 2014). Em resposta, no dia 18 de março, a Crimeia foi oficialmente anexada pela Rússia, marcando o primeiro caso de anexação de território de uma nação soberana na Europa por outro Estado desde a Segunda Guerra Mundial. A anexação foi formalizada em conformidade com o artigo 65 da Constituição da Federação Russa, que estabeleceu a incorporação da península como duas entidades administrativas distintas: a República da Crimeia tornou-se a 22ª república da Federação Russa, enquanto a

cidade de Sevastopol adquiriu o estatuto de “cidade de importância federal”, semelhante a Moscovo e São Petersburgo (Constituição da Federação da Rússia, 1993).

Desta forma, a anexação da Crimeia destacou-se como um marco na política externa russa, refletindo uma nova estratégia geopolítica de Kremlin, amplamente interpretada como a promoção e defesa do conceito de *Russkiy Mir*, conforme analisado por Laruelle. Na ótica de Laruelle, *Russkiy Mir* engloba a proteção de comunidades russófonas e a promoção de valores culturais, históricos e linguísticos associados à Rússia, sendo instrumentalizado como uma ferramenta tanto de *soft power* quanto de *hard power*. (Laruelle, 2015, pp. 6-12). Assim, a anexação da Crimeia simbolizou uma viragem assertiva na postura internacional russa, ancorada numa combinação de argumentos culturais, históricos e securitários que sustentam as ambições geopolíticas do Kremlin.

No entanto, como Snyder (2019, p. 149) observa, a anexação da Crimeia violava os princípios consensuais básicos do direito internacional, a Carta da ONU, todos os tratados assinados entre a Ucrânia e a Rússia independentes, bem como várias garantias que a Rússia dera à Ucrânia sobre a proteção das suas fronteiras. O Tratado de 1997, em particular, estipulava no artigo 2.º que ambos os países respeitariam a integridade territorial um do outro e manteriam as fronteiras existentes. Apesar dessas garantias, a Crimeia foi anexada.

Em suma, como D’Anieri (2019, p. 452) destaca, o processo de anexação da Crimeia durou pouco mais de três semanas, desde a aparição dos “homenzinhos verdes” no aeroporto de Simferopol, e pouco menos de quatro semanas após a fuga de Yanukovych de Kyiv. O governo ucraniano recusou-se a reconhecer a legitimidade do referendo realizado na Crimeia, mas mostrou-se ineficaz face à iminência da ocupação, temendo uma escalada do conflito e as possíveis repercussões de uma confrontação direta com a Rússia. Desta maneira, a 15 de abril de 2014, a Verkhovna Rada da Ucrânia adotou a lei *Sobre os territórios sob ocupação temporária da Ucrânia* que define a República Autónoma da Crimeia como “territórios sob ocupação temporária” (Verkhovna Rada, 2014b). Esta lei estipula que o estatuto da Crimeia deveria ser definido através de um processo político e diplomático internacional, e que a Ucrânia não reconheceria a anexação de forma alguma. Além disso, o governo ucraniano comprometeu-se a continuar a defender a restauração da sua autoridade sobre a Crimeia, utilizando todos os meios legais e políticos disponíveis (Verkhovna Rada, 2014b). Como argumenta Snyder (2019), apesar de Putin ter conseguido anexar a Crimeia, o

custo desta conquista foi a perda da Ucrânia. Diante da ameaça russa e após a agressão, a Ucrânia solidificou uma identidade nacional fortemente orientada para o Ocidente, buscando segurança, apoio e cooperação através da UE e da NATO.

A anexação relativamente pacífica da Crimeia em março de 2014 serviu como um precedente estratégico para o Kremlin, que buscou replicar táticas semelhantes no sul e no leste da Ucrânia. Como argumenta Snyder (2019, p. 173), o termo *Novorossiya* (Nova Rússia) foi amplamente resgatado e difundido por Putin, bem como por figuras ideológicas como Vladislav Surkov e Aleksandr Dugin. Este conceito, oriundo do século XIX, foi instrumentalizado para justificar reivindicações territoriais contemporâneas, promovendo a narrativa de que regiões como Kharkiv, Lugansk, Donetsk, Kherson, Mikolayiv e Odessa pertenciam historicamente à Rússia. Desta forma, Wilson (2014, p. 120). enfatiza que *Novorossiya* representava, originalmente, um rótulo imperialista associado às conquistas territoriais do Império Russo, mas que, no contexto do século XXI, carecia de correspondência com as realidades geopolíticas e sociais. A instrumentalização desse termo por Putin, portanto, tinha uma forte conotação simbólica e política, sendo usada para reforçar a narrativa de que as regiões mencionadas foram supostamente “doações” feitas à Ucrânia pelo governo soviético na década de 1920.

Apesar da força desta retórica, os dados empíricos sugerem que esta narrativa não encontrava amplo apoio entre a população local. Pesquisas de opinião conduzidas em abril de 2014 pelo KIIS indicaram que apenas uma minoria nas regiões do leste e sul da Ucrânia apoiava a ideia de separação e união com a Rússia (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2014b). De acordo com estes inquéritos, apenas 15,4% da população manifestava apoio ao separatismo (7,1% definitivamente e 8,3% de forma moderada). Mesmo nas regiões de Donetsk e Lugansk, consideradas os principais focos de instabilidade, os números permaneceram minoritários, com 27,5% e 30,3%, respetivamente. Estes dados desmentem a ideia de uma revolta popular genuína e demonstram o papel crucial da intervenção externa e da propaganda russa na mobilização de grupos separatistas. Como Plokhyy (2023) observa, a estratégia russa apoiou-se na manipulação de tensões locais preexistentes, mas a resistência da maioria das populações à separação evidenciava o caráter artificial do projeto *Novorossiya*.

O início do conflito no Donbass, assim como a anexação da Crimeia, ocorreu durante um momento de interregno político na Ucrânia, um período de vulnerabilidade institucional que, segundo Plokhyy (2023, p. 131), frequentemente cria oportunidades

para intervenções externas por parte de Estados vizinhos com interesses expansionistas. Neste contexto, em abril de 2014, seguindo um modelo semelhante ao aplicado na Crimeia, nacionalistas russos e mercenários organizados, com apoio logístico e estratégico da Rússia, começaram a fomentar insurreições em cidades-chave do leste da Ucrânia, que por sua vez deram origem à guerra no Donbass. Grupos pró-russos proclamaram a criação da “República Popular de Donetsk” (RPD), centrada na cidade homônima, e, logo depois, da “República Popular de Lugansk” (RPL), com sede em Lugansk. Apesar de movimentos semelhantes em cidades como Kharkiv e Odessa, as tentativas de insurreição nessas regiões foram rapidamente neutralizadas pelo governo ucraniano, que contou com o apoio de ativistas locais e de forças de segurança mais organizadas. Para conferir uma aparência de legitimidade à sua causa, os líderes separatistas organizaram referendos ilegítimos em Donetsk e Lugansk em 11 de maio de 2014. Segundo os organizadores, em Donetsk, 89,7% dos eleitores teriam apoiado a autodeterminação estatal das autoproclamadas repúblicas, com uma participação alegada de 74,87%, enquanto em Lugansk, 96% dos eleitores teriam votado a favor da separação, com uma suposta taxa de participação de 75% (RIA Novosti, 2014). No entanto, esses plebiscitos foram conduzidos sem qualquer supervisão internacional ou base jurídica reconhecida, sendo muito contestados por observadores independentes devido à falta de transparência, coerção sobre os eleitores e o ambiente de conflito em que foram realizados.

Em resposta à escalada do conflito no leste da Ucrânia, o governo ucraniano declarou, em 13 de abril de 2014, o início de Operação Antiterrorista (ATO), com o objetivo de neutralizar as ações separatistas (Presidente da Ucrânia, 2014). Para Wilson (2014, p. 136), a escolha da terminologia por parte do governo ucraniano refletia a intenção de enquadrar a resposta militar como uma ação contra elementos terroristas, evitando o reconhecimento formal de um conflito interestatal com a Rússia. O presidente interino, Oleksandr Turchynov, reforçou esta posição ao afirmar: “Esta não é uma guerra entre ucranianos. Esta é uma situação de confronto criada artificialmente, que visa enfraquecer e destruir a própria Ucrânia” (Ukrainska Pravda, 2014). Desta forma, nesta fase inicial do conflito, a Ucrânia deliberadamente evitou classificar a guerra como tal, optando por uma estratégia de contenção que priorizava a estabilização interna e a resposta militar limitada, sem medidas excepcionais como a mobilização geral ou a introdução da lei marcial.

Por outro lado, segundo Katchanovski (2016, p. 6), governo russo mantinha a postura de que não havia unidades russas, nem serviços especiais e conselheiros táticos no leste da Ucrânia afirmando que as ações separatistas eram exclusivamente conduzidas por residentes locais. Nos meios de comunicação social, governo russo apresentou a guerra no Donbass como uma guerra civil resultado de uma tentativa das forças ucranianas e de formações paramilitares de “extrema-direita” em suprimir, à força, uma revolta popular dos habitantes do Donbass contra um governo ucraniano que, segundo a narrativa russa, teria sido imposto por um “golpe de Estado orquestrado pelos EUA” (Katchanovski, 2016, p. 6). Como observa Wilson (2014, p. 132), o Kremlin procurou deslegitimar a resposta militar de Kyiv às ações separatistas no leste da Ucrânia, descrevendo-a como uma *karatel'naya operatsiya* — termo russo que significa “operação punitiva” e que, na retórica soviética, era usado para acusar o inimigo de repressão violenta contra civis. Ao empregar esta linguagem, Moscovo apresentava a intervenção ucraniana como uma campanha brutal contra a população local, procurando assim influenciar negativamente a percepção pública e internacional da atuação do governo ucraniano.

No entanto, apesar da retórica promovida pelo Kremlin, as evidências de apoio militar, financeiro e logístico russo tornaram-se cada vez mais claras. Equipamentos militares sofisticados, incluindo armamento pesado e sistemas antiaéreos, foram identificados na posse dos separatistas, incompatíveis com os recursos locais disponíveis na região. Além disso, investigações independentes, como as conduzidas pelo Bellingcat, documentaram o transporte de armamento da Rússia para o Donbass, bem como a presença de soldados russos disfarçados de voluntários. As forças armadas russas (FAR) envolviam-se geralmente em combates à distância, bombardeando as posições ucranianas com artilharia, vários rockets e tanques. Outro fator determinante foi a utilização de artilharia russa para bombardear posições das Forças Armadas da Ucrânia (FAU). De acordo com Bellingcat (Case & Klement, 2016), ataques sistemáticos com projéteis de artilharia foram lançados a partir do território russo contra alvos ucranianos ao longo da fronteira, especialmente a partir de julho de 2014. A presença de crateras características de bombardeamentos transfronteiriços foi confirmada por imagens de satélite, reforçando a conclusão de que Moscovo estava diretamente envolvida na escalada militar (Case & Klement, 2016).

Conforme observa Snyder (2019, p. 182), a Ucrânia enfrentava uma desvantagem permanente na guerra de informação. A narrativa promovida pelo Kremlin

semeava dúvidas entre observadores europeus e americanos, muitos dos quais ainda questionavam se o conflito no Donbass era de facto uma guerra ou se a Rússia poderia ser identificada como o agressor.

Existem também diferenças académicas na definição da natureza do conflito de Donbass iniciado em 2014. Alguns estudiosos como Wilson (2014) e Snyder (2019) caracterizam a guerra no Donbass como guerra híbrida na qual a Rússia combinou ações militares convencionais, apoio a forças separatistas e campanhas de desinformação para alcançar seus objetivos estratégicos sem declarar uma guerra formal. Em contraste, alguns académicos, como Sakwa (2015), enfatizam a expansão da NATO em direção às fronteiras russas e o apoio ocidental à mudança de regime na Ucrânia como desencadeadores da anexação russa da Crimeia e do seu apoio aos separatistas no Donbass. Outros académicos como Kudelia (2014) e Katchanovski (2016), caracterizam o conflito como uma guerra civil, que começou principalmente devido a fatores internos, como a etnia, a língua, os laços económicos com a Rússia e o vazio de poder nas regiões de Donetsk e Luhansk após a queda do governo de Yanukovich.

Para D'Anieri (2019) a resposta internacional ao conflito também refletiu estas complexidades. Enquanto muitos países ocidentais consideraram as ações da Rússia uma clara violação do direito internacional e um ato de agressão que exigia uma resposta firme, outros adotaram uma postura mais conciliatória, argumentando que os interesses estratégicos russos na Crimeia e no Donbass deveriam ser levados em consideração. Para defensores da primeira abordagem, as ações russas evocaram paralelos históricos com 1938, sugerindo que a apatia frente à agressão apenas encorajaria novas violações. Por outro lado, aqueles que defendiam a acomodação da Rússia acreditavam que um confronto direto com Moscovo seria contraproducente, dada sua relevância como potência regional e global. Como argumenta Snyder (2019, p. 219), o Ocidente perdeu tempo essencial discutindo a natureza da intervenção russa e a própria existência da Ucrânia enquanto o conflito no terreno se intensificava.

O agravamento do conflito no leste da Ucrânia atingiu um ponto de inflexão crucial com o abate do voo MH17 da *Malaysia Airlines*, a 17 de julho de 2014. Este trágico incidente, que resultou na morte de 298 civis, não evidenciou apenas a brutalidade da guerra, como também, como argumenta Plokhly (2023, p. 133), despertou a atenção mundial para o envolvimento direto da Rússia no conflito. Em 2022, o tribunal dos Países Baixos concluiu que a Rússia exerceu controlo geral sobre as forças separatistas na região no momento do incidente, reforçando a responsabilidade de

Moscovo no ocorrido. (Rankin, 2022). Este acontecimento gerou uma intensificação da pressão internacional sobre a Rússia, o que levou a UE e os EUA a adotarem novas e mais severas sanções económicas, com o objetivo de enfraquecer a capacidade da Rússia de continuar a apoiar os separatistas no leste da Ucrânia.

Em suma, ao contrário da anexação da Crimeia, o conflito no Donbass rapidamente se transformou numa guerra violenta e de larga escala, com consequências devastadoras tanto no campo de batalha quanto na esfera humanitária. Dados da ONU, indicam que, entre abril e junho de 2014, 356 pessoas, incluindo civis, perderam a vida (Cumming-Bruce, 2014). Até 15 de julho desse ano, o Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia reportou 258 militares ucranianos mortos e 922 feridos desde o início da ATO (TSN, 2014). Este quadro trágico não só causou perdas humanas enormes, mas também gerou uma crise humanitária de dimensões alarmantes, com milhares de deslocados internos e uma população civil apanhada no epicentro do conflito. A guerra não declarada no Donbass, travada pela Rússia, entrou assim numa nova fase, marcada pela intensificação dos combates e pela crescente complexidade da situação geopolítica.

2. Acordos de Minsk e a identidade nacional ucraniana

A primeira tentativa diplomática de atenuar o conflito na Ucrânia ocorreu com a assinatura do Acordo Conjunto de Genebra, em 17 de abril de 2014, entre a Ucrânia, a Rússia, os EUA e a UE. Este acordo visava estabilizar a situação através de uma série de compromissos concretos: (i) desarmamento de grupos armados ilegais e devolução de edifícios e espaços públicos ocupados de forma ilícita; (ii) concessão de amnistia para manifestantes que abandonassem os locais ocupados e entregassem as suas armas, com exceção dos envolvidos em crimes graves; (iii) início de um diálogo nacional inclusivo e transparente, garantindo a participação de todas as regiões e forças políticas da Ucrânia (iv) supervisão da implementação das medidas pela Missão Especial de Monitorização da OSCE, com o apoio dos signatários do acordo (Gabinete de Ministros da Ucrânia, 2014b).

Segundo D'Anieri (2019, p. 467), a Rússia beneficiou do compromisso por três razões fundamentais: interpretou que o acordo obrigava Kyiv a não recorrer à força contra os separatistas; obteve influência no processo constitucional ucraniano, promovendo a descentralização, uma prioridade da política russa e conseguiu enquadrar

o conflito como uma crise interna da Ucrânia, isentando-se de qualquer obrigação direta. Do lado ucraniano, o acordo representou um reconhecimento *de facto* do novo governo pela Rússia e permitiu a Kyiv demonstrar a sua disposição para uma solução pacífica.

No entanto, o acordo falhou ao não reconhecer explicitamente a natureza interestatal do conflito, tratando-o apenas como um problema interno da Ucrânia (Socor, 2014). Esta omissão foi crucial, pois não impôs obrigações formais à Rússia, permitindo-lhe continuar a apoiar as forças separatistas sem sofrer consequências diretas no âmbito do acordo. A fragilidade do documento tornou-se evidente nos dias seguintes à sua assinatura. O governo ucraniano acusou Moscovo de não cumprir os compromissos assumidos, recusando-se a retirar o seu apoio aos separatistas e promovendo a desestabilização da região (Gabinete de Ministros da Ucrânia, 2014c). Em resposta, Kyiv apelou à sociedade internacional para pressionar a Rússia a adotar medidas concretas, mas a falta de mecanismos de aplicação eficazes acabou por tornar o acordo inoperante.

Em maio de 2014, Petro Poroshenko foi eleito presidente da Ucrânia com 54,70% de votos, sucedendo o presidente interino, Turchynov (Comissão Eleitoral Central, 2014). No seu discurso de tomada de posse, enfatizou a necessidade premente de restaurar a ordem, declarando que “chegou o momento das inevitáveis mudanças positivas. Para as implementar, precisamos antes de mais de paz, segurança e unidade. Uma guerra real, planeada e desencadeada no Donbass ucraniano, tornou-se um obstáculo a enormes oportunidades que se abriram à modernização europeia da Ucrânia após a queda da tirania” (Poroshenko, 2014). Assim, a resolução do conflito tornou-se uma prioridade central da sua política externa.

Com o objetivo de mediar o conflito e alcançar uma solução diplomática, foi estabelecido, em junho de 2014, o Formato Normandia, um mecanismo de negociação que reuniu Alemanha, França, Rússia e Ucrânia (Lohsen & Morcos, 2022). Paralelamente, criou-se o Grupo de Contato Trilateral (GCT), composto por representantes da Ucrânia, da Rússia e da OSCE, contando ainda com a participação das autoproclamadas RPD e RPL. O GCT desempenhou um papel fundamental na elaboração dos Acordos de Minsk, fornecendo uma plataforma para discussões técnicas e negociações políticas.

Como resultado destes esforços diplomáticos, em 5 de setembro de 2014, foi assinado o Protocolo de Minsk, amplamente conhecido por Minsk I, pelo GCT, que estabelecia um conjunto de doze medidas destinadas à desescalada do conflito. Os

principais pontos incluíam: “(i) cessar-fogo bilateral imediato; (ii) monitorização e verificação do cessar-fogo pela OSCE; (iii) descentralização do poder por meio da adoção da Lei da Ucrânia "Sobre a Ordem Temporária de Autogovernança Local em Certas Áreas dos Oblasts de Donetsk e Luhansk"; e (iv) monitorização contínua da fronteira russo-ucraniana e criação de uma zona de segurança.” (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2014a).⁶ Mais ainda, no dia 20 de setembro, foi assinado um memorando, por líderes de GCT, no qual acordaram um cessar-fogo, estabeleciam a proibição do uso de armas, a retirada de armamento pesado, a remoção de minas na região, uma paragem na atual linha de frente e o estabelecimento de uma zona de segurança de 30 quilómetros na Ucrânia (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2014b).

A implementação do Memorando de Minsk, contudo, foi marcada por desafios significativos e interpretações divergentes entre as partes envolvidas. Kuzio (2017, p. 112) destaca a ausência dos EUA e do Reino Unido nas negociações, apesar de ambos os países terem assinado o Memorando de Budapeste, que previa garantias de segurança para a Ucrânia. D’Anieri (2019, p. 483), argumenta que, embora os acordos tenham reduzido temporariamente a intensidade dos combates, a linguagem ambígua do documento permitiu leituras distintas por parte da Ucrânia e da Rússia. Além disso, a assinatura do acordo por representantes das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk foi interpretada como um êxito diplomático russo, ao garantir um reconhecimento indireto dos líderes separatistas por Kyiv. Freedman (2019, p. 121) salienta que a persistente instabilidade no Donbass refletiu a incompatibilidade entre as exigências ucranianas e russas: enquanto a Ucrânia, com apoio ocidental, exigia a restituição dos territórios ocupados, a Rússia insistia na aceitação da anexação da Crimeia e na negociação direta de Kyiv com os grupos separatistas para um novo arranjo constitucional. Apesar das sanções económicas impostas pelo Ocidente à Rússia, o conflito permaneceu sem uma resolução definitiva.

De acordo com a Missão de Monitorização dos Direitos Humanos da ONU na Ucrânia, desde o início do cessar-fogo em 5 de setembro de 2014 até 18 de novembro

⁶ “(v) libertação imediata de reféns e detidos ilegalmente; (vi) adoção de uma lei para impedir a perseguição de indivíduos envolvidos nos eventos no Donbass; (vii) promoção de um diálogo nacional inclusivo; (viii) implementação de medidas para mitigar a crise humanitária na região; (ix) realização de eleições locais antecipadas em Donetsk e Lugansk em conformidade com a legislação ucraniana; (x) retirada de formações armadas ilegais, equipamento militar e combatentes estrangeiros do território ucraniano; (xi) desenvolvimento de um programa de recuperação económica para o Donbass; e (xii) garantias de segurança para os participantes das negociações.” (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2014a)

do mesmo ano, foram registradas 957 mortes (Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas , 2014). Como anteriormente não se chegou ao consenso sobre o cessar-fogo, em fevereiro de 2015, e no contexto da batalha em curso por Debaltseve, Putin, encontrou-se com Poroshenko, a chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente francês, François Hollande, em Minsk, para negociar um novo acordo. Este encontro resultaria no “Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk”, conhecido como Minsk II. O acordo foi assinado a 12 de fevereiro de 2015 pelos representantes do GCT e pelas autoproclamadas RPD e RPL. A principal diferença entre Minsk I e Minsk II residiu na definição de medidas e passos concretos para implementar o Protocolo de Minsk. No Minsk II, foi estipulado que o cessar-fogo começaria à meia-noite de 15 de fevereiro de 2015, com o objetivo de garantir a retirada das armas pesadas de ambas as partes e a criação de zonas de segurança (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 2015). Este processo deveria ser monitorado pela OSCE, com o auxílio da GCT, e completado até 14 dias após o cessar-fogo. Outra mudança foi o compromisso de iniciar o diálogo sobre a realização de eleições locais, conforme a legislação ucraniana, incluindo a garantia de amnistia para os envolvidos no conflito nas regiões de Donetsk e Luhansk, além da troca de prisioneiros segundo o princípio “todos por todos”. Além disso, o controle total da fronteira estatal deveria ser restabelecido pelo governo ucraniano após as eleições locais, com a retirada de forças armadas estrangeiras sob supervisão da OSCE. A reforma constitucional, que contemplaria a descentralização e um estatuto especial para certas áreas do Donbass, deveria ser concluída até o final de 2015.

No entanto, apesar dos intensos esforços diplomáticos, os acordos não foram implementados, uma vez que as partes envolvidas não chegaram a um consenso sobre a sequência das medidas militares e políticas. Em primeiro lugar, o acordo referia-se a “forças estrangeiras”, permitindo à Rússia negar a presença de seus soldados na Ucrânia (Snyder T. , 2019). Em segundo lugar, o acordo refletiu uma assimetria nas concessões, impondo mais responsabilidades à Ucrânia do que às forças separatistas. Moscovo insistiu na concessão de um estatuto especial aos territórios separatistas, o que garantiria a sua autonomia política e a realização de eleições locais antes do restabelecimento do controlo ucraniano sobre a fronteira. Para D'Anieri (2019, p. 487), esta exigência pode ser vista como uma “pílula venenosa”, pois colocaria a Ucrânia na responsabilidade de reconstruir as regiões devastadas, ao mesmo tempo em que conferiria a Moscovo um

veto sobre a integração da Ucrânia nas estruturas euro-atlânticas, funcionando efetivamente como um instrumento de influência russa no Estado ucraniano.

Kuzio (2017, p. 113) também destaca a postura da Alemanha e da França nas negociações que pressionaram a Ucrânia a aceitar o acordo que, na prática, favorecia os interesses estratégicos russos. Para Berlim e Paris, a prioridade era estabilizar a região e encerrar rapidamente o conflito, o que resultou na assinatura de um cessar-fogo frágil. O acordo permitiu à Rússia utilizar os territórios separatistas para treinar, armar e reorganizar as suas forças. Além disso, já no primeiro dia do cessar-fogo, militantes realizaram 112 ataques contra as forças da ATO, atingindo Debaltseve e as aldeias vizinhas em 88 ocasiões (Ukrainska Pravda, 2015). Como apontado por Freedman (2019, p. 124), Minsk II se revelou mais um “fogo menor” do que um cessar-fogo genuíno.

Sob a ótica ucraniana, o Acordo de Minsk II representava um dilema estratégico: a sua implementação segundo a interpretação russa comprometeria a soberania da Ucrânia, limitando a sua capacidade de tomar decisões políticas e económicas de forma independente. No entanto, a Ucrânia também não podia simplesmente abandonar o acordo, pois isso colocaria em risco o apoio ocidental e afetaria negativamente a percepção diplomática do conflito. Desta forma, Minsk II tornou-se um impasse, não era totalmente implementável, mas também não podia ser descartado sem custos políticos e estratégicos.

Em termos práticos, os Acordos de Minsk conseguiram, temporariamente, reduzir a intensidade dos combates, mas falharam em estabelecer um caminho claro para a resolução definitiva do conflito. Além disso, evidenciaram as limitações da diplomacia europeia na mediação da crise e demonstraram a complexidade de equilibrar os interesses da Ucrânia face à pressão russa.

Neste contexto, a Ucrânia procurou reforçar a sua posição legal e política em relação ao conflito. A 18 de janeiro de 2018, a Verkhovna Rada da Ucrânia, a pedido do presidente Poroshenko, adotou a lei *Sobre as peculiaridades da política estatal para garantir a soberania estatal da Ucrânia nos territórios temporariamente ocupados nas regiões de Donetsk e Luhansk* (Verkhovna Rada, 2018b). Esta legislação consolidou a posição oficial da Ucrânia ao não reconhecer a legitimidade da ocupação de Donetsk e Luhansk, ao mesmo tempo que atribuía formalmente à Rússia a responsabilidade pelo conflito, designando as suas ações no leste ucraniano como “agressão armada da Federação Russa”.

A adoção desta lei teve implicações significativas na estratégia militar da Ucrânia. O quadro jurídico da resposta militar ucraniana foi alterado, levando à substituição da ATO, iniciada em 2014, pela Operação das Forças Unidas (OFU) (Verkhovna Rada, 2018a). Ao contrário da ATO, a OFU envolvia não apenas as FAU, mas também outras agências e forças de segurança, como a Guarda Nacional, a Polícia Nacional e o Serviço de Segurança da Ucrânia, garantindo uma abordagem mais coordenada e integrada para enfrentar os separatistas apoiados pela Rússia nas regiões de Donetsk e Luhansk.

Desta forma, a resposta da Ucrânia ao conflito no Donbass evoluiu de um enfoque inicial mais limitado para uma estratégia abrangente, consolidando tanto a sua posição política quanto a sua capacidade militar. A legislação adotada em 2018 não apenas formalizou a rejeição ucraniana à ocupação russa, mas também fortaleceu a legitimidade interna e externa da resistência de Kyiv, demonstrando um compromisso contínuo com a restauração da integridade territorial do país.

Como já foi observado anteriormente, desde a sua independência, a Ucrânia tem atravessado um processo de transformação identitária marcado por ambiguidades e tensões internas. Ao longo das décadas, a sociedade ucraniana debateu-se com a definição do seu vetor de desenvolvimento, oscilando entre uma integração no espaço euro-atlântico e a manutenção de laços históricos, culturais e políticos com a Rússia.

A persistência desta dualidade, argumenta, Ramos e Liubyva (2020, p. 205), alimentou a percepção de uma Ucrânia fragmentada, frequentemente representada pela dicotomia entre uma parte ocidental, de orientação pró-europeia e que se expressa, predominantemente, na língua ucraniana, e uma parte oriental e, historicamente mais próxima da Rússia e com um peso significativo da língua russa, narrativa que se consolidou durante as presidências de Kravchuk e Kuchma.

No entanto, a identidade nacional ucraniana é um fenómeno dinâmico e multifacetado, que não pode ser reduzido a uma divisão binária. Korostelina (2013) identifica pelo menos cinco narrativas concorrentes sobre a identidade ucraniana: uma perspectiva de “dupla identidade”, uma visão “pró-soviética”, uma “luta pela identidade ucraniana”, um “reconhecimento da identidade nacional” e um modelo de cidadania “cívico-multicultural”. Estas abordagens coexistiram sem que nenhuma se tornasse hegemónica, refletindo a complexidade da construção identitária no país.

Os acontecimentos discutidos neste capítulo, a anexação da Crimeia e a guerra no Donbass, alteraram significativamente este panorama, acelerando o afastamento da

Ucrânia da esfera de influência russa, ao mesmo tempo reforçando a identidade em termos cívicos e políticos. Torna-se importante salientar que a reconfiguração da identidade política ucraniana não foi um fenómeno isolado, mas sim parte de um processo histórico que se intensificou no contexto da agressão russa. Desta forma, a agressão russa e a anexação da Crimeia serviram como catalisadores para uma crescente homogeneização da identidade nacional ucraniana. Como argumenta Snyder (2019), a invasão russa transformou um movimento inicialmente pró-europeu numa luta pela própria preservação do Estado ucraniano. Da mesma forma, Freedman (2019, p. 110), sublinha que o conflito, longe de fragmentar o país, acabou por reforçar a sua coesão interna.

Um dos elementos fundamentais no processo de consolidação da identidade nacional ucraniana, como analisa Plokhy (2023, p. 137), foi a política de descomunização implementada pelo governo pós-Euromaidan. Em 15 de maio de 2015, presidente Poroshenko, aprovou a lei *Sobre a condenação dos regimes totalitários comunista e nacional-socialista na Ucrânia e a proibição da propaganda dos seus símbolos* (Verkhovna Rada, 2015). Esta legislação resultou na remoção de aproximadamente 1300 monumentos de Lenin e na renomeação de diversas cidades e regiões cujos nomes estavam associados a líderes soviéticos, como por exemplo o nome da cidade de Kirovohrad, anteriormente dedicada a Serhii Kirov, um alto dirigente soviético sem ligação direta com a Ucrânia. A cidade foi rebatizada como Kropyvnytskyi, em homenagem a Mark Kropyvnytskyi, dramaturgo e ator do século XIX, natural da região (Plokhy, 2016, p. 448). Estas medidas representaram não apenas uma rutura simbólica e gradual com o legado soviético, mas também a rejeição da narrativa do *Russkiy Mir*, promovida pelo Kremlin.

Outro elemento fundamental no processo de reconfiguração identitária da Ucrânia manifestou-se na esfera linguística. Como analisa Kulyk (2016, p. 600), até 2014, a língua russa desempenhava um papel significativo na vida pública ucraniana. No entanto, a guerra e a crescente agressão russa impulsionaram uma revalorização da língua ucraniana enquanto símbolo de identidade nacional, ao passo que a língua russa passou a ser percecionada de forma mais negativa, especialmente nas regiões ocidentais e centrais, onde o ucraniano é predominante. Este processo é evidenciado pelos dados do *Razumkov Center*, que indicam um aumento progressivo na identificação do ucraniano como língua materna (Razumkov Centre, 2024b). Em 2017, 78% dos inquiridos declararam o ucraniano como sua língua nativa, um crescimento face aos 68%

registados em 2015, e aos 60% em 2006. Apesar desta mudança na percepção da língua russa, Kulyk (2016, p. 600), observa que a maioria da população não alterou significativamente sua atitude em relação a este idioma, independentemente de eventuais opiniões positivas ou negativas pré-existentes. Isso sugere que, nesta fase, para a maior parte dos ucranianos, um fortalecimento da identidade nacional não implica necessariamente uma visão negativa da língua russa. Em outras palavras, o uso ou apreço pelo russo não era, de forma generalizada, considerado incompatível com a identidade ucraniana, mesmo entre aqueles que tinham o ucraniano como idioma principal.

Desta maneira, como destaca Kuzio (2019, p. 107), a erosão do *soft power* russo na Ucrânia tornou inviável qualquer integração no *Russkiy Mir*, reforçando a trajetória de afastamento das narrativas promovidas pelo Kremlin. A política de descomunização e a revalorização da língua ucraniana, impulsionadas pelo governo pós-Euromaidan, refletiram não apenas uma rutura simbólica com o passado soviético, mas também um movimento mais amplo de consolidação da identidade nacional. A anexação da Crimeia e a agressão militar russa intensificaram este processo, suscitando indignação até mesmo entre aqueles que, inicialmente, não apoiavam o Euromaidan (Kuzio, 2019, p. 106).

A crescente rejeição da influência russa foi acompanhada por uma reorientação identitária em direção à Europa, que se tornou a principal beneficiária deste afastamento (Kuzio, 2019, p. 107). Assim, a revolução do Euromaidan, ampliada pela guerra, catalisou a cristalização de uma identidade nacional ucraniana marcada por um alinhamento pró-europeu e pró-liberdade, na qual a Rússia passou a ser percebida como a antítese destes valores. Os dados empíricos sustentam esta mudança de percepção. De acordo com o *KIIS*, a percentagem de ucranianos que expressavam sentimentos positivos em relação à Rússia caiu drasticamente, passando de 85% em fevereiro de 2013 para apenas 34% em fevereiro de 2015 (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2017). Mesmo no leste da Ucrânia, tradicionalmente visto como mais favorável à Rússia, a visão positiva sobre o país vizinho reduziu-se de 83% para 51% no mesmo período.

A mudança de percepção em relação à Rússia teve repercussões diretas no posicionamento estratégico da Ucrânia. Segundo Plokhyy (2023, p. 138), o novo governo de Poroshenko cumpriu a promessa feita durante a Revolução da Dignidade aproximando-se da UE e das instituições euro-atlânticas, incluindo a NATO, desta

maneira consolidando o afastamento da esfera de influência russa. O AA com a UE foi finalmente assinado em junho de 2014, marcando um ponto de viragem na trajetória europeia do país (União Europeia - Ucrânia, 2014). Em março de 2017, a introdução do regime de isenção de vistos para cidadãos ucranianos reforçou os laços com a UE, permitindo uma maior circulação de pessoas e aprofundando a dimensão social e cultural dessa aproximação (Serviço Europeu para a Ação Externa, 2017). O compromisso com a adesão euro-atlântica foi formalmente institucionalizado em fevereiro de 2019, quando o Parlamento ucraniano aprovou uma emenda constitucional que estabelecia a adesão à UE e à NATO como objetivos estratégicos do país, consolidando, no plano jurídico, a rejeição da influência russa e reafirmando a orientação ocidental da política externa ucraniana (Verkhovna Rada, 2019).

A reorientação pró-Occidente da Ucrânia foi acompanhada por uma mudança significativa no sentimento popular, refletindo a consolidação de uma identidade nacional cada vez mais alinhada com os valores europeus. Segundos dados de KIIS, o apoio à adesão à UE aumentou de 39,7% em 2012 para 53,3% em 2015 (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2015). De igual modo, o apoio à adesão à NATO registou um aumento, passando de 17,2% em 2009 para 37,4% em 2015. Paralelamente, em relação à UAE liderada pela Rússia, o suporte caiu de 39,9% em 2013 para 18,5% em 2015, revelando o afastamento progressivo da Ucrânia da esfera de influência russa.

Este realinhamento geopolítico esteve intrinsecamente associado a uma transformação no campo dos valores políticos e sociais. A transição pós-Maidan foi marcada pela adoção de princípios fundamentais como igualdade perante a lei, autorrealização e responsabilidade individual, elementos essenciais da identidade europeia (Golovakha, Liubyva, Vieira-Ramos, Svitlana, & Simonchuk, 2020, p. 262). Estes valores contrastavam com a herança soviética de paternalismo e autoritarismo, consolidando a perceção da Ucrânia não apenas como um Estado voltado para a integração euro-atlântica, mas também como parte do espaço europeu em termos culturais e ideológicos.

Pode-se concluir que, nesta fase, a consolidação da identidade nacional ucraniana não seguiu um percurso linear nem esteve isenta de desafios. A continuidade deste processo, impulsionada tanto pelo Euromaidan como pela agressão russa, poderá representar o início de uma coesão social duradoura (Kowal & Mink, 2019, p. 75). No entanto, a sustentabilidade desta unidade dependerá, em grande medida, da capacidade dos diversos grupos em alcançar compromissos, realizar concessões razoáveis e

mobilizar eficazmente o capital social de confiança e respeito mútuo acumulado durante a revolução e o processo de libertação nacional. Como argumenta Kuzio (2019, p. 106), a Revolução da Dignidade e a agressão russa criaram condições favoráveis à consolidação de uma identidade nacional comum. A análise dos dados empíricos corrobora esta transição, evidenciando uma mudança significativa no sentimento popular em relação à Rússia e um apoio crescente à integração europeia e euro-atlântica, reforçando, assim, a orientação da Ucrânia para a sua plena inserção no espaço político e cultural ocidental.

3. Considerações Finais

A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e a subsequente guerra no Donbass marcaram um ponto de viragem na trajetória da Ucrânia, redefinindo a sua política externa e identidade nacional. A resposta militar russa ao novo governo ucraniano consolidou a percepção de Moscovo como uma ameaça existencial e acelerou a orientação da Ucrânia para o Ocidente. Durante a presidência de Petro Poroshenko, a Ucrânia fortaleceu os seus laços com a UE e a NATO, implementando reformas internas e reforçando a sua capacidade de defesa. A assinatura do AA com a UE, cuja entrada em vigor ocorreu em 2017, simbolizou um passo irreversível na integração europeia do país.

Paralelamente, Poroshenko enfrentou o enorme desafio de tentar estabelecer a paz no Donbass. Os Acordos de Minsk, negociados em 2014 e 2015, visavam alcançar um cessar-fogo e implementar medidas de descentralização para resolver o conflito. No entanto, a falta de cumprimento por parte da Rússia e dos separatistas, bem como as dificuldades políticas internas da Ucrânia, impediram a concretização de uma solução definitiva. Apesar dos esforços diplomáticos, a guerra no Donbass continuou ao longo de toda a sua presidência, mantendo a pressão sobre o governo e reforçando a percepção de que a Ucrânia estava envolvida num conflito prolongado contra a Rússia.

Contudo, a resistência do povo ucraniano consolidou-se como um elemento central da sua identidade nacional, redefinindo a própria percepção da independência conquistada em 1991. Como enfatizou Poroshenko no seu discurso de posse, a Revolução da Dignidade e a subsequente guerra no Donbass tornaram-se os novos símbolos da nação, provando que a soberania ucraniana não era um dado adquirido, mas uma conquista mantida a custo de grandes sacrifícios (Poroshenko, 2014). Embora o

país ainda enfrentasse desafios internos significativos, as mudanças culturais e políticas iniciadas em 2014 deram confiança às novas gerações quanto ao seu futuro europeu.

Contudo, se a identidade nacional e a posição internacional da Ucrânia se fortaleceram após 2014, a invasão russa de 2022 testaria os limites dessa consolidação. A presidência de Volodymyr Zelensky, iniciada em 2019, enfrentaria o desafio de equilibrar as expectativas de paz com a necessidade de preservar a soberania do país. A guerra que eclodiu em fevereiro de 2022 não apenas redefiniu a política ucraniana, mas também teve implicações globais, solidificando a Ucrânia como um bastião da resistência contra a agressão russa e aprofundando a sua integração com o Ocidente.

Em suma, os acontecimentos discutidos neste capítulo consolidaram a sociedade ucraniana, bem como solidificaram a posição da Ucrânia em direção ao Ocidente, cortando assim os laços com o *Russkiy Mir*, embora gradualmente. O que começou como um aparente “divórcio civilizado” entre Ucrânia e Rússia culminou num conflito violento, evidenciando a irreconciliabilidade entre os projetos políticos dos dois países. O confronto prolongado com Moscovo acelerou a transição ucraniana para um modelo euro-atlântico, redefinindo suas prioridades estratégicas e assegurando um compromisso firme com valores democráticos e a soberania nacional.

IV. Zelensky e a Integração Euro-Atlântica de Kyiv

“За свою свободу треба боротися. Якщо не хочеш бути в ярмі чи стати рабом, то треба боротися”

- Dmytro Kotsiubailo⁷

No final de 2018, o humorista Volodymyr Zelensky anunciou a sua candidatura às eleições presidenciais ucranianas de 2019. A sua campanha eleitoral prosperou ao dirigir duras críticas à ineficiência e à falta de resultados do governo de Petro Poroshenko, focando-se na luta contra a corrupção e na promessa de alcançar a paz na região do Donbass. Por outro lado, como observa Plokhy (2023, p. 142), Poroshenko apresentou-se como um candidato pró-europeu e abertamente antirrusso, apostando na perceção de Zelensky como uma figura mais conciliadora em relação a Moscovo. No entanto, as tradicionais clivagens entre eleitores pró-russos e pró-ucranianos já não eram tão determinantes como em ciclos eleitorais anteriores. (Plokhy, 2023, p. 142) Zelensky não venceu por representar uma aproximação à Rússia, mas sim devido ao descontentamento profundo da população com a elite política tradicional e ao desejo de mudança.

Nos debates no estádio que antecederam as eleições, Zelensky afirmou: “Eu não sou um político; sou um homem simples que veio para quebrar este sistema.” (Zygar, 2023, p. 339). Através desta retórica populista e de uma campanha baseada no descontentamento popular, conseguiu uma vitória esmagadora sobre Poroshenko, alcançando 73,2% dos votos na segunda volta das eleições presidenciais realizadas a 21 de abril de 2019 (Comissão Eleitoral Central, 2019).

Contudo, uma vez no poder, Zelensky enfrentou os mesmos desafios que haviam frustrado o seu antecessor (Galouchka, 2020). Poroshenko iniciara a sua presidência com promessas semelhantes às de Zelensky: alcançar a paz no leste da Ucrânia sem fazer concessões à Rússia. No entanto, rapidamente se deparou com a realidade de que o conflito era muito mais complexo do que aparentava, e que os Acordos de Minsk apenas

⁷ “Pela liberdade, há que lutar. Se não quiser ser subjugado ou tornar-se escravo, há que lutar”, frase proferida por Dmytro Kotsiubailo, conhecido pelo cognome “Da Vinci”, foi um destacado comandante militar ucraniano. Participou ativamente na Revolução da Dignidade e, posteriormente, no conflito russo-ucraniano, onde rapidamente se destacou por sua liderança. Com o tempo, assumiu o comando do 1.º Batalhão Mecanizado “Lobos de Da Vinci”, tornando-se o mais jovem comandante de batalhão na história do Exército Ucraniano. Em dezembro de 2021, o presidente Zelenskyy concedeu-lhe o título de Herói da Ucrânia, a mais alta distinção do país. Dmytro Kotsiubailo foi morto em combate em 7 de março de 2023, com apenas 27 anos, durante a batalha por Bakhmut, na região de Donetsk.

tinham servido para congelar a guerra sem lhe dar uma solução definitiva. De forma semelhante, Zelensky, após um período de adaptação, demonstrou interesse em revitalizar os esforços diplomáticos para resolver a guerra no Leste da Ucrânia. Determinado a cumprir as suas promessas de paz e prosperidade, relançou o Formato da Normandia e chegou mesmo a estabelecer contactos diretos com a Rússia. No entanto, com a invasão russa em fevereiro de 2022, a política externa da Ucrânia teve de ser reconfigurada de forma drástica. A abordagem inicialmente pragmática e conciliadora de Zelensky foi rapidamente substituída por uma posição firme e determinada, marcada pela exigência de apoio militar e diplomático dos aliados ocidentais e por um afastamento definitivo da influência russa.

Conforme analisado nos capítulos anteriores, a partir de 2014, com a anexação da Crimeia e o início do conflito no Donbass, a Ucrânia já demonstrava uma orientação crescente para o Ocidente. Neste sentido, a liderança de Zelensky, manteve o compromisso com a adesão à NATO e à UE, bem como as iniciativas de construção da nação e as políticas culturais introduzidas por Poroshenko (Plokyh, 2023, p. 138). No entanto, como será explorado neste capítulo, foi apenas com a invasão russa de 2022 que esta trajetória se consolidou de forma irreversível. A guerra não apenas solidificou a identidade ucraniana em oposição à Rússia, mas também acelerou os processos de integração institucional e política com o Ocidente.

Deste modo, será examinada a forma como a Ucrânia se posicionou perante os seus aliados ocidentais, reforçando parcerias estratégicas e exigindo um compromisso mais firme da sociedade internacional. Além disso, analisar-se-á o impacto da guerra na identidade nacional ucraniana, considerando como o conflito contribuiu para a consolidação de uma narrativa unificada sobre o futuro do país. Assim, a presidência de Zelensky será abordada não apenas como um período de continuidade nas aspirações ocidentais da Ucrânia, mas como um momento decisivo na afirmação da sua identidade nacional. O desenrolar do conflito demonstrará que a escolha pelo vetor ocidental deixou de ser um mero debate político interno para se tornar um elemento fundamental da sobrevivência e soberania do Estado ucraniano.

1. Kyiv, UE e NATO

Na cerimônia de tomada de posse, a 20 de maio de 2019, Zelensky sublinhou a necessidade de unidade entre todos os cidadãos ucranianos, independentemente das suas diferenças, como elemento essencial para o fortalecimento do país (Zelensky V. , 2019). Além disso, comprometeu-se a trabalhar ativamente pela paz, afirmando estar disposto a tomar decisões difíceis em prol do bem-estar nacional. Uma das formas de alcançar a paz seria através da participação da Ucrânia na UE e na NATO, já que para Zelensky, a UE não representava apenas um parceiro comercial da Ucrânia, mas também era “o nosso principal parceiro na restauração da soberania e da integridade territorial.” (Zelensky V. , 2020).

Segundo Per Ekman (2023, p. 237), embora o debate sobre a orientação geopolítica e identitária da Ucrânia já existisse até certo ponto antes de 2014, tratava-se de uma posição minoritária, sem grande expressão na narrativa dominante da política externa do país. No entanto, como analisado anteriormente, a anexação da Crimeia em 2014 marcou uma viragem para uma orientação firmemente pró-ocidental. Esta tendência consolidou-se durante a presidência de Zelensky e refletiu-se nas suas primeiras iniciativas diplomáticas. No seu primeiro compromisso internacional, durante a visita oficial a Bruxelas, a 4 de junho de 2019, reafirmou a plena adesão à UE e à NATO como um objetivo estratégico e um compromisso constitucional da Ucrânia:

O rumo estratégico da Ucrânia em direção à plena adesão à UE e à NATO está consagrado na Constituição da Ucrânia e continua a ser a nossa prioridade imutável de política externa. O movimento da Ucrânia em direção a elevados padrões europeus de vida e segurança é uma exigência da sociedade ucraniana, é o objetivo de todas as nossas reformas (Interfax-Ukraina, 2019).

Esta orientação foi formalmente consolidada na *Estratégia de Política Externa da Ucrânia*, aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e Defesa em 2021, que estabeleceu as principais prioridades do país:

“Garantir a soberania e a integridade territorial da Ucrânia; combater a política agressiva da Federação Russa; rumo à adesão à UE e à NATO; proteção dos

direitos e interesses dos cidadãos ucranianos no estrangeiro; promoção das exportações ucranianas e captação de investimento estrangeiro; transformação tecnológica e ecológica da Ucrânia; promoção de uma imagem positiva do nosso estado no mundo” (Gabinete Presidencial da Ucrânia, 2021b).

A implementação desta estratégia traduziu-se na intensificação dos esforços diplomáticos para obter o apoio dos Estados-membros da UE à futura adesão ucraniana. Zelensky, enfatizou a necessidade de mudar o estilo e a filosofia da política externa da Ucrânia que “deve ser rápida, criativa, ambiciosa e eficaz.” (Zelensky V. , 2021c). Um marco relevante neste processo ocorreu em março de 2021, quando o presidente da Lituânia, Gitanas Nausėda, e Zelensky, assinaram a primeira Declaração de apoio à perspectiva europeia da Ucrânia, na qual a Lituânia se comprometeu a votar favoravelmente no dia em que a Ucrânia apresentasse formalmente o seu pedido de adesão à UE (Gabinete Presidencial da Ucrânia, 2021a). Subsequentemente, compromissos semelhantes foram assumidos por outros Estados-membros da UE, incluindo Letónia, Estónia, Polónia, Eslováquia, Croácia, Eslovénia e Bulgária, demonstrando um crescente reconhecimento da integração europeia da Ucrânia como um objetivo estratégico partilhado por diversos países da região.

Da mesma forma, a adesão da Ucrânia à NATO também foi um dos principais eixos da política externa do Zelensky. De acordo com Ekman (2023, p. 238), inicialmente, a sua abordagem sobre a Aliança era mais cautelosa, enfatizando a necessidade de informar a população sobre os benefícios desta integração antes da realização de um referendo. Neste contexto, um estudo de KIIS revelou que, caso um referendo sobre a adesão da Ucrânia à NATO tivesse sido realizado em junho de 2021, 66% dos eleitores teriam votado a favor (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2021). No entanto, com o fracasso das primeiras tentativas de negociação de paz com a Rússia, a administração Zelensky reformulou a sua posição, deixando de enquadrar a adesão à NATO como um objetivo de longo prazo e passando a considerá-la uma necessidade urgente para a segurança nacional. Desta forma, Zelensky passou a sustentar que a Ucrânia merecia a adesão à NATO por ser defensora dos valores democráticos promovidos pela Aliança e pela UE. Esta mudança de posição refletiu-se nas suas declarações, nomeadamente ao afirmar que “a NATO é a única forma de pôr fim à guerra no Donbass” e que a concessão do Plano de Ação para a Adesão à Ucrânia representaria “um sinal real para a Rússia” (Zelensky, 2021a). Além disso, Zelensky

reforçou a sua posição ao argumentar que a Ucrânia pertencia naturalmente à esfera política e de segurança europeia, declarando:

“Não há dúvidas de que a Ucrânia é uma parte integrante da Europa em termos da sua base de valores. No contexto da nova conjuntura europeia, precisamos de um plano logístico para a adesão da Ucrânia à Aliança no futuro próximo. A NATO representa a máxima proteção para o nosso país.” (Zelensky V. , 2021b)

A posição pró-NATO de Zelensky foi também sustentada por Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dmytro Kuleba, que criticou a abordagem inconsistente da Ucrânia ao longo das décadas anteriores, apelando a um compromisso inequívoco com a integração euro-atlântica. Segundo Kuleba:

“Precisamos de sair da órbita dos interesses políticos [da Rússia], parar de oscilar para a esquerda e para a direita, como temos feito nos últimos 30 anos. Ou aceleramos a integração europeia ou abrandamo-la, primeiro caminhando em direção à NATO e depois declarando o não alinhamento. Precisamos de parar com esta brincadeira” (Kuleba, 2021).

A estratégia de aproximação à NATO materializou-se em iniciativas concretas. A 1 de novembro de 2019, a Ucrânia candidatou-se ao *Programa de Oportunidades Reforçadas da NATO* e, a 12 de junho de 2020, tornou-se formalmente membro deste programa (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2020). Desde modo, a Ucrânia passou a beneficiar de um acesso alargado a programas de cooperação, exercícios militares conjuntos e partilha de informações estratégicas. De acordo com a NATO, esta parceria visava reforçar a interoperabilidade da FAU com as da Aliança e aprofundar a colaboração em domínios-chave da segurança regional. Desta forma, a administração Zelensky consolidou uma posição mais assertiva em relação à NATO, transformando a integração euro-atlântica num pilar central da sua política externa e vinculando-a diretamente à segurança e estabilidade da Ucrânia.

Ao assumir a presidência em 2019, Zelensky comprometeu-se a pôr fim ao conflito no Donbass, que continuava a custar vidas ucranianas, apostando no diálogo direto com Moscovo e na revitalização do Formato Normandia. Este esforço levou à cimeira de Paris, realizada a 9 de dezembro de 2019, após três anos de pausa deste

formato, em que foi debatida a implementação da chamada “Fórmula Steinmeier” — proposta inicialmente em 2015 pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier. Esta fórmula visava desbloquear o impasse na aplicação dos Acordos de Minsk e previa a realização de eleições nos territórios ocupados, conforme a legislação ucraniana e sob supervisão da OSCE, seguidas da concessão de um estatuto especial a certas áreas de Donetsk e Luhansk (Gabinete do Presidente da Ucrânia, 2019).

Na cimeira em Paris, os Acordos de Minsk continuaram a servir de base para o trabalho do Formato da Normandia. Após a cimeira, foi assinado um documento final intitulado *Conclusões Gerais Acordadas da Cimeira de Paris no Formato da Normandia de 9 de dezembro de 2019* (Gabinete do Presidente da Ucrânia, 2019). Entre os pontos acordados, destacou-se a necessidade de um cessar-fogo completo e sustentável, acompanhado pela implementação das medidas já delineadas nos Acordos de Minsk. As partes reafirmaram o compromisso com a retirada de forças e armamento pesado de três zonas específicas no Donbass. Foi ainda acordada a continuação do processo de troca de prisioneiros, com o objetivo de alcançar um intercâmbio global de “todos por todos”. Outro ponto debatido foi a necessidade de garantir um acesso seguro e irrestrito da Missão Especial de Monitorização da OSCE a todo o território em conflito, incluindo zonas não controladas pelo governo ucraniano. Além disso, as partes comprometeram-se a trabalhar na incorporação da Fórmula Steinmeier na legislação ucraniana, de acordo com as versões acordadas no Formato Normandia e no GCT.

Contudo, conforme destaca Plokhy (2023, p. 143), esta estratégia encontrou forte oposição interna visto que muitos ucranianos viam a Fórmula Steinmeier como uma concessão inaceitável à Rússia, temendo que criasse um enclave sob influência do Kremlin dentro da Ucrânia. Manifestações em várias cidades, sob o lema “Não à capitulação”, evidenciaram o descontentamento popular. Além disso, a ideia de conceder um estatuto especial ao Donbass ia contra a percepção dominante na sociedade ucraniana, que via tal medida como um golpe à soberania nacional (Plokhy, 2023, p. 143). No entanto como destaca Zygar (2023, p. 345), as negociações não produziram mudanças substanciais na dinâmica do conflito. Enquanto Putin insistia na implementação integral dos Acordos de Minsk, Zelensky compreendia que alterações constitucionais para acomodar a autonomia do Donbass seriam amplamente rejeitadas pela sociedade ucraniana afirmando que “não haverá eleições sob a mira de uma arma”

(Miller, 2019). Desta forma, o fracasso das negociações consolidou a percepção de que apenas o apoio da NATO e da UE poderiam garantir a segurança da Ucrânia.

2. Moscovo e a guerra: do Donbas a Kyiv

A invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, iniciada a 24 de fevereiro de 2022, constituiu o culminar de um processo de escalada militar, política e estratégica iniciado em 2014. Conforme analisado anteriormente, desde a anexação ilegal da Crimeia e o início do conflito no Donbass, a Ucrânia enfrentou uma guerra híbrida conduzida pelo Kremlin, caracterizada por uma combinação de operações militares diretas, ataques cibernéticos, pressão económica e campanhas de desinformação. Além disso, ao longo destes oito anos, a Ucrânia teve de se adaptar a uma realidade de conflito permanente, reformulando a sua doutrina militar e fortalecendo as suas forças armadas. Desta maneira, o então Comandante-Chefe das FAU, Valerii Zaluzhnyi, afirmou que os oito anos de conflito no leste do país foram fundamentais para encontrar soluções de combate contra um inimigo numericamente superior e, em certos aspetos, tecnologicamente mais avançado (Fedorchak, 2024, p. 108). Neste sentido, para Fedorchak (2024, p. 108) a estratégia de defesa da Ucrânia passou por um processo intenso de modernização militar, com especial ênfase na formação de tropas, na adaptação do equipamento militar e no reforço das defesas aéreas em diversos pontos estratégicos do território.

A preparação militar ucraniana beneficiou igualmente do tempo proporcionado pelos Acordos de Minsk, os quais, embora nunca plenamente implementados, permitiram que Kyiv fortalecesse as suas capacidades defensivas. Como afirmou Angela Merkel, em dezembro de 2022: “O Acordo de Minsk de 2014 foi uma tentativa de ganhar tempo para a Ucrânia. A Ucrânia utilizou esse tempo para se tornar mais forte, como se pode ver hoje. A Ucrânia de 2014-2015 e a Ucrânia de hoje não são as mesmas.” (Schwarz, 2022). Esta declaração sugere que, apesar da sua ineficácia na resolução do conflito, os Acordos de Minsk proporcionaram um intervalo crítico durante o qual a Ucrânia pode reorganizar as suas forças e reforçar as suas alianças com o Ocidente.

Por outro lado, ao longo destes oito anos, Moscovo prosseguiu uma estratégia multifacetada para consolidar a sua influência sobre a Ucrânia e enfraquecer o seu percurso de integração euro-atlântica. No entanto, a partir de 2021, tornou-se evidente

que a Rússia estava a transitar para uma nova fase na sua abordagem ao conflito. Em julho de 2021, Vladimir Putin publicou um ensaio intitulado *Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucrânianos*, no qual rejeitava a existência de uma identidade nacional ucraniana independente, argumentando que a Ucrânia era uma construção artificial resultante de decisões políticas soviéticas (Putin, 2021b). Neste texto, Putin reiterou uma visão profundamente revisionista da história, sustentando que russos e ucranianos constituíam “um só povo”. Esta narrativa enquadra-se na ideologia do Kremlin, que considera a Ucrânia uma extensão histórica e cultural da Rússia e que vê o afastamento de Kyiv da esfera de influência russa como uma ameaça existencial. O ensaio de Putin não apenas procurava justificar a política agressiva do Kremlin para com a Ucrânia, mas também lançava as bases ideológicas para uma eventual intervenção militar sob o pretexto de “reunificação histórica”.

Enquanto isso, no terreno, a concentração militar russa nas fronteiras ucranianas atingia níveis sem precedentes, representando o maior destacamento de tropas e armamento desde a fase mais intensa da guerra de 2014-2015 (Plokyh, 2023, p. 146). Em março de 2021, o então Comandante-Chefe das FAU, Ruslan Khomchak, informou o parlamento ucraniano sobre o aumento significativo da presença militar russa nas proximidades da Ucrânia, justificando-se oficialmente com a realização dos exercícios militares *Zapad-2021* (Ukrainska Pravda, 2021). De acordo com relatórios da inteligência ucraniana, dezenas de milhares de soldados russos foram deslocados para áreas estratégicas junto à fronteira, acompanhados por um reforço logístico substancial e pelo envio de equipamento pesado. Em resposta a esta escalada, a 30 de março de 2021, a Verkhovna Rada adotou a *Declaração Sobre a Escalada do Conflito Armado Russo-Ucraniano*, exigindo que a Rússia cessasse imediatamente as hostilidades, retirasse as suas tropas e cumprisse os compromissos assumidos no âmbito do Memorando de Budapeste, dos Acordos de Minsk e das negociações no âmbito do Formato Normandia (Verkhovna Rada, 2021). Embora, em maio de 2021, tenha sido registada uma redução parcial do destacamento militar russo, uma parte significativa da infraestrutura militar permaneceu na região, possibilitando uma escalada rápida e sem aviso prévio no futuro. Mais tarde, a 21 de novembro de 2021, um artigo publicado no *Military Times* continha uma entrevista com o chefe da Agência de Inteligência de Defesa Nacional da Ucrânia, Kyrylo Budanov (Fedorchak, 2024, p. 95). Nesta entrevista, Budanov alertava que a Rússia estava a utilizar os seus exercícios *Zapad-2021* como preparação para uma invasão em larga escala. De acordo com a sua avaliação, a ofensiva não seria limitada

ao Donbass, mas envolveria ataques de três direções distintas: do sul, através da Crimeia; do leste, a partir das áreas ocupadas do Donbass; e do norte, através da Bielorrússia. Esta invasão, segundo Budanov, incluiria bombardeamentos aéreos, ataques de artilharia e o avanço de forças terrestres em larga escala. Budanov também previu corretamente que a invasão poderia ocorrer entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2022.

Neste contexto, conforme é observado pelo Plokhy (2023, p. 149), a Ucrânia intensificou significativamente os seus esforços diplomáticos, procurando mobilizar o apoio internacional face à crescente ameaça russa. Zelensky reforçou os seus apelos à aceleração do processo de adesão da Ucrânia à NATO, argumentando que um compromisso mais sólido por parte da Aliança poderia servir como um fator de dissuasão contra uma possível ofensiva militar russa (Plokhy, 2023, p. 149). A sua posição baseava-se na convicção de que um alinhamento estratégico mais formalizado com o Ocidente reduziria a vulnerabilidade da Ucrânia perante a crescente assertividade de Moscovo. Antes da invasão, vários serviços de inteligência ocidentais emitiram alertas sobre a elevada probabilidade de uma ofensiva russa iminente (Ukrainska Pravda, 2022). O Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, declarou que a concentração de forças russas nas imediações da Ucrânia não poderia ser descartada como mera intimidação, sublinhando a seriedade da ameaça (Schiltz, 2021). Em resposta ao agravamento da situação, alguns países ocidentais começaram a reforçar a assistência militar a Kyiv. Desta maneira, os ministros da Defesa da Estónia, Letónia e Lituânia anunciaram o envio de sistemas antitanque *Javelin* e mísseis antiaéreos *Stinger* para a Ucrânia, após obterem autorização dos EUA para a transferência desse armamento (RBC-Ukraine, 2022). Estes desenvolvimentos refletiam uma mudança gradual na abordagem ocidental, que passou de declarações diplomáticas para ações concretas de apoio militar, numa tentativa de aumentar o custo de uma eventual agressão russa.

Paralelamente, a estratégia do Kremlin tornava-se cada vez mais evidente. A 17 de dezembro de 2021, a Rússia apresentou duas propostas de acordos sobre garantias de segurança: uma entre a Federação Russa e os EUA, e outra entre a Federação Russa e a NATO intitulada *Acordo Sobre Medidas para Garantir a Segurança da Federação Russa e dos Estados-Membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte* (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, 2021). Este documento estabelecia exigências explícitas de segurança, entre as quais a exclusão da Ucrânia e de outros países pós-soviéticos de uma eventual adesão à NATO, bem como a retirada de

infraestruturas militares da Aliança do Leste Europeu para as suas posições de 1997. Moscovo também requeria restrições ao posicionamento de mísseis e contingentes militares dos EUA e da NATO na região, argumentando que a expansão da aliança representava uma ameaça existencial à sua segurança. Estas exigências foram prontamente rejeitadas pelos EUA e pelos seus aliados, que reafirmaram que a Rússia não detém qualquer direito de veto sobre o alargamento da NATO (Tétrault & Balmforth, 2021). O secretário-geral da organização salientou que qualquer negociação de segurança com Moscovo deveria respeitar os princípios da soberania dos Estados e envolver a Ucrânia e outros parceiros europeus (Tétrault & Balmforth, 2021). No mesmo sentido, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Kuleba, sublinhou que Kyiv detinha um “direito soberano exclusivo” para definir a sua política externa e que apenas a Ucrânia e a NATO poderiam decidir sobre a adesão do país à Aliança (Tétrault & Balmforth, 2021). Como observa Plochy (2023, p. 147), as negociações subsequentes entre os EUA, a Rússia, representantes da NATO, não produziram avanços significativos. A ausência de progresso diplomático sugeria que Moscovo utilizava estas conversações como um estratagema para prolongar o impasse enquanto consolidava as suas forças militares para uma eventual agressão em larga escala. Tendo recebido uma resposta formal da NATO que não atendia às suas exigências, Fedorchak (2024, p. 95) aponta que Putin avançou com os exercícios militares já planeados, culminando na mobilização de cerca de 30.000 tropas russas na fronteira norte da Ucrânia. Desta forma, em meados de fevereiro, o aumento dos confrontos no Donbass, com relatos de bombardeamentos por parte das forças separatistas apoiadas pela Rússia, foi instrumentalizado por Moscovo para acusar Kyiv de escalada militar, fornecendo uma justificação narrativa para a invasão que se seguiu.

Na sequência destes acontecimentos, a 21 de fevereiro de 2022, Putin proferiu um discurso em que anunciou o reconhecimento da independência e soberania das autoproclamadas RPD e RDL (Putin, 2021a). Este ato representou uma escalada significativa na crise entre a Rússia e a Ucrânia e refletiu a postura agressiva do Kremlin face à autonomia ucraniana. No seu discurso, Putin afirmou que a Ucrânia, enquanto nação independente, foi uma criação artificial, uma invenção da Rússia bolchevique e comunista, alinhando-se com uma visão profundamente revisionista da história. Putin acusou a Ucrânia de ser responsável pela escalada das tensões na região e afirmou que o país estava sendo usado por forças externas para ameaçar a segurança da Rússia, exigiu “que aqueles que tomaram e detêm o poder em Kyiv cessem

imediatamente as hostilidades. Caso contrário, toda a responsabilidade pela possível continuação do derramamento de sangue recairá inteira e completamente na consciência do regime que governa a Ucrânia.” Este discurso não apenas validava a intervenção russa, mas também a justificava em termos de uma missão de “proteção” dos russos étnicos no Donbass, utilizando o termo “genocídio” para descrever a política ucraniana na região.

Desta forma, na ótica de Luigi Lonardo (2023, p. 9), para Putin, a independência da Ucrânia era vista como uma anomalia histórica. O discurso de Putin sugere que a Ucrânia nunca deveria ter existido como uma entidade separada, sendo apenas uma parte do espaço russo, e que a sua independência, conquistada após a dissolução da União Soviética, é um erro histórico que deve ser corrigido. Neste sentido, a integração do Donbass à Rússia, tal como aconteceu com a Crimeia em 2014, seria uma espécie de “retorno à normalidade”, em que a Rússia restabeleceria a sua soberania sobre terras que considera legítimas. Esta narrativa pode ser vista como parte de uma estratégia maior de deslegitimação do Estado ucraniano e de reafirmação da ideia de que os russos étnicos no Donbass estão à espera de serem reunificados com a Rússia. Snyder (2023), por sua vez, aponta que o discurso de Putin não se baseia em factos históricos verídicos, mas em uma construção ideológica do passado. Esta abordagem revisionista da história serve para justificar ações militares, pois ao reescrever a narrativa do passado, Putin pode apresentar a sua invasão como um ato de correção histórica, mais do que uma agressão imperialista.

Neste sentido, após o reconhecimento formal de RPD e RDL, a 22 de fevereiro, a Kremlin anunciou o envio de tropas para o Donbass, qualificando a ação como uma “missão de paz”, um eufemismo para justificar a intervenção armada (Kottasova, Qublawi, & Regan, 2022). Este movimento foi prontamente classificado pelos EUA como uma invasão, aumentando a tensão internacional e precipitando uma crise diplomática. A 23 de fevereiro, fontes da Defesa dos EUA confirmaram que 80% das forças russas concentradas na fronteira com a Ucrânia estavam prontas para um ataque, o que sugeria que uma invasão a grande escala estava prestes a ocorrer (Stewart & Ali, 2022).

Desta forma, o reconhecimento unilateral das RPD e RDL por Putin marcou uma rutura definitiva com os esforços diplomáticos e consolidou a estratégia do Kremlin de reescrever as fronteiras da região com base numa visão imperial revisionista. O discurso de Putin, ao rejeitar a identidade nacional ucraniana e culpar Kyiv pela instabilidade,

serviu não apenas como uma justificação ideológica para a intervenção militar, mas também como um sinal claro da intenção russa de expandir a sua agressão além do Donbass.

A reunião do Conselho de Segurança russo em 21 de fevereiro de 2022 foi um marco decisivo na política de Putin. Conforme aponta Plokhy (2023, p. 151), nesta reunião para além de reconhecer RPD e RDL, Putin rejeitou, de facto, os Acordos de Minsk, evidenciando a intenção de abandonar qualquer solução diplomática para o conflito no Donbas. Além disso, esta reunião serviu para consolidar a decisão de avançar para uma ofensiva militar em grande escala. O discurso de Putin após a reunião foi claro: a sua intenção não se limitava à anexação do Donbas, mas visava a Ucrânia como um todo. Desta forma, afirmou que as ações das autoridades de Kyiv não deixaram à Rússia alternativa senão agir facultando a Putin um dos *casus belli*. (Putin, 2021a). Desta maneira, três dias depois, na madrugada de 24 de fevereiro, o presidente russo proferiu o discurso em que evocou o artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, invocando o direito à autodefesa, para justificar a invasão em larga da Ucrânia que apelidou de Operação Militar Especial (OME) (Putin, 2022). Os objetivos declarados da OME incluíam a “proteção das pessoas que, há oito anos, enfrentam a humilhação e o genocídio perpetrados pelo regime de Kyiv”, além da “desmilitarização e desnazificação” da Ucrânia (Putin, 2022). Estas justificações baseavam-se numa retórica propagandística que visava desacreditar o governo ucraniano e legitimar a agressão perante a opinião pública russa e internacional.

A invasão começou pouco antes das 4h00 (hora de Kyiv) e foi caracterizada por um ataque massivo e coordenado em múltiplas frentes, muito semelhante às previsões feitas por Budanov. As forças russas lançaram uma série de bombardeamentos aéreos e ataques com mísseis, atingindo centros urbanos e instalações militares chave em todo o território ucraniano (Plokhy, 2023, p. 154). Cidades como Kyiv, Kharkiv, Odessa, Zaporíjia, Zhytomyr, Mykolaiv e Kherson foram alvo de ataques, enquanto as forças terrestres russas avançavam simultaneamente em quatro frentes principais: (1) do norte, a partir da Bielorrússia, com o objetivo de capturar Kyiv; (2) do nordeste, a partir da Rússia, em direção à capital; (3) do leste, em direção a Kharkiv; e (4) do sul, a partir da Crimeia e do Mar Negro, em direção a Odessa, Zaporíjia e Mariupol (Jones, 2022).

Pouco depois do início dos ataques, às 7h00 (hora de Kyiv) o presidente ucraniano declarou a imposição do estado de guerra em toda a Ucrânia e apelou à resistência nacional (Zelensky V. , 2022). A resposta ucraniana, marcada pela

mobilização rápida das suas Forças Armadas e pela determinação da população civil, revelou-se fundamental para conter o avanço russo nas fases iniciais do conflito.

Em paralelo com a ofensiva militar, a Rússia lançou uma campanha massiva de desinformação, difundindo notícias falsas sobre a suposta rendição de unidades militares ucranianas e a conquista de cidades como Kharkiv (Detector Media, 2022). Para Fedorchak (2024, p. 229), estas estratégias visavam minar a moral das tropas ucranianas, semear confusão e enfraquecer a resistência interna. Contudo, a circulação rápida de informação através das redes sociais e o acesso a fontes independentes permitiram desmentir muitas destas alegações, reforçando a resiliência do povo ucraniano e a solidariedade internacional.

Desde o início da guerra em grande escala, o Kremlin pretendia capturar a Ucrânia num curto período, estimado em três dias (Ukrinform, 2022). De acordo com Jones (2022), o principal objetivo político da Rússia era “derrubar o governo de Kyiv numa operação militar tipo blitzkrieg”. A suposição de uma vitória rápida também é corroborada por Plokhly (2023, p. 155), que sugere que os soldados russos dispunham de razões para apenas dois ou três dias, pois lhes foi prometido que a operação na Ucrânia não seria prolongada. Esta estratégia subestimava significativamente a capacidade de resistência ucraniana e ignorava as complexidades operacionais inerentes a uma invasão de grande escala. Para a invasão inicial, a Rússia mobilizou entre 150.000 e 190.000 soldados, incluindo forças regulares e irregulares, para atacar um país com cerca de 44 milhões de habitantes e uma área de mais de 600.000 quilómetros quadrados (Jones, 2022). Tal mobilização resultou numa proporção de apenas 4 soldados russos por 1.000 habitantes ucranianos. Como sugere Jones, este contingente seria insuficiente para controlar e pacificar o território ucraniano.

Entre as razões do fracasso da primeira fase da OME, Jones (2022) destaca três fatores principais. Em primeiro lugar, os militares russos enfrentaram desafios logísticos significativos, exacerbados por falhas no treino e planeamento operacional. A falta de uma cadeia de abastecimento eficiente levou a um esgotamento rápido de recursos essenciais, como combustível e munições, dificultando o avanço das tropas e expondo vulnerabilidades na estrutura organizacional da ofensiva. Em segundo lugar, a ofensiva terrestre foi baseada em pressupostos erróneos sobre a reação das FAU, da população e da sociedade internacional. O Kremlin assumiu que a resistência seria mínima e que a liderança ucraniana colapsaria rapidamente, o que não ocorreu. Pelo contrário, a Ucrânia demonstrou uma resiliência notável, beneficiando do apoio ocidental em termos

de armamento e inteligência, fatores que contribuíram para a frustração dos planos russos. Finalmente, a ocupação de territórios enfrentou desafios adicionais devido à resistência da população ucraniana, o que transformou o conflito numa “guerra popular”. O envolvimento de civis na defesa do território, combinado com uma estratégia eficaz de guerrilha e operações militares coordenadas, criou dificuldades substanciais para o exército russo, que não conseguiu consolidar o controle das áreas ocupadas.

A ofensiva militar russa contra Kyiv cessou no final de março de 2022. A 25 de março, o Ministério da Defesa da Rússia realizou uma conferência de imprensa alegando que os seus objetivos iniciais haviam sido cumpridos e que, a partir de então, a operação se concentraria no leste da Ucrânia, particularmente na região do Donbass (Bowen, 2023, p. 7). No entanto, esta afirmação pode ser vista como uma tentativa de mascarar o fracasso da ofensiva inicial e justificar uma mudança de estratégia. Poucos dias depois, em 1 de abril, as FAU entraram em Bucha e noutros subúrbios de Kyiv, o presidente da Câmara de Bucha revelou que os ocupantes russos mataram cerca de 300 civis (Plokhyy, 2023, p. 169). As imagens dos corpos de civis espalhados pelas ruas foram amplamente partilhadas nas redes sociais, provocando indignação global, nomeadamente, do Presidente Joe Biden, que classificou os crimes de guerra cometidos pelas tropas russas como genocidas (Bose, 2022).

Segundo Bowen (2023, p. 8), diante da resistência ucraniana e da impossibilidade de alcançar uma vitória rápida, a Rússia teve de reajustar os seus objetivos estratégicos. Durante a segunda fase da OME, a região de Donetsk, em particular a cidade costeira de Mariupol, tornou-se um dos principais alvos das forças russas. A cidade foi alvo de bombardeamentos intensos, incluindo ataques deliberados contra infraestruturas civis, como o teatro de Mariupol, onde centenas de civis procuravam abrigo. Após semanas de combates urbanos e resistência feroz por parte das FAU, a batalha concentrou-se na fábrica siderúrgica de Azovstal, onde os defensores resistiram sob cerco severo. Entre 16 e 20 de maio, seguindo ordens de Kyiv, as tropas ucranianas que ainda resistiam em Azovstal renderam-se e foram evacuadas para territórios sob controle russo. Com a captura de Mariupol, as forças russas concentraram os seus esforços na conquista de áreas urbanas estratégicas em Donetsk, como Siversk, Bakhmut e Soledar, e em Lugansk, incluindo Severodonetsk e Lysychansk (Bowen, 2023, p. 9). Esta mudança de estratégia refletiu o reconhecimento da impossibilidade de derrubar o governo ucraniano rapidamente, obrigando Moscovo a adaptar a sua campanha militar a uma guerra de desgaste prolongada.

Enquanto estas dinâmicas se desenrolavam na frente de batalha, paralelamente, a Rússia procurava manter a sua narrativa interna e a unidade do seu público. Em 18 de março de 2022, no Estádio Luzhniki, em Moscovo, uma multidão reuniu-se para um evento oficial do Kremlin, apresentado como um concerto para celebrar o oitavo aniversário da anexação da Crimeia. No entanto, este evento transformou-se numa demonstração de apoio à invasão da Ucrânia e a cerimónia refletiu a retórica oficial russa de que a guerra era uma continuação da luta contra um inimigo existencial (Lonardo, 2023, p. 16). Entre bandeiras nacionais e a letra “Z”, símbolo da invasão, Putin discursou, reforçando a narrativa de que a Rússia estava a agir em defesa dos seus interesses históricos e culturais. Para Lonardo (2023, p. 17), este evento foi um reflexo da necessidade de Putin justificar a guerra tanto no plano interno como externo. Para o Kremlin, era essencial projetar uma imagem de força e inevitabilidade, apresentando a invasão não como uma agressão, mas como uma correção histórica. Assim, enquanto a Rússia enfrentava dificuldades militares na Ucrânia, internamente procurava consolidar o apoio popular através de propaganda massiva e da repressão de dissidências, reforçando a ideia de que a guerra era uma missão inevitável e justa. A reação da sociedade internacional à invasão russa da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 foi imediata e multifacetada, envolvendo sanções económicas, assistência militar e humanitária, bem como esforços diplomáticos para isolar a Rússia no plano internacional. Embora as respostas tenham variado entre os diferentes atores ocidentais, houve um consenso generalizado sobre a necessidade de apoiar a Ucrânia e punir Moscovo pela violação do direito internacional.

A Assembleia Geral da ONU realizou, a 2 de março, uma sessão especial de emergência na qual 141 dos 193 Estados-membros votaram a favor de uma resolução condenando a denominada “operação militar especial” da Rússia na Ucrânia (Organização das Nações Unidas, 2022). Apenas cinco países se opuseram à resolução, enquanto 35 optaram pela abstenção, incluindo a China e a Índia. A resolução reafirmou a declaração do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, que classificou o ataque como uma violação flagrante dos princípios consagrados na Carta da ONU. Em particular, recordou aos Estados-membros a sua obrigação, nos termos do Artigo 2 da Carta: “de se absterem de ameaças ou uso da força contra a integridade territorial e a independência política de qualquer nação.” O texto da resolução exigiu especificamente que a Federação Russa cessasse imediatamente o uso da força contra a Ucrânia e se abstivesse de qualquer outra ameaça ou ação militar contra qualquer outro Estado-

membro. Além disso, instou Moscovo a retirar, de forma imediata, completa e incondicional, todas as suas forças militares do território ucraniano dentro das fronteiras reconhecidas internacionalmente. Esta resolução constituiu um marco importante, não apenas por isolar diplomaticamente a Rússia no palco internacional, mas também por demonstrar um amplo consenso global na condenação da invasão.

Em paralelo à condenação diplomática, a UE, os EUA e outros parceiros intensificaram a assistência humanitária à Ucrânia, procurando mitigar os impactos devastadores do conflito sobre a população civil. Um dos instrumentos mais significativos foi a decisão do Conselho da UE de ativar o Mecanismo de Proteção Temporária, que permitiu a concessão imediata de proteção legal e social a milhões de refugiados ucranianos nos países europeus (Comissão Europeia, s.d.). Esta medida representou um afastamento das respostas tradicionais da UE a crises migratórias, proporcionando um estatuto de proteção temporária sem necessidade de procedimentos individuais de asilo, facilitando assim o acolhimento e a integração dos refugiados. O impacto humanitário da invasão russa foi avassalador, de acordo com o Alto Comissariado para os Refugiados da Organização das Nações Unidas estima-se, que em Junho de 2022, quase 15 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir das suas casas e mais de 6 milhões de ucranianos atravessaram a fronteira para os vizinhos como Polónia, Hungria e Roménia (Alto Comissariado para os Refugiados da Organização das Nações Unidas , 2022). Desta forma, a invasão russa da Ucrânia constituiu um dos maiores deslocamentos populacionais na Europa desde a Segunda Guerra Mundial (Alto Comissariado para os Refugiados da Organização das Nações Unidas , 2022).

Como analisado por Plokhy (2023, p. 231), mesmo antes da invasão em larga escala, os EUA já estavam a trabalhar para fortalecer uma frente transatlântica unificada contra a agressão russa. Washington sublinhou, em diversas ocasiões, que os EUA e os seus aliados europeus estavam preparados para impor “consequências maciças que não foram consideradas em 2014” caso a Rússia avançasse com a invasão da Ucrânia (Plokhy, 2023, p. 231). Esta abordagem preventiva da Administração Biden teve um impacto significativo, permitindo que, após o ataque de Moscovo, a resposta ocidental fosse célere e coordenada, evitando demoras que poderiam comprometer a eficácia das sanções e da assistência à Ucrânia. Ainda antes do início formal da invasão, a 22 de fevereiro de 2022, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, emitiram um comunicado condenaram o reconhecimento da RPD e RPL, denunciaram esta decisão como “ilegal e

inaceitável”, afirmando que a UE estava em “total solidariedade com a Ucrânia” e “unida em apoio da sua soberania e integridade territorial” (Conselho Europeu, 2022a). Assim, a 23 de fevereiro, foi aprovado o primeiro pacote de sanções contra a Rússia, demonstrando a prontidão da UE para reagir de forma firme à violação da soberania e integridade territorial da Ucrânia. As medidas adotadas incluíram: “sanções contra 351 membros da Duma do Estado russo que votaram a favor do reconhecimento das zonas não controladas pelo Governo ucraniano das províncias de Donetsk e Lugansk; a criação de um novo regime de sanções às relações económicas com as zonas não controladas pelo Governo ucraniano das províncias de Donetsk e Lugansk; restrições ao acesso, por parte da Rússia, aos mercados e serviços financeiros e de capitais da UE.” (Conselho Europeu, 2024)

Com o início da invasão, a UE intensificou a resposta sancionatória, adotando mais dois pacotes nos dias 25 e 28 de fevereiro de 2022, incluindo: “sanções contra Vladimir Putin, Sergey Lavrov e membros da Duma do Estado russo e do Conselho Nacional de Segurança; sanções económicas que abrangem os setores financeiro, da energia, dos transportes e da tecnologia; restrições às exportações de bens e tecnologias que possam contribuir para o reforço tecnológico do setor russo da defesa; a suspensão parcial do acordo entre a UE e a Rússia sobre a facilitação da emissão de vistos.; o encerramento do espaço aéreo da UE a todas as aeronaves russas; a proibição da realização de transações com o Banco Central da Rússia; a proibição de acesso ao SWIFT por parte de sete bancos russos; a proibição do fornecimento de notas em euros à Rússia; a suspensão da radiodifusão na UE dos meios de comunicação *Russia Today* e *Sputnik*.” (Conselho Europeu, 2024). Desta forma, até julho de 2022, já tinham sido aprovados sete pacotes de sanções em que uma das mais importantes residia sob proibição das importações de petróleo bruto e produtos petrolíferos refinados da Rússia.

Lonardo (2023, p. 40) destaca que a invasão russa da Ucrânia representou um ponto de viragem para UE desencadeando uma reavaliação profunda da sua política externa e de segurança. O Alto Representante da UE, Josep Borrell, admitiu que Bruxelas subestimou a ameaça russa, não antecipando a possibilidade real de um conflito em larga escala (Borrell, 2022a). Além disso, Borell destacou a invasão russa como: “momento de despertar da Europa como ator geopolítico.” (Borrell, 2024). Esta mudança de postura encontra paralelo na visão já delineada por Ursula von der Leyen no seu discurso em 2019, em que defendeu uma Comissão “geopolítica” e sublinhou a necessidade de a UE se afirmar com maior coerência e influência no plano internacional

(von der Leyen, 2019). A crise ucraniana acabou por acelerar essa transformação: para além da resposta sancionatória, a UE tomou medidas sem precedentes, como a decisão de financiar o fornecimento de armamento à Ucrânia através do *European Peace Facility* (EPF), no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), materializando assim o papel de uma UE mais estratégica e geopoliticamente ativa. Neste sentido, a 27 de fevereiro de 2022, Borrell anunciou que o EPF seria utilizado para cobrir duas necessidades urgentes da Ucrânia: “o financiamento da aquisição de material letal para as Forças Armadas Ucranianas, bem como o fornecimento de combustível, equipamento de proteção e material médico de emergência.” (Borrell, 2022b). Como é analisado pela Fedorchak (2024, p. 277), esta decisão não só representou um apoio direto à resistência ucraniana, mas também marcou a primeira vez que a UE forneceu armamento letal a um Estado terceiro, quebrando um tabu histórico.

Paralelamente, o Reino Unido desempenhou um papel central na coordenação da assistência militar internacional, organizando e acolhendo duas conferências de doadores em fevereiro e março de 2022, que foram fundamentais na criação do Centro Internacional de Coordenação de Doadores (IDCC), combinando os dados com as necessidades militares da Ucrânia (Whitman, 2023). Este esforço culminou na criação do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia, (UDCG), lançado a 26 de abril de 2022 na base aérea de Ramstein, na Alemanha, e que se tornou conhecido como o *Formato Ramstein*. Mais de 40 países e representantes da NATO e da UE participam ativamente nesta plataforma que se consolidou como um espaço de coordenação de compromissos dos parceiros internacionais e de revisão das necessidades militares da Ucrânia, adaptando-se à evolução do conflito e às mudanças no campo de batalha (Seligman & Mcleary, 2023). Este grupo ajudou a criar um exército *ad hoc*, mas surpreendentemente moderno, que seria capaz de superar alguns membros de longa data da NATO (Seligman & Mcleary, 2023).

Além do apoio europeu, os EUA desempenharam um papel central na assistência militar à Ucrânia. Para além da ajuda direta, Washington autorizou a transferência de equipamento de fabrico norte-americano armazenado em arsenais de 14 países da NATO e de parceiros estratégicos. Adicionalmente, facilitou o fornecimento de sistemas de defesa aérea por parte dos aliados, ao mesmo tempo que anunciou “um pacote de 682 milhões de dólares *Foreign Military Financing* para incentivar e compensar as doações de armamento à Ucrânia por parte dos seus parceiros.” (Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, 2023).

Desta forma, Fedorchak (2024, p. 284) sublinha que a assistência militar ocidental à Ucrânia evidencia um esforço coordenado a múltiplos níveis, institucional, bilateral e multilateral, refletindo iniciativas conjuntas de diferentes países e organizações. O diálogo contínuo no âmbito do Formato Ramstein, aliado aos compromissos reiterados pelos Estados envolvidos, reforça a determinação do Ocidente em apoiar a Ucrânia de forma sustentada (Fedorchak, 2024, p. 285). Assim, a assistência militar europeia e a coordenação com os aliados ocidentais refletem um novo paradigma de atuação, em que a UE assume um papel mais ativo na manutenção da estabilidade regional e na dissuasão de futuras ameaças. A invasão russa não apenas redefiniu a ordem de segurança europeia, mas também desafiou a UE a afirmar-se como um ator geopolítico credível e eficaz num mundo em rápida mudança.

Além disso, a guerra consolidou a unidade dos Estados-membros da UE, que, apesar das suas diferenças, reconheceram a necessidade de uma posição firme contra a Rússia. Em março de 2022, os líderes europeus reunidos em Versalhes declararam que a guerra representava uma “mudança tectónica na história europeia”, sublinhando a necessidade de reforçar as capacidades de defesa da União, reduzir a sua dependência energética da Rússia e fortalecer a sua base económica (Conselho Europeu, 2022c). Esta nova abordagem reflete a perceção de que a segurança do continente europeu não pode depender de atores externos nem ser comprometida por vulnerabilidades estruturais, como a excessiva dependência do gás russo. Assim, a invasão funcionou como um catalisador para mudanças políticas e institucionais na UE, acelerando processos que anteriormente encontravam resistência entre os Estados-membros. Neste contexto, a Alemanha protagonizou uma mudança paradigmática na sua política de defesa, simbolizada pelo termo *Zeitenwende* (ponto de viragem), anunciado pelo chanceler Olaf Scholz em fevereiro de 2022. Esta reorientação incluiu a criação de um fundo especial de 100 mil milhões de euros para modernizar as Forças Armadas alemãs e o compromisso de atingir o objetivo da NATO de investir 2% do PIB em defesa (Puglierin, 2024). Além disso, a indústria de defesa alemã adaptou-se rapidamente às novas exigências, priorizando a produção em massa e a entrega célere de equipamentos militares, como evidenciado pelo aumento significativo na produção de radares e sistemas de guerra eletrónica (Höller, 2024). Estas transformações refletem não apenas uma resposta à agressão russa, mas também uma redefinição do papel da Alemanha como ator central na segurança europeia.

Para além de impulsionar a coesão política e estratégica da União, a invasão russa também teve um impacto significativo na perceção da UE entre os cidadãos europeus. Para Stepan Vidnyansky (2022, p. 14), a agressão russa não apenas uniu os Estados-membros de uma forma sem precedentes, como também fortaleceu a imagem da UE nos seus próprios países. Dados da Comissão Europeia de 2022 indicam que a perceção positiva da UE atingiu 47% (+3 pontos percentuais), o valor mais elevado desde o outono de 2009, enquanto 36% dos inquiridos expressaram opiniões neutras e apenas 16% demonstraram uma visão negativa (Eurobarómetro, 2022). Paralelamente, a confiança na UE também registou um aumento, situando-se nos 49% (+2 pontos percentuais), refletindo uma maior valorização do papel da União na gestão da crise.

No plano geopolítico, Vidnyansky (2022, p. 14), sublinha que a guerra provocou uma reconfiguração da arquitetura de segurança europeia, consolidando não apenas a unidade dentro da UE, mas também a coesão dos membros da NATO. Um dos efeitos mais visíveis deste processo foi a decisão histórica da Finlândia e da Suécia, dois países tradicionalmente neutrais, de solicitar a adesão à NATO a 18 de maio de 2022, um passo diretamente motivado pela ameaça russa.

A invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022 não apenas desencadeou uma crise sem precedentes na segurança europeia, mas também acelerou de forma significativa o processo de integração euro-atlântica da Ucrânia. Apenas cinco dias após o início da agressão em larga escala, a 28 de fevereiro de 2022, Ucrânia submeteu oficialmente o seu pedido de adesão à UE, manifestando a expectativa de que, face às circunstâncias extraordinárias, a UE pudesse iniciar rapidamente o procedimento. Neste sentido, Vidnyansky (2022, p. 28), observa que adesão da Ucrânia à UE tornou-se um elemento central da sua resistência política e estratégica, refletindo a sua aspiração de se desvincular definitivamente da esfera de influência russa e integrar plenamente a comunidade euro-atlântica.

A resposta europeia a este pedido foi marcada por uma dinâmica sem precedentes. Os presidentes de oito Estados-membros da UE, Bulgária, Chéquia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia, emitiram uma declaração em que apelaram aos outros membros de UE: “consolidar o mais elevado apoio político à Ucrânia e permitir que as instituições da UE tomem medidas para conceder imediatamente à Ucrânia o estatuto de país candidato à UE e abrir o processo de negociações” (Presidentes dos Estados-Membros da UE, 2022). Este apoio sublinha a importância estratégica da Ucrânia para os países da Europa Central e de Leste, cuja

história recente os torna particularmente sensíveis à ameaça representada pelo expansionismo russo. Desta forma, a 1 de abril de 2022, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, visitou Kyiv, que continuava sob a ameaça direta das forças russas, expressando apoio do Parlamento à aspiração ucraniana de se tornar candidata à adesão à UE: “A Ucrânia é Europa; mais do que nunca, a Ucrânia olha para a UE como o seu destino” (Parlamento Europeu, 2022). Já a 8 de abril, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, deslocou-se também à capital ucraniana, entregando oficialmente ao presidente Zelensky o primeiro questionário necessário para a obtenção do estatuto de candidato à adesão, salientando que a “Ucrânia pertence à família europeia” (von der Leyen, 2022).

Neste sentido, em junho de 2022, o órgão consultivo da Comissão Europeia emitiu um parecer positivo sobre a concessão do estatuto de candidato à Ucrânia, afirmando que “a Ucrânia demonstrou a resiliência das suas instituições garantindo a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e a proteção das minorias.” (Comissão Europeia, 2022). No entanto, a Comissão sublinhou a necessidade de reformas adicionais, identificando sete prioridades fundamentais para Kyiv, nomeadamente no domínio do Estado de direito, do combate à corrupção, da influência excessiva dos oligarcas na vida económica, política e pública e da liberdade de imprensa (Comissão Europeia, 2022). Assim, a 23 de junho de 2022, Conselho Europeu decidiu conceder o estatuto de país candidato à Ucrânia sublinhando que “o progresso de cada país rumo à União Europeia dependerá do seu próprio mérito no cumprimento dos critérios de Copenhaga, tendo em conta a capacidade da UE para absorver novos membros.” (Conselho Europeu, 2022b)

Plokhyy (2023, p. 248) sublinha que a concessão do estatuto de candidato à UE à Ucrânia representou um desfecho inesperado para Putin, cujos cálculos estratégicos ao lançar a invasão não previam tal desenlace tendo em conta que agressão russa iniciada em estava ligada à sua tentativa de impedir que Kyiv assinasse o AA com a UE. Do ponto de vista de Vidnyansky (2022, p. 30), a obtenção do estatuto de candidato pela Ucrânia constitui um marco histórico, simbolizando uma mudança profunda na política europeia para a sua vizinhança oriental. Durante décadas, a Ucrânia foi enquadrada no âmbito da PEV e da Parceria Oriental, instrumentos que privilegiavam a cooperação sem compromissos de adesão. No entanto, a guerra alterou radicalmente esta abordagem, conduzindo à transição da Ucrânia para o quadro da política de alargamento da UE. Este reposicionamento representou um reconhecimento inequívoco da Ucrânia como parte

integrante da comunidade europeia e estabelece a base para uma futura adesão plena ao bloco.

Desta forma, pode-se concluir que a decisão europeia transcende a dimensão simbólica, conferindo à Ucrânia benefícios concretos no plano político, económico e de segurança. Para Kyiv, a candidatura à UE representa não apenas um passo essencial para a reconstrução pós-guerra e para a implementação de reformas estruturais, mas também um fator determinante para a sua consolidação como um Estado plenamente integrado na arquitetura institucional europeia. A continuidade deste processo dependerá, no entanto, da capacidade da Ucrânia de implementar as reformas exigidas e da vontade política dentro da UE de sustentar o alargamento num contexto de desafios internos e externos crescentes.

3. A Consolidação da Identidade Nacional Ucraniana

Conforme discutido no capítulo anterior, a anexação da Crimeia e a guerra no Donbass consolidaram a identidade ucraniana. Como foi observado, para Freedman (2019), o conflito, longe de fragmentar o país, reforçou a sua coesão interna. Kuzio (2019), por sua vez, analisa como a Revolução da Dignidade e a agressão russa desencadearam um processo de criação de condições favoráveis à consolidação de uma identidade nacional comum.

Neste contexto, a consolidação da identidade ucraniana no período em análise, de 2019-2022, deve ser compreendida como parte de um processo histórico de reconfiguração nacional, intensificado em resposta à agressão russa. Segundo Wilson (2023, p. 9), a identidade ucraniana passou por uma mudança cumulativa através de sucessivas revoluções: a Revolução Laranja em 2004, a Revolução da Dignidade em 2013-2014 e a atual guerra. Kulyk (2023) argumenta que a identidade nacional ucraniana já era robusta antes da invasão total e tornou-se uma fonte essencial da resiliência notável da sociedade ucraniana perante um agressor forte.

A consolidação da identidade ucraniana nesta fase pode ser analisada a partir de três dimensões principais: (1) a resiliência institucional e social; (2) a unificação em torno de valores democráticos e europeus; e (3) a reconfiguração da relação com a Rússia.

No que diz respeito à resiliência institucional e social, Fedorchak (2024, p. 250) observa que o conceito de resiliência se tornou central na abordagem da Ucrânia à

guerra, culminando na adoção do *Conceito de Garantir um Sistema Nacional de Resiliência* em 2021. Este documento estabelece os objetivos, princípios, direções, mecanismos e elementos essenciais do sistema nacional de resiliência (Presidente da Ucrânia, 2021). Segundo este conceito, a resiliência é definida como “a capacidade do Estado e da sociedade para identificar ameaças e vulnerabilidades em tempo útil, avaliar os riscos para a segurança nacional, responder de forma rápida e eficaz e recuperar totalmente de ameaças, incluindo situações híbridas, de emergência e crises de qualquer natureza.”. Fedorchuk (2024, p. 260) observa que a invasão russa reforçou o vínculo entre as FAU e a sociedade, fortalecendo a coesão nacional em que a população civil demonstrou elevado compromisso através de apoio financeiro e voluntariado, fortalecendo a moral das FAU e reduzindo a divisão entre a linha da frente e a retaguarda. Desta forma, na perspectiva de resiliência, a resistência e a flexibilidade da sociedade ucraniana contribuíram de muitas formas como meio de apoio ao reforço da resiliência do poder de combate militar, abordando componentes morais e físicas. O aumento do orgulho na cidadania ucraniana é um indicador claro dessa mudança: de 62,5% em 2017 para 90,4% em 2022, segundo o centro Razumkov (Razumkov Centre, 2022).

A dimensão ideológica da identidade ucraniana também foi profundamente impactada pela guerra. A Revolução da Dignidade de 2014 estabeleceu a escolha da Ucrânia pelo caminho europeu e democrático, mas a invasão russa consolidou ainda mais esta orientação. A reorientação pró-Occidente da Ucrânia foi acompanhada por uma mudança significativa no sentimento popular, refletindo a consolidação de uma identidade nacional alinhada com valores europeus. Segundo dados de KIIS, o apoio à adesão à UE aumentou de 53,3% em 2015 para 81% em 2022 (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2022). De igual modo, o apoio à adesão à NATO registou um aumento expressivo, passando de 37,4% em 2015 para 71% em 2022, indicando uma reavaliação das percepções de segurança nacional no contexto da agressão russa. Desta forma, em julho de 2022, a grande maioria dos residentes do Oeste, Centro, Sul e Leste da Ucrânia apoiava tanto adesão à UE como à NATO, evidenciando assim a coesão nacional (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2022).

Neste sentido, a concessão do estatuto de candidato à UE à Ucrânia, em junho de 2022, pode ser vista como um marco crucial na consolidação da identidade nacional ucraniana. Este reconhecimento formal da Ucrânia como parte integrante da Europa não apenas fortaleceu a sua orientação pró-ocidental, mas também serviu como um fator

unificador para a população, que viu no processo de integração europeia uma garantia para a preservação da soberania nacional e dos valores democráticos. Além disso, o estatuto de candidato reforçou o afastamento da Ucrânia da esfera de influência russa, tornando a integração euro-atlântica um objetivo central do Estado e da sociedade ucraniana. Neste sentido, a Ucrânia demonstrou de forma decisiva a sua vontade de “pertencer à família europeia”, nas palavras da Presidente da Comissão Europeia (von der Leyen, 2022). Contudo, para Wilson (2023, p. 11) a Ucrânia pagou um preço muito elevado. O “preço” foi pago em vidas humanas, perda territorial e destruição, tornando clara a dimensão existencial da sua escolha civilizacional: ser parte da Europa significou resistir ativamente à dominação russa.

A escolha do vetor ocidental pela Ucrânia deixou de ser um mero debate político interno para se tornar um elemento fundamental da sobrevivência e soberania do Estado ucraniano. Esta opção consolidou-se tanto no discurso da sociedade como na condução da política externa do país, resultando numa transformação radical da relação entre a Ucrânia e a Rússia. Paralelamente, a relação entre a Ucrânia e a Rússia sofreu uma transformação profunda e irreversível. Kulyk (2023) observa que a mutação mais evidente no conteúdo etnocultural da identidade ucraniana, precipitada pela guerra em larga escala, manifesta-se no aumento da alienação e hostilidade em relação à Rússia, que passou a ser amplamente percebida pela população ucraniana como uma potência agressora.

A evolução das percepções dos cidadãos ucranianos sobre o Estado e o povo russos é evidenciada por dados empíricos, que demonstram uma transformação significativa ao longo da década. Após a anexação ilegal da Crimeia e o início do conflito no Donbass, a mudança nas atitudes dos ucranianos estava essencialmente direcionada ao Estado russo. De acordo com Kulyk (2023) embora muitos inquiridos descrevessem a política russa para com a Ucrânia como “claramente hostil”, ainda havia uma percepção generalizada de que ucranianos e russos eram “povos amigos” ou até “irmãos”. No entanto, a invasão em grande escala de 2022 alterou radicalmente esta percepção.

Desta forma, segundo dados de KIIS, na véspera da invasão em grande escala de 2022, 34% dos ucranianos tinham uma atitude positiva em relação à Rússia, enquanto 50% tinham uma atitude negativa (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2024a). Já após a invasão, a maioria dos ucranianos demonstram consistentemente uma atitude negativa em relação à Rússia tendo em conta que, em outubro de 2024, 93% dos

ucranianos tinham uma atitude negativa em relação à Rússia, enquanto apenas 3% tinham uma atitude positiva. No entanto, a brutalidade da agressão russa não apenas reforçou a visão da Rússia como um país hostil, mas também estendeu esta indignação ao povo russo sendo que apenas 8% dos ucranianos têm uma atitude positiva em relação ao povo russo, enquanto 84%, pelo contrário, têm uma atitude negativa em relação a eles (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2024a). Kulyk (2023) ainda sugere que 56% dos inquiridos acredita que o objetivo da Rússia era o “extermínio completo do povo ucraniano”, enquanto 66% atribuíram responsabilidade direta à população russa, considerando-a “totalmente culpada” ou “bastante culpada” pela agressão. Hrushetsky, ao comentar os resultados do inquérito, observa:

“Muitas vezes comparamo-nos à Rússia e aos russos, discutindo o que resta da ‘herança russa’ no nosso país. E não só nós, mas o mundo como um todo. Quem é a Rússia e os russos que nos restam depois de todas as suas ações criminosas? Continuam a ser um lembrete constante de quem não éramos antes e certamente não somos agora. No entanto, à sua maneira, também mostram aquilo em que não nos devemos tornar no futuro” (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2024a)

Esta mudança de percepções é particularmente evidente nas regiões historicamente mais abertas à influência cultural russa. Os dados de *Razumkov Centre* analisam que, em 2017, 52% dos residentes do Leste da Ucrânia acreditavam que “os ucranianos e os russos sempre foram e continuam a ser povos fraternos”, mas, em 2024, esta opinião é partilhada por apenas 7% dos inquiridos, já no Sul do país, a percentagem caiu de 45% para 7%. (Razumkov Centre, 2024a)

Semelhantemente, a guerra também teve um impacto profundo na política linguística da Ucrânia. Kulyk (2023) aponta para o facto de que desde os primeiros anos de independência, a política linguística na Ucrânia tem sido marcada pela disputa entre duas perspetivas: uma que defende a primazia da língua ucraniana em todos os domínios sociais e outra que favorece a manutenção do bilinguismo, com o ucraniano desempenhando apenas um papel simbólico. No entanto, a guerra reforçou a primeira abordagem, consolidando a língua ucraniana como um elemento central da identidade nacional. Desta forma dados de KIIS sugerem que, em 2017, 68% dos ucranianos identificavam o ucraniano como sua língua nativa, percentagem que subiu para 78% em

2022, ao passo que a proporção dos que consideravam o russo como língua materna caiu de 15%, em 2015, para apenas 6% (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2024b). Em fevereiro de 2024, a grande maioria dos ucranianos, (66%), acredita que a língua russa deve ser eliminada da comunicação oficial. Apenas 3% acreditam que o russo deve receber o estatuto de segunda língua oficial, enquanto 24% consideravam aceitável que o russo fosse reconhecido oficialmente em regiões onde a maioria da população assim o desejasse. KIIS sublinha a importância da Ucrânia manter uma atitude normal (positiva ou neutra) em relação aos cidadãos russófonos, mas enfatiza que o objetivo a longo prazo é o desenvolvimento do ucraniano como um componente essencial e um símbolo da nação cívica ucraniana (Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, 2024b).

Assim sendo, Yermolenko sugere que a presidência de Zelensky reflete uma tendência mais ampla de transformação da identidade ucraniana, que se tem afastado progressivamente das influências pós-soviéticas para se reconfigurar numa identidade moderna e alinhada com valores ocidentais (Yermolenko, 2019).

Em último lugar, interessa também analisar como a guerra representou um marco importante na consolidação da identidade ucraniana e da sua base ideológica, conforme é analisado por Wilson (2023, p. 12). Desta forma, tendo em conta o analisado anteriormente, a agressão russa serviu como um catalisador para um sentimento de unidade nacional entre os ucranianos, que, antes do conflito, estavam divididos em diversas orientações linguísticas, culturais e políticas. Com o início da invasão em 2022, assistiu-se a um fortalecimento sem precedentes da identidade nacional ucraniana, com um aumento significativo da autoidentificação como ucranianos, independentemente da língua falada ou das preferências políticas prévias.

Smith (1981, p. 376) argumenta que a experiência da guerra pode unir grupos anteriormente díspares e diferenciá-los de outros considerados ameaçadores. No caso ucraniano, a invasão russa intensificou a polarização entre a identidade ucraniana e a identidade russa, reforçando a distinção entre “nós” (ucranianos) e “eles” (russos). A propaganda russa, ao negar a existência de uma identidade nacional ucraniana distinta, conforme ensaio *Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucranianos* publicado pelo Putin, contribuiu paradoxalmente para o reforço desta mesma identidade. Ademais, em linha com a argumentação de Smith, observa-se que, conflitos prolongados entre dois estados, como o que ocorre entre a Ucrânia e a Rússia, a guerra endurece as autoimagens dos grupos em confronto (Smith, 1981, p. 378). O conflito prolongado e a

violência sistemática perpetrada contra civis ucranianos aumentaram a rejeição da Rússia como parte de um “mundo comum” e consolidaram um sentimento de resistência nacional.

Hutchinson (2017, p. 12) corrobora esta ideia ao destacar que a ameaça de morte e conquista pode levar as populações a confrontar questões fundamentais sobre a sua identidade e propósito. A guerra de 2022 forçou a sociedade ucraniana a uma redefinição de si mesma, tornando a identidade ucraniana um elemento central da sobrevivência nacional. Desta forma, Hutchinson observa que nestas situações, as guerras geram momentos de efervescência ritual que procuram controlar emoções avassaladoras e, por sua vez, criar ou reforçar identidades coletivas. Assim, o papel da memória histórica, especialmente as recordações da Holodomor e da repressão soviética, bem como as homenagens aos soldados falecidos, se tornaram proeminente, servindo de base para a legitimação da resistência nacional.

Em conclusão, a guerra de 2022 consolidou a identidade ucraniana ao reforçar a coesão social, redefinir as alianças geopolíticas do país e aprofundar a rutura com a Rússia. A identidade ucraniana emergiu não apenas como um fator de resistência à agressão russa, mas como um elemento central da sobrevivência nacional. O fortalecimento do sentido de pertença, a escolha definitiva pelo Ocidente e a rejeição da herança imperial russa demonstram que a guerra não apenas defendeu a soberania da Ucrânia, mas também consolidou a sua identidade coletiva.

4. Considerações Finais

No capítulo anterior foi explorado que a trajetória da Ucrânia após 2014 confirmou a consolidação da sua identidade nacional e o fortalecimento da sua posição internacional em direção ao Ocidente. No entanto, a invasão russa de 2022 colocou à prova esta evolução, testando não apenas a resiliência do povo ucraniano, mas também a profundidade do compromisso do país com os seus objetivos estratégicos. A presidência de Volodymyr Zelensky, iniciada em 2019, demonstrou a complexidade de equilibrar as aspirações de paz com a necessidade intransigente de preservar a soberania nacional. A eclosão do conflito em fevereiro de 2022 alterou radicalmente o panorama político e geopolítico da Ucrânia, exigindo respostas rápidas e eficazes a desafios internos e externos.

A visão de Clausewitz (2020) sobre a guerra como “a continuação da política por outros meios” e a sua concepção de que “a guerra não surge completamente de súbito, não se estende num momento até ao máximo” são particularmente relevantes para compreender a escalada do conflito na Ucrânia. A guerra desencadeada pela Rússia em 2014, e que se intensificou em 2022 não foi um acontecimento isolado, mas sim o culminar de um longo processo de confrontação estratégica, marcado por pressões políticas, tentativas de desestabilização e um esforço contínuo de enfraquecimento da soberania ucraniana.

Neste processo, a agressão russa reforçou a convicção da Ucrânia de que a integração do país na UE e na NATO é mais do que desejável. No entanto, este percurso implica desafios substanciais. O processo de adesão à UE já se encontra em andamento e exige reformas estruturais profundas em diversas áreas, desde o Estado de Direito até às políticas económicas e sociais. A implementação dessas mudanças não ocorre de forma imediata, mas requer um progresso contínuo e sustentado, alicerçado no compromisso das autoridades ucranianas e no apoio dos parceiros ocidentais. Por outro lado, a adesão à NATO, tornou-se mais difícil, uma vez que, além das reformas internas necessárias, a guerra em curso com a Rússia adicionou uma camada de complexidade. A Aliança enfrenta agora questões geopolíticas e de segurança que tornam este objetivo mais distante, enquanto a Ucrânia continua a reafirmar a sua determinação em integrar-se tanto na UE quanto na NATO, apesar das dificuldades geopolíticas e militares.

Paralelamente, a Ucrânia consolidou-se como um ator central na segurança europeia, desempenhando o papel de um verdadeiro “escudo” contra a expansão russa. A luta do país não se limita à defesa da sua soberania, mas representa também um elemento essencial para a estabilidade de toda a Europa. Assim, a aproximação da Ucrânia às estruturas euro-atlânticas deve ser compreendida não apenas como uma escolha estratégica nacional, mas como um fator determinante para o reforço da resiliência do continente face a ameaças externas.

Por fim, importa salientar que a guerra serviu como um catalisador fundamental para a consolidação da identidade nacional ucraniana. A experiência de resistência contra uma ameaça existencial reforçou o sentimento de unidade, levando a um afastamento definitivo do legado soviético e à rutura com a esfera de influência russa. Conforme argumenta Hutchinson, conflitos de grande magnitude frequentemente obrigam as populações a refletir sobre a sua identidade e propósito coletivo. Neste contexto, os dados empíricos demonstram que a sociedade ucraniana emerge deste

período mais coesa e convicta da sua identidade nacional do que em qualquer outro momento da sua história moderna. Desta forma, a guerra não apenas acelerou a transição da Ucrânia para o Ocidente, mas também consolidou a sua posição como um Estado soberano, resiliente e comprometido com os valores democráticos.

CONCLUSÃO

A análise da política externa da Ucrânia entre 2004 e 2022 revela uma forte interdependência entre identidade nacional e escolhas estratégicas no plano internacional. Ao longo das últimas décadas, a Ucrânia enfrentou desafios profundos na definição da sua orientação geopolítica, frequentemente condicionados por clivagens internas identitárias e pela pressão externa, em particular da Rússia. Esta conclusão sintetiza os principais momentos analisados ao longo dos quatro capítulos, refletindo a evolução de uma identidade nacional em construção e a forma como esta influenciou – e foi influenciada por – a política externa.

O primeiro capítulo examinou os anos iniciais da independência da Ucrânia, marcados por fragilidade institucional, ambiguidade estratégica e indefinição identitária. A ausência de uma visão coerente sobre o lugar da Ucrânia no mundo resultou numa política externa de equilíbrio instável entre a Rússia e o Ocidente. Este cenário começou a transformar-se com a Revolução Laranja em 2004, que simbolizou um despertar cívico e uma tentativa de redefinição identitária em direção a valores democráticos e europeus. O pós-Revolução Laranja evidenciou avanços no sentido da integração euro-atlântica, embora limitados por divisões regionais, instabilidade política e a resistência russa à aproximação da Ucrânia ao Ocidente. A identidade nacional continuava fragmentada entre orientações pró-europeias e laços históricos com o espaço pós-soviético, o que se refletia numa política externa hesitante e vulnerável a retrocessos internos e externos.

O segundo capítulo focou-se na presidência de Viktor Yanukovich (2010–2014), período em que se acentuaram as tensões identitárias e geopolíticas do país. A tentativa de adotar uma política externa multivectorial, mantendo relações próximas com a Rússia e ao mesmo tempo negociando com a UE, acabou por revelar a dificuldade de conciliar projetos identitários concorrentes. A recusa em assinar o Acordo de Associação com a UE, em 2013, catalisou o movimento Euromaidan e expôs a crescente distância entre o regime e uma parte significativa da sociedade ucraniana, que se via como europeia, livre e democrática. O colapso do governo de Yanukovich e a Revolução da Dignidade marcaram uma rutura identitária com o passado soviético e um reposicionamento claro da política externa ucraniana, agora sustentada por uma identidade cívica e pró-europeia em ascensão.

O terceiro capítulo analisou o período pós-Maidan e a presidência de Petro Poroshenko, quando a identidade nacional ucraniana passou a ser afirmada de forma mais coesa e deliberada, em oposição direta à influência russa. A anexação da Crimeia e a guerra no Donbass serviram como catalisadores dessa redefinição identitária, reforçando a percepção da Rússia como uma ameaça existencial e promovendo a consolidação de uma identidade ucraniana ancorada em valores democráticos, soberanistas e europeus. A política externa tornou-se um instrumento estratégico de afirmação desta identidade: aceleraram-se reformas internas, estreitaram-se laços com a UE e a NATO, e construiu-se uma narrativa internacional da Ucrânia como baluarte da ordem liberal europeia. Esta fase assinalou a transição de uma política externa reativa para uma atuação mais proativa, com identidade e segurança a ditarem os rumos do posicionamento internacional do país.

O quarto capítulo abordou a presidência de Volodymyr Zelensky, com destaque para o primeiro ano da invasão russa em larga escala, iniciada em fevereiro de 2022. Inicialmente eleito como uma figura conciliadora, com apelo tanto às regiões ocidentais quanto orientais, Zelensky evoluiu rapidamente para um líder de guerra carismático, capaz de encarnar e projetar a identidade ucraniana resistente, soberana e europeia perante a agressão externa. A invasão russa não só unificou a sociedade ucraniana em torno de um sentimento nacional renovado, mas também consagrou a sua identidade europeia. A política externa, por sua vez, ganhou um carácter existencial e tornou-se amplamente legitimada pela sociedade: intensificaram-se os pedidos de integração plena na UE e NATO, e reforçou-se a diplomacia pública e multilateral. O reconhecimento da candidatura da Ucrânia à UE, em 2022, foi simultaneamente um ato político e identitário, evidenciando o ponto culminante de uma longa transformação iniciada em 2004.

Em suma, esta dissertação demonstrou que a política externa da Ucrânia entre 2004 e 2022 foi moldada por um processo contínuo de redefinição da sua identidade nacional. A trajetória ucraniana não pode ser explicada apenas por fatores geopolíticos ou conjunturais, mas sim por uma profunda luta entre modelos identitários concorrentes. A consolidação de uma identidade ucraniana cívica, democrática e europeia, especialmente após 2014, tornou-se o alicerce de uma política externa claramente orientada para o Ocidente. A invasão russa de 2022 serviu como catalisador definitivo desse processo, eliminando as ambiguidades do passado e afirmando a identidade nacional como a força motriz da atuação internacional da Ucrânia. Este caso demonstra

como a identidade, longe de ser apenas um elemento simbólico, é um fator estruturante na formulação da política externa, especialmente em contextos de transição, conflito e afirmação de soberania.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. (2014). *Serious human rights violations persist in eastern Ukraine despite tenuous ceasefire – UN report*. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2014/11/serious-human-rights-violations-persist-eastern-ukraine-despite-tenuous?utm_source=chatgpt.com [Acedido a 21 de dezembro de 2024]
- Alto Comissariado para os Refugiados da Organização das Nações Unidas (2022). *Ukraine-Fastest Growing Refugee Crisis in Europe Since WWII*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/hk/en/news/ukraine-fastest-growing-refugee-crisis-europe-wwii> [Acedido a 23 de janeiro de 2025]
- Borrell, J. (2022a). *EU Ambassadors Annual Conference 2022: Opening speech by High Representative Josep Borrell*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-ambassadors-annual-conference-2022-opening-speech-high-representative-josep-borrell_en [Acedido a 14 de janeiro de 2025]
- Borrell, J. (2022b). *Further measures to respond to the Russian invasion of Ukraine: Press statement by High Representative/Vice-President Josep Borrell*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/%20en/statement_22_1463 [Acedido a 14 de janeiro de 2025]
- Borrell, J. (2024, março 15). *US: Speech by High Representative Josep Borrell at Georgetown University: “Europe is rediscovering the harshness of the world”*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/us-speech-high-representative-josep-borrell-georgetown-university-“europe-rediscovering-harshness_en [Acedido a 14 de janeiro de 2025]
- Bush, G. H.W. (1991, agosto 1). *Chicken Kiev speech*. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/Chicken_Kiev_speech [Acedido a 28 de agosto de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (1991). *Відомість про результати Всеукраїнського референдуму [Anúncio dos resultados do referendo ucraniano]*. Disponível em: https://old.archives.gov.ua/Sections/15r-V_Ref/index.php?11 [Acedido a 10 de outubro de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (2004a). *Результати голосування по Україні 21.11.2004 [Resultados das eleições na Ucrânia 21.11.2004]*. Disponível em: <https://www.cvk.gov.ua/pls/vp2004/wp300927a.html> [Acedido a 7 de setembro de 2024]

- Comissão Eleitoral Central. (2004b). *Результати голосування по Україні 26.12.2004* [Resultados das eleições na Ucrânia 26.12.2004]. Disponível em: <https://www.cvk.gov.ua/pls/vp2004/wp3002e3e.html> [Acedido a 7 de setembro de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (2004c). *Результати голосування по Україні 31.10.2004* [Resultados das eleições na Ucrânia 31.10.2004]. Disponível em: <https://www.cvk.gov.ua/pls/vp2004/wp300e26d.html> [Acedido a 7 de setembro de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (2010a). *Чергові вибори Президента України 17.01.2010* [Eleições Presidenciais na Ucrânia 17.01.2010]. Disponível em: <https://www.cvk.gov.ua/pls/vp2010/wp300f0d8.html?PT001F01=700> [Acedido a 12 de outubro de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (2010b). *Повторне голосування виборів Президента України 07.02.2010* [Segunda volta das eleições presidenciais na Ucrânia 07.02.2010]. Disponível em: <https://www.cvk.gov.ua/pls/vp2010/wp3005191.html?PT001F01=701> [Acedido a 12 de outubro de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (2014). *Протокол Центральної виборчої комісії про результати виборів Президента України 25 травня 2014 року* [Protocolo da Comissão Eleitoral Central sobre os resultados das eleições presidenciais da Ucrânia de 25 de maio de 2014]. Disponível em: https://web.archive.org/web/20140625061215/http://cvk.gov.ua/info/protokol_cvk_25052014.pdf. [Acedido a 6 de dezembro de 2024]
- Comissão Eleitoral Central. (2019). *Протокол Центральної виборчої комісії про результати повторного голосування з виборів Президента України*. [Protocolo da Comissão Eleitoral Central sobre os resultados das eleições do Presidente da Ucrânia]. Disponível em: https://www.cvk.gov.ua/wp-content/uploads/2019/11/vpu_2019_protokol_cvk_30042019.pdf [Acedido a 23 de janeiro de 2025]
- Comissão Europeia. (2022, junho 17). *Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council: Commission Opinion on Ukraine's application for membership of the European Union*. Disponível em: https://enlargement.ec.europa.eu/opinion-ukraines-application-membership-european-union_en [Acedido a 5 de março de 2025]
- Comissão Europeia. (2024). *European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations*. Disponível em: https://enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/strategy-and-reports_en [Acedido a 21 de outubro de 2024]
- Comissão Europeia. (s.d.). *Temporary protection*. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/common-european-asylum-system/temporary-protection_en?prefLang=pt [Acedido a 17 de fevereiro de 2025]

- Comunidades Europeias e Ucrânia. (1998, fevereiro 19). *Agreement on Partnership and Cooperation between the European Communities and their Member States, and Ukraine. Signed June 14, 1994.* Disponível em: <https://edit.wti.org/document/show/ffc14f8f-aece-4700-ac09-9c114328a99c> [Acedido a 24 de setembro de 2024]
- Conselho de Estado da República da Crimeia. (2014, março 17). *Постановление ГС РК "О независимости Крыма" [Resolução do Conselho Supremo da República da Crimeia]"Sobre a Independência da Crimeia"]*. Disponível em: <http://crimea.gov.ru/act/11748> [Acedido a 12 de janeiro de 2025]
- Conselho de Ministros da República da Crimeia. (2014, março 1). *Обращение Председателя Совета министров АРК Сергея Аксенова [Discurso do Presidente do Conselho de Ministros da ARC Sergey Aksenov]*. Disponível em: http://crimea.gov.ru/news/01_03_14 [Acedido a 12 de janeiro de 2025]
- Conselho Europeu. (1999). *European Council Common Strategy of 11 December 1999 on Ukraine.* Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5dfc1114-75d5-4e56-9981-d1d2e18677da/language-en> [Acedido a 7 de outubro de 2024]
- Conselho Europeu. (2014). *Joint statement on Crimea by President of the European Council Herman Van Rompuy and President of the European Commission José Manuel Barroso.* Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/141566.pdf [Acedido a 10 de fevereiro de 2025]
- Conselho Europeu. (2022a). *Statement by the Presidents of the European Council and European Commission on Russian aggression against Ukraine.* Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/02/22/statement-by-the-presidents-of-the-european-council-and-european-commission-on-russian-aggression-against-ukraine/> [Acedido a 13 de janeiro de 2025]
- Conselho Europeu. (2022b). *Reunião do Conselho Europeu (23 e 24 de junho de 2022) – Conclusões.* Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/57465/2022-06-2324-euco-conclusions-pt.pdf> [Acedido a 4 de março de 2025]
- Conselho Europeu. (2022c). *Informal meeting of the Heads of State or Government Versailles Declaration.* Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/54773/20220311-versailles-declaration-en.pdf> [Acedido a 10 de janeiro de 2025]
- Conselho Europeu. (2024). *Cronologia – Pacotes de sanções contra a Rússia desde fevereiro de 2022.* Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions-against-russia/timeline-packages-sanctions-since-february-2022/> [Acedido a 3 de março de 2025]
- Conselho Supremo da República Autónoma da Crimeia. (2014). *Бюллетень для голосования на общекрымском референдуме 16 марта 2014 года [Boletim*

- de votação para o referendo da Crimeia de 16 de março de 2014]. Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20140313110542/http://www.rada.crimea.ua/textdoc/ru/6/act/1702pr.pdf> [Acedido a 11 de janeiro de 2025]
- Constituição da Federação da Rússia. (1993). *A estrutura federal: Artigo 65*. Disponível em: <http://www.constitution.ru/10003000/10003000-5.htm> [Acedido a 13 de janeiro de 2025]
- Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. (2023). *More Than \$3 Billion in Additional Security Assistance for Ukraine*. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Releases/Release/Article/3261263/more-than-3-billion-in-additional-security-assistance-for-ukraine/> [Acedido a 8 de janeiro de 2025]
- Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. (2024). *Fact Sheet on Efforts of Ukraine Defense Contact Group – National Armaments Directors*. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Releases/Release/Article/3897721/fact-sheet-on-efforts-of-ukraine-defense-contact-group-national-armaments-direct/> [Acedido a 11 de março de 2025]
- Economist Intelligence Unit. (2011). *Democracy Index 2011*. The Economist. Disponível em: https://thecubaneconomy.com/wp-content/uploads/2012/01/Democracy_Index_Final_Dec_2011.pdf [Acedido a 12 de fevereiro de 2025]
- Eurobarómetro. (2022, setembro 6). *Eurobarometer: Trust in the EU on the rise, amid strong support for the EU's response to Russia invasion of Ukraine and energy policies*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_5266 [Acedido a 9 de fevereiro de 2025]
- Freedom House. (2002). *Freedom in the World The Annual Survey of Political Rights and Civil Liberties*. New York : Freedom House Book.
- Freedom House. (2006). *Annual Global Survey of Political Rights and Civil Liberties*. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/uploads/pdf/Charts2006.pdf>. [Acedido a 11 de novembro de 2024]
- Freedom House. (2011). *Freedom in the World 2011: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Freedom House. (2023). *Freedom in the World 2023: Marking 50 years in the struggle for democracy*. Retrieved from <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2023/marking-50-years-struggle-democracy>
- Füle, Š. (2013, setembro). *Statement on the pressure exercised by Russia on countries of the Eastern Partnership*. European Commission. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_13_687 [Acedido a 10 de março de 2025]

Gabinete de Ministros da Ucrânia. (2005). *План заходів щодо виконання у 2005 році Державної програми інформування громадськості з питань європейської інтеграції України на 2004-2007 роки. Затверджено розпорядженням Кабінету Міністрів України від 23 грудня 2004 [Plano de Acção para a Implementação, em 200, do Programa Estatal de Informação Pública sobre a Integração Europeia da Ucrânia para 2004-2007. Aprovado pela ordem do Gabinete de Ministros da Ucrânia de 23 de Dezembro de 2004]*. Disponível em: <https://www.kmu.gov.ua/npas/10514018> [Acedido a 21 de outubro de 2024]

Gabinete de Ministros da Ucrânia. (2014a). *Україна ніколи не визнає анексію Криму [A Ucrânia nunca reconhecerá a anexação da Crimeia]*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210117182714/https://www.kmu.gov.ua/news/247230427>. [Acedido a 12 de janeiro de 2025]

Gabinete de Ministros da Ucrânia. (2014b). *Geneva Statement of April 17, 2014*. Disponível em: <https://www.kmu.gov.ua/en/news/247221145> [Acedido a 21 de janeiro de 2025]

Gabinete de Ministros da Ucrânia. (2014c). *Ukraine's MFA statement on Russia's violation of Geneva agreements*. Disponível em: <https://www.kmu.gov.ua/en/news/247229317> [Acedido a 21 de dezembro de 2024]

Gabinete do Presidente da Ucrânia. (2019). *Загальні узгоджені висновки Паризького саміту в Нормандському форматі 9 грудня 2019 року [Conclusões Gerais Acordadas da Cimeira de Paris no Formato da Normandia a 9 de Dezembro de 2019]*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/zagalni-uzgodzheni-visnovki-parizkogo-samitu-v-normandskomu-58797> [Acedido a 3 de fevereiro de 2025]

Gabinete do Presidente da Ucrânia. (2021a). *Володимир Зеленський та Гітанас Науседа підписали Спільну декларацію щодо європейської перспективи України [Volodymyr Zelenskyu e Gitanas Nausėda assinaram uma Declaração Conjunta sobre a Perspectiva Europeia da Ucrânia]*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/volodimir-zelenskij-ta-gitanas-nausyeda-pidpisali-spilnu-dek-67181> [Acedido a 30 de janeiro de 2025]

Gabinete do Presidente da Ucrânia. (2021b). *Стратегія зовнішньополітичної діяльності України. № 448/2021 [Estratégia das atividades de política externa da Ucrânia. n.º 448/2021]*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/documents/4482021-40017> [Acedido a 29 de janeiro de 2025]

Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa . (1997). *Угода між Урядом України і Урядом Російської Федерації про взаємні розрахунки, пов'язані з поділом Чорноморського флоту та перебуванням Чорноморського флоту Російської Федерації. [Acordo entre o Governo da Ucrânia e o Governo da Federação Russa sobre acordos mútuos relacionados com a divisão da Frota do Mar Negro e a presença da Frota do Mar Negro da Federação Russa.]*

Disponível em: https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/643_077#Text [Acedido a 18 de setembro de 2024]

Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa . (1998). *Договір про дружбу, співробітництво і партнерство між Україною і Російською Федерацією [Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Federação Russa]*. Disponível em: https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/643_006#Text [Acedido a 29 de outubro de 2024]

Governo da Ucrânia e Governo da Federação Russa. (2010). *Acordo entre a Ucrânia e a Federação Russa sobre a prorrogação do arrendamento da base naval de Sebastopol e a redução do preço do gás*. Disponível em: https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/643_359#Text [Acedido a 18 de dezembro de 2024]

Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv (2021). *Геополітичні орієнтації жителів України: червень 2021 року [Orientações geopolíticas dos residentes ucranianos: junho de 2021]*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1054&page=8&t=3> [Acedido a 15 de janeiro de 2025]

Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv (2024a). *Attitude of Ukrainians towards Russia and Russians*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1446&page=1> [Acedido a 26 de fevereiro de 2025]

Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2002). *Соціальна динаміка України: 11-та хвиля [Dinâmica Social da Ucrânia: A 11ª Vaga]*. Disponível em: https://www.kiis.com.ua/materials/pr/2002/prelease_december_2002.pdf [Acedido a 5 de março de 2025]

Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2014a). *Євромайдан: що нас спонукало вийти на Майдан? [Euromaidan: o que nos levou a ir ao Maidan?]*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=226&page=6>. [Acedido a 12 de novembro de 2024]

Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2014b). *The views and opinion of South-Eastern Regions residents of Ukraine : April 2014*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=302&page=7> [Acedido a 16 de janeiro de 2025]

Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2015). *Ставлення населення України до Росії та населення Росії до України, лютий 2015 року [Atitudes da população ucraniana em relação à Rússia e da população russa em relação à Ucrânia, fevereiro de 2015]*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=530&page=1>. [Acedido a 20 de janeiro de 2025]

- Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2017). *Changes in the attitude of the population of Ukraine toward Russia and of the population of Russia toward Ukraine*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=680&page=2> [Acedido a 15 de janeiro de 2025]
- Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2022). *Geopolitical Orientations of Residents of Ukraine: Results of a Telephone Survey Conducted in July 6-20*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1125&t=3&page=5> [Acedido a 26 de fevereiro de 2025]
- Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv. (2024b). *Dynamics of Attitudes Towards the Status of the Russian Language in Ukraine*. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1385&page=1> [Acedido a 26 de fevereiro de 2025]
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia. (2021). *Cooperation with NATO*. Disponível em: <https://mfa.gov.ua/en/about-ukraine/european-integration/cooperation-nato> [Acedido a 26 de setembro de 2024]
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa. (2021). *Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization*. Disponível em: <https://mid.ru/ru/detail-material-page/1790803/?lang=en> [Acedido a 2 de março de 2025]
- Obama, B. (2014). *Executive Order -Blocking Property of Additional Persons Contributing to the Situation in Ukraine*. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/03/20/executive-order-blocking-property-additional-persons-contributing-situat> [Acedido a 12 de fevereiro de 2025]
- Organização das Nações Unidas. (2014). *General Assembly Adopts Resolution Calling upon States Not to Recognize Changes in Status of Crimea Region*. Disponível em: <https://press.un.org/en/2014/ga11493.doc.htm> [Acedido a 10 de janeiro de 2025]
- Organização das Nações Unidas. (2022). *Assembleia Geral repudia ofensiva militar da Rússia à Ucrânia*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1781482> [Acedido a 21 de fevereiro de 2025]
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2005). *NATO launches 'Intensified Dialogue' with Ukraine*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_21689.htm?selectedLocale=en [Acedido a 4 de março de 2025]
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2009). *Charter on a distinctive partnership between the North Atlantic Treaty Organisation and Ukraine*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25457.htm [Acedido a 26 de setembro de 2024]

- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2020). *NATO recognises Ukraine as Enhanced Opportunities Partner*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_176327.htm [Acedido a 1 de fevereiro de 2025]
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2024). *Partnership for Peace programme*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50349.htm [Acedido a 26 de setembro de 2024]
- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (2014a). *Протокол за результатами консультацій Тристоронньої контактної групи щодо спільних кроків, спрямованих на імплементацію Мирного плану Президента України П. Порошенка і ініціатив Президента Росії В. Путіна.* [Protocolo sobre os resultados das consultas do Grupo de Contacto Trilateral sobre as medidas conjuntas destinadas a implementar o Plano de Paz do Presidente da Ucrânia P. Poroshenko e as iniciativas do Presidente da Rússia V. Putin.]. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/a/a/123258.pdf>. [Acedido a 15 de janeiro de 2025]
- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. (2010). *International observers say Ukrainian election was free and fair*. Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/news-a-media/press-releases/press-2010/international-observers-say-ukrainian-election-was-free-and-fair> [Acedido a 5 de março de 2025]
- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. (2013). *Ukraine: Parliamentary Elections 28 October 2012*. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/3/c/98578.pdf> [Acedido a 11 de novembro de 2024]
- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. (2014b). *Мінський меморандум щодо виконання положень Протоколу Мінських домовленостей від 5 вересня 2014 року.* [Memorando de Minsk sobre a implementação das disposições do Protocolo aos Acordos de Minsk de 5 de setembro de 2014] . Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/a/1/123807.pdf> [Acedido a 10 de janeiro de 2025]
- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. (2015). *Комплекс заходів для реалізації Мінських угод* [Conjunto de medidas para a implementação dos acordos de Minsk]. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/5/b/140221.pdf> [Acedido a 21 de dezembro de 2024]
- Parlamento Europeu. (2022, abril 1). *Roberta Metsola backs Ukrainian people in Kyiv*. Disponível em : <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220401IPR26508/roberta-metsola-backs-ukrainian-people-in-kyiv> [Acedido a 5 de março de 2025]

- Poroshenko, P. (2014, junho 7). *Address of the President of Ukraine during the ceremony of inauguration*. Disponível em: <https://thailand.mfa.gov.ua/en/news/23959-promova-prezidenta-ukrajini-pid-chas-ceremoniji-inavguraciji> [Acedido a 12 de dezembro de 2024]
- Presidente da Ucrânia. (2014). *Указ Президента України Про рішення Ради національної безпеки і оборони України від 13 квітня 2014 року "Про невідкладні заходи щодо подолання терористичної загрози і збереження територіальної цілісності України"* [Decreto do Presidente da Ucrânia Sobre a decisão do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia datada de 13 de abril de 2014 "Sobre medidas urgentes para superar a ameaça terrorista e preservar a integridade territorial da Ucrânia"]. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/go/405/2014> [Acedido a 21 de dezembro de 2024]
- Presidente da Ucrânia. (2021). *Указ Президента України Про рішення Ради національної безпеки і оборони України від 20 серпня 2021 року "Про запровадження національної системи стійкості"*. [Decreto do Presidente da Ucrânia Sobre a Decisão do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia de 20 de agosto de 2021 "Sobre a Introdução de um Sistema Nacional de Resiliência"]. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/479/2021#n11> [Acedido a 26 de fevereiro de 2025]
- Presidentes dos Estados-Membros da UE. (2022). *Support of Ukraine's swift candidacy to the EU*. Disponível em: <https://www.president.pl/news/open-letter-by-presidents-in-support-of-ukraines-swift-candidacy-to-the-european-union,49584> [Acedido a 16 de janeiro de 2025]
- Puglierin, J. (19 de março de 2024). *Ponto de viragem ou retrocesso: a política de defesa alemã após a Zeitenwende*. Conselho Europeu de Relações Externas. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/turning-point-or-turning-back-german-defence-policy-after-zeitenwende/> [Acedido a 13 de abril de 2025]
- Putin, V. (2014a). *Интервью Владимира Путина радио «Европа-1» и телеканалу TF1* [Entrevista de Vladimir Putin à Rádio Europa-1 e ao canal de TV TF1]. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/news/45832/audios> [Acedido a 10 de janeiro de 2025]
- Putin, V. (2014b). *Пресс-конференция президента России Владимира Путина* [Conferência de imprensa do presidente russo Vladimir Putin]. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/20366/videos> [Acedido a 5 de março de 2025]
- Putin, V. (2021a). *Полный текст обращения Владимира Путина по признанию ДНР и ЛНР 21 февраля 2022: стенограмма* [Texto integral do discurso de Vladimir Putin sobre o reconhecimento da DPR e da LPR a 21 de fevereiro de 2022: transcrição]. Disponível em: <https://www.kp.ru/daily/27366/4549244/> [Acedido a 9 de janeiro de 2025]

- Putin, V. (2021b). *On the Historical Unity of Russians and Ukrainians*“. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181> [Acedido a 16 de fevereiro de 2025]
- Putin, V. (2022). *Address by the President of the Russian Federation*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843> [Acedido a 10 de fevereiro de 2025]
- Razumkov Centre. (2013). *Ставлення громадян до зовнішньополітичного вектору України: регіональний розріз*[*Atitude dos cidadãos face ao vector da política externa da Ucrânia: desagregação regional*]. Disponível em: <https://dif.org.ua/article/stavlennya-gromadyan-do-zovnishnopolitichnogo-vektoru-ukraini-regionalniy-rozriz> [Acedido a 12 de março de 2025]
- Razumkov Centre. (2022). *День Незалежності України: що об'єднує українців і як ми бачимо перемогу на шостому місяці війни* [*Dia da Independência da Ucrânia: o que une os ucranianos e como vemos a vitória no sexto mês de guerra*]. Disponível em: <https://razumkov.org.ua/napriamky/sotsiologichni-doslidzhennia/den-nezalezhnosti-ukrainy-serpen-2022p> [Acedido a 26 de fevereiro de 2025]
- Razumkov Centre. (2024a). *Ідентичність громадян України: тенденції змін червень 2024р* [*Identidade dos cidadãos ucranianos: tendências de mudança junho de 2024*]. Disponível em: <https://razumkov.org.ua/napriamky/sotsiologichni-doslidzhennia/identychnist-gromadian-ukrainy-tendentsii-zmin-cherven-2024r> [Acedido a 26 de fevereiro de 2025]
- Razumkov Centre. (2024b). *Identity of Ukrainian Citizens: Trends of Change*. Disponível em: <https://razumkov.org.ua/napriamky/sotsiologichni-doslidzhennia/identychnist-gromadian-ukrainy-tendentsii-zmin-cherven-2024r> [Acedido a 9 de janeiro de 2025]
- República da Bielorrússia, Federação Russa & Ucrânia. (1991). *Acordo sobre a criação da Comunidade de Estados Independentes (Acordo de Belaveja)*. Disponível em: https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/997_077#Text [Acedido a 6 de março de 2025]
- Schuman, R. (1950). *Schuman declaration May 1950*. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_en [Acedido a 18 de outubro de 2024]
- Serviço Estatal de Estatísticas da Ucrânia. (2001). *Results of the 2001 Population Census: Nationality by Regions*. Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/Crimea/> [Acedido a 19 de janeiro de 2025]
- Serviço Europeu para a Ação Externa. (2017). *Visa-free travel for Ukrainians comes into force*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/node/27990_en [Acedido a 22 de janeiro de 2025]

- Transparency International. (2003). *Annual Report 2003: The coalition against corruption*. Disponível em: https://images.transparencycdn.org/images/2003_AnnualReport_EN.pdf [Acedido a 14 de março de 2025]
- Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (2013). *Tymoshenko v. Ukraine*. Apelação no. 49872/11. Julgamento de 30 de abril de 2013.
- União Europeia - Ucrânia. (2014). *Association Agreement between the European Union and the European Atomic Energy Community and their Member States, of the One Part, and Ukraine, of the Other Part*. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:22014A0529\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:22014A0529(01)) [Acedido a 5 de janeiro de 2025]
- União Europeia. (2015). *EU-Ukraine Association Agenda to prepare and facilitate the implementation of the Association Agreement*. Disponível em: https://eeas.europa.eu/archives/docs/ukraine/docs/st06978_15_en.pdf [Acedido a 21 de setembro de 2024]
- Verhovna Rada. (1991). *Постанова Верховної Ради Української РСР Про проголошення незалежності України [Resolução da Verkhovna Rada da RSS da Ucrânia sobre a declaração de independência da Ucrânia]*. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1427-12#Text> [Acedido a 26 de setembro de 2024]
- Verhovna Rada. (1997). *Постанова Верховної Ради Української про Концепцію основи державної політики національної безпеки України [Resolução da Verkhovna Rada da Ucrânia sobre as bases da Política Estatal de Segurança Nacional da Ucrânia]*. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/3/97-вп#Text> [Acedido a 12 de setembro de 2024]
- Verkhovna Rada. (1996a). *Конституція України, ст. 92, ч. 1, п. 20. Прийнята 28 червня 1996 р. [Constituição da Ucrânia, Art. 92, parte. 1, pág. 20.º Adotado em 28 de junho de 1996.]*. Obtido em Dezembro de 2024, de <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/254к/96-вп>. [Acedido a 15 de dezembro de 2024]
- Verkhovna Rada. (1996b). *Constituição da Ucrânia (Art. 17)*.
- Verkhovna Rada. (1998). *Указ № 615/98 Президента України Про затвердження Стратегії інтеграції України до Європейського Союзу [Decreto № 615/98 do Presidente da Ucrânia Sobre a Aprovação da Estratégia de Integração da Ucrânia à União Europeia]*. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/615/98#Text> [Acedido a 24 de setembro de 2025]
- Verkhovna Rada. (2010). *Закон України про засади внутрішньої і зовнішньої політики [Lei da Ucrânia. "Sobre os Princípios da Política Interna e*

Externa”]. Disponível em <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2411-17#Text> [Acedido a 21 de dezembro de 2024]

Verkhovna Rada. (2014a). Закон № 732-VII від 28.01.2014: Про внесення змін до Закону України "Про судоустрій і статус суддів" та процесуальних законів щодо додаткових заходів захисту безпеки громадян. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/721-18#Text> [Acedido a 7 de março de 2025]

Verkhovna Rada. (2014b). Закон України № 1207-VII про тимчасово окуповані території України. [Lei da Ucrânia nº 1207-VII, sobre os territórios sob ocupação temporária da Ucrânia]. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1207-18> [Acedido a 9 de fevereiro de 2025]

Verkhovna Rada. (2015). Про засудження комуністичного та націонал-соціалістичного (нацистського) тоталітарних режимів в Україні та заборону пропаганди їхньої символіки. [Sobre a condenação dos regimes totalitários comunistas e nacional-socialistas (nazis) na Ucrânia e a proibição da propaganda dos seus símbolos]. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/317-19#Text> [Acedido a 12 de dezembro de 2024]

Verkhovna Rada. (2018a). Указ Президента України Про рішення Ради національної безпеки і оборони України від 30 квітня 2018 року "Про широкомасштабну антитерористичну операцію в Донецькій та Луганській областях". [Decreto do Presidente da Ucrânia Sobre a decisão do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia de 30 de abril de 2018 "Sobre uma operação antiterrorista em grande escala nas regiões de Donetsk e Luhansk".] Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/116/2018#Text> [Acedido a 10 de janeiro de 2025]

Verkhovna Rada. (2018b). Закон України "Про особливості державної політики із забезпечення державного суверенітету України над тимчасово окупованими територіями у Донецькій та Луганській областях" [Lei da Ucrânia "Sobre as Peculiaridades da Política de Estado para Garantir a Soberania do Estado da Ucrânia sobre os Territórios Temporariamente Ocupados nas Regiões de Donetsk e Luhansk"]. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2268-19#Text>. [Acedido a 9 de janeiro de 2025]

Verkhovna Rada. (2019). Про внесення змін до Конституції України (щодо стратегічного курсу держави на набуття повноправного членства України в Європейському Союзі та в Організації Північноатлантичного договору). Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2680-19#Text> [Acedido a 7 de fevereiro de 2025]

Verkhovna Rada. (2021). Про Заяву Верховної Ради України щодо ескалації російсько-українського збройного конфлікту [Sobre a Declaração da Verkhovna Rada da Ucrânia sobre a escalada do conflito armado russo-

ucraniano]. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1356-20#Text> [Acedido a 8 de março de 2025]

von der Leyen, U. (27 de novembro de 2019). *Discurso do presidente eleito von der Leyen no Plenário do Parlamento Europeu por ocasião da apresentação de sua faculdade de comissários e seu programa*. Comissão Europeia. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/speech_19_6408 [Acedido a 6 de maio de 2025]

von der Leyen, U. (8 de Abril de 2022). *Statement by President von der Leyen with Ukrainian President Zelenskyy at the occasion of the President's visit to Kyiv*. Disponível em: https://enlargement.ec.europa.eu/news/statement-president-von-der-leyen-ukrainian-president-zelenskyy-occasion-presidents-visit-kyiv-2022-04-08_en [Acedido a 6 de março de 2025]

Yushchenko, V. (22 de Fevereiro de 2005). *Opening statement by Viktor Yushchenko, President of Ukraine at the press conference following the meeting of the NATO-Ukraine Council at the level of Heads of State and Government*. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/speech/2005/s050222g.htm> [Acedido a 17 de setembro de 2024]

Zelensky, V. (2019). *Інавгураційна промова Президента України Володимира Зеленського*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/inavguracijna-promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelensk-55489> [Acedido a 17 de janeiro de 2025]

Zelensky, V. (2020). *Інтерв'ю Президента України словацькому економічному виданню Hospodárske noviny*[Entrevista do Presidente da Ucrânia à revista econômica eslovaca Hospodárske noviny]. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/intervyu-prezidenta-ukrayini-slovackomu-ekonomichnomu-vidann-63881> [Acedido a 21 de janeiro de 2025]

Zelensky, V. (2021a). *Президент України провів телефонну розмову з Генеральним секретарем НАТО*[O Presidente da Ucrânia teve uma conversa telefônica com o Secretário-Geral da NATO]. Disponível em: https://www.president.gov.ua/news/prezident-ukrayini-proviv-telefonnu-rozmovu-z-generalnim-sek-67813?fbclid=IwAR1mBHnF1XkrOCPZ6dizP7vE9IGMq-E_TYkKhg_cGcU6Gbepu5XmWiuzgBQ [Acedido a 29 de janeiro de 2025]

Zelensky, V. (2021b). *Час декларацій має залишитись у минулому, потрібен чіткий план інтеграції України до НАТО – підсумки розмови президентів Володимира Зеленського та Джо Байдена*. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/chas-deklaracij-maye-zalishitis-u-minulomu-potriben-chitkij-68913> [Acedido a 31 de janeiro de 2025]

Zelensky, V. (2021c). *Ukraine's foreign policy today needs four things: speed, creativity, ambition and efficiency – Zelenskyy*. Disponível em:

<https://www.president.gov.ua/en/news/zovnishnya-politika-ukrayini-sogodni-potrebuye-chotiroh-rech-72205> [Acedido a 17 de janeiro de 2025]

Zelensky, V. (24 de Fevereiro de 2022). *Ми вводимо воєнний стан на всій території України - Зеленський*. Disponível em: <https://tsn.ua/ato/mi-vvodimo-voyenniy-stan-na-vsiy-teritoriyi-zelenskiy-1985923.html> [Acedido a 5 de março de 2025]

Fontes Secundárias

Livros

Berikova, G., Ivanesh, A., Tishenko, Y., Gromenko, S., & Ablaev, B. (2020). *Історія Криму та кримськотатарського народу [História da Crimeia e do povo tártaro da Crimeia]*. Майстер Книг.

Charap, S., & Colton, T. (2017). *Everyone Loses: The Ukraine crisis and the ruinous contest for post-soviet Eurasia*. Routledge.

Clausewitz, C. v. (2020). *Da Guerra*. Clássica Editora.

D'Anieri, P. (2019). *Ukraine and Russia: From civilized divorce to uncivil war [Versão Kindle]*. Cambridge University Press .

Dragneva, R., & Wolczuk, K. (2015). *Ukraine between the EU and Russia: The integration challenge*. Palgrave Macmillan.

Fedorchak, V. (2024). *The Russia-Ukraine war: Towards resilient fighting power*. Routledge.

Fish, S. (1996). *Democracy from scratch: Opposition and regime in the new russian revolution*. Princeton University Press.

Freedman, L. (2019). *Ukraine and the Art of Stratedy*. Oxford university Press.

Fukuyama, F. (2018). *Identity: The demand for dignity and the politics of resentment*. New York: Farrar, Straus and Giroux.

Fukuyama, F. (2020). *The End of History and the Last Man*. Penguin Books Ltd.

Hoffman, F. (2007). *Conflict in the 21st century: The rise of hybrid wars*. Potomac Institute for Policy Studies.

Hopf, T. (2002). *Social construction of international politics: Identities and foreign policies, Moscow, 1955 and 1999*. Ithaca: Cornell University Press.

Ikenberry, G. J. (2001). *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton University Press.

- Kis, R. (1998). *Фінал Третього Риму: Російська месіянська ідея на зламі тисячоліть [O Final da Terceira Roma: A Ideia Messiânica Russa na Viragem do Milénio]*. Інститут народознавства НАН України.
- Krushelnysky, A. (2006). *An Orange Revolution: A personal journey through Ukrainian history*. Hervill Secker.
- Kudelia, S. (2014). Domestic Sources of the Donbas Insurgency. *PONARS Eurasia Policy Memo*.
- Laruelle, M. (2015). *The “Russian World”: Russia’s soft Power and geopolitical imagination*. Center on Global Interests.
- Lonardo, L. (2023). *Russia's 2022 war against Ukraine and the foreign policy reaction of the EU: Context, Diplomacy, and Law*. Palgrave Macmillan.
- Matsievskiy, Y. (2016). *У пастці гібридності: зигзати трансформацій політичного режиму в Україні (1991-2014)[Na Armadilha da Híbridização: Ziguezagues das Transformações do Regime Político na Ucrânia (1991-2014)]*. Книги – XXI.
- Nahaylo, B. (1999). *The Ukrainian Resurgence*. Hurst & Company.
- Ploky, S. (2016). *Брама Європи. Історія України від скіфських воєн до незалежності [O Portão da Europa: A História da Ucrânia desde as Guerras Citas até a Independência]*. Книжковий “Клуб Сімейного Дозвілля”.
- Ploky, S. (2023). *A Guerra Russo-Ucraniana: O regresso da História*. Presença.
- Ramos, A. V., Liubyva, T., & Golovakha, E. (Edits.). (2020). *Ukraine in Transformation: from soviet republic to European society*. Palgrave Macmillan.
- Sakwa, R. (2015). *Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands*. I.B.Tauris.
- Skocpol, T. (1979). *States and Social Revolutions: A comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge University Press.
- Snyder, T. (2019). *O caminho para o fim da liberdade: Rússia, Europa, América*. Edições 70.
- Wendt, A. (1999). *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wilson, A. (2005). *Ukraine's Orange Revolution*. Yale University Press.
- Wilson, A. (2014). *Ukraine Crisis: What it means for the West*. Yale University Press.
- Wilson, A. (2015). *The Ukrainians: Unexpected Nation*. Yale University Press.
- Wolczuk, K. (2005). *Ukraine after the Orange Revolution*. Centre for European Reform.

Wood, E., Pomeranz, W., & Trudolyubov, M. (2016). *Roots of Russia's War in Ukraine*. Columbia University Press.

Zygar, M. (2023). *War and Punishment: Putin, Zelensky, and the Path to Russia's Invasion of Ukraine*. Scribner.

Capítulos e Artigos científicos

Asmus, R. (2005). Redrawing (again) the map of Europe: a strategy for integrating Ukraine into the West. Em J. Forbrig, & R. Shepherd, *Ukraine after the Orange Revolution. Strengthening European and Transatlantic Commitments* (pp. 85-112). The German Marshall Fund of the United States.

Bowen, A. (2023, setembro 14). *Russia's war in Ukraine: Military and intelligence aspects*. Congressional Research Service.

Council on Foreign Relations. (2005, janeiro). *The world in the 21st century: Addressing new threats and challenges*. Disponível em: www.cfr.org/event/world-21st-century-addressing-new-threats-and-challenges. [Acedido a 14 de janeiro de 2025]

D'Anieri, P. (2005). What has changed in Ukrainian politics? Assessing the implications of the Orange Revolution. *Problems of Post-Communism*, 52 (5) 85-91.

Deugd, N. d. (2007). *Ukraine and NATO: The policy and practice of co-operating with the Euro- Atlantic Security Community*. The Centre of European Security Studies.

Dragneva, R., & Wolczuk, K. (2016, junho 3). Between dependence and integration: Ukraine's relations with Russia. *Europe-Asia Studies*, 68(4), pp. 678-698. <https://doi.org/10.1080/09668136.2016.1173200>

Ekman, P. (2023). Pain moments and realignment: Explaining Ukraine's foreign policy 2014-2022. *Problems of Post-Communism*, 71(3), 232-244. <https://doi.org/10.1080/10758216.2023.2253358>

Fean, D. (2010). A Return to Multi-Vectoral Balancing? Viktor Yanukovich's Government and Ukrainian Foreign Policy. *Politique étrangère*, 1-12.

Freire, M. R. (2006). A Revolução Laranja na Ucrânia: Uma democracia a consolidar. *Relações Internacionais*, 49-64. <https://hdl.handle.net/10316/101706>

Freire, M. R. (2009, maio). Ukraine's Multi-vectorial foreign policy: looking west while not overlooking its eastern neighbor. *UNISCI Discussion Papers*, 20, pp. 232-249.

- Gallina, N. (2009). Ukraine Knocking at the Door? The EU–Ukraine Relationship after the Orange Revolution. Em A. Lushnycky, & M. Riabchuk, *Ukraine on its meandering path between East and West* (pp. 41-62). Peter Lang.
- Galouchka, A. (2020). *Zelensky's Foreign Policy: A Deadly Shift*. International Centre for Policy Studies. Disponível em: <https://www.icps.com.ua/en/our-projects/publications/zelenskys-foreign-policy-a-deadly-shift/> [Acedido a 13 de fevereiro de 2025]
- Goebel, C. (2011). Semiauthoritarianism. Em M. Breuning, & J. T. Ishiyama, *21st Century Political Science: A Reference Handbook* (pp. 258-266). SAGE Publications.
- Golovakha, E., Liubyva, T., Vieira-Ramos, A., Svitlana, O., & Simonchuk, E. (2020). Conclusions: Institutional Reform and Changes of Values for the Successful Transformation of Ukrainian Society. Em A. Veira-Ramos, T. Liubyva, & E. Golovakha, *Ukraine in Transformation From Soviet Republic to European Society*. Palgrave Macmillan.
- Hale, H. (2005). Regime cycles: democracy, autocracy, and revolution in post-soviet Eurasia. *World Politics*, 58(1), 133-165.
- Herpen, M. H. (2019). Ukraine's Three Revolutions: A sign of hope in a depressed world. Em P. Kowal , A. Umland , & I. Reichardt (Eds.), *Three Revolutions: mobilization and change in contemporary Ukraine I* (pp. 159-174). [Versão Kindle] . Idibem.
- Hillenbrand , O., & Kempe, I. (2005). A comprehensive reform agenda for the new Ukraine. Em J. Forbrig, & R. Shepherd (Eds.), *Ukraine after the Orange Revolution. strengthening european and transatlantic commitments* (pp. 49-64). The German Marshall Fund of the United States.
- Hnatiuk, O. (2019). Dreams of Europe: The role of intellectuals in shaping the european orientation of Ukraine (2004–2014). Em P. Kowal , A. Umland , & I. Reichardt (Eds.) , *Three Revolutions: mobilization and change in contemporary Ukraine I* (pp. 401-436). [Versão Kindle] . Ibidem.
- Hurak, I. (2016, fevereiro). Ukrainian-Russian interstate relations during the presidency of Viktor Yanukovich – “Honeymoon Period” or “Coercion to Marriage”. *Annales Universitatis Mariae Curie-Sklodowska*, pp. 103-121.
- Hutchinson, J. (2017). Bringing the study of warfare into theories of nationalism. *Nations and Nationalism*, 24(1), 1-16. <https://doi.org/10.1111/nana.12364>
- Jones, S. (2022, junho 1). *Russia's ill-fated invasion of Ukraine: Lessons in modern warfare*. Center for Strategic & International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russias-ill-fated-invasion-ukraine-lessons-modern-warfare> [Acedido a 14 de janeiro de 2025]

- Katchanovski, I. (2016). The separatist war in Donbas: A violent break-up of Ukraine? *European Politics and Society*, 17(4), 473-489. <https://doi.org/10.1080/23745118.2016.1154131>
- Katchanovski, I. (2023, junho 21). The Maidan massacre trial and investigation revelations: Implications for the Ukraine-Russia war and relations. *Russian Politics*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4440100>
- Korostelina, K. (2013). Mapping national identity narratives in Ukraine. *Nationalities Papers*, 41(2), 293-315. <https://doi.org/10.1080/00905992.2012.747498>
- Kovalova, E. (2007). Ukraine's Role in Changing Europe. Em D. Hamilton , & G. Mangott, *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus, Moldova* (pp. 171-194). Center for Transatlantic Relations.
- Kowal, P., & Mink , G. (2019). The long-lasting Revolution in Ukraine: Challenges related to researching the phenomenon. Em P. Kowal, A. Umland , & I. Reichardt (Eds.), *Three Revolutions: Mobilization and change in contemporary Ukraine I* (pp. 19-60). [Versão Kindle] . Ibidem.
- Kropatcheva, E. (2014). Ukraine's EU integration from separate policies during the presidency to dialogue? Natural gas, of Victor Yanukovych oil and electricity on. *CEURUS*.
- Kubicek, P. (2016). Dancing with the devil: Explaining the European Union's engagement with Ukraine under Viktor Yanukovych. *Journal of Contemporary European Studies*, 143-162. <https://doi.org/10.1080/14782804.2016.1198689>
- Kudelia, S. (2009). Revolutionary Bargain: The Unmaking of Ukraine's Autocracy through Pacting. Em T. Kuzio, *Democratic Revolution in Ukraine: From Kuchmagate to Orange Revolution* (pp. 106-134). Routledge.
- Kuleba, D. (2021,dezembro 10). *Don't sell out Ukraine:The West must respond to Russia with strength, not appeasement*. Foreign Affairs. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2021-12-10/dont-sell-out-ukraine> [Acedido a 19 de março de 2025]
- Kulyk, V. (2016). National Identity in Ukraine: Impact of Euromaidan and the War. *Europe-Asia Studies*, 68(4), 588-608. <https://doi.org/10.1080/09668136.2016.1174980>
- Kulyk, V. (2023). *National Identity in Time of War: Ukraine after the Russian Aggressions of 2014 and 2022*. Institute for Human Sciences. Disponível em: <https://www.iwm.at/publication/iwmpost-article/ukrainian-identity-in-time-of-war-more-salient-and-radical> [Acedido a 10 de março de 2025]
- Kuzio, T. (2005). The Opposition's Road to Sucess. *Journal of Democracy*, 16(2), 117-130. <https://doi.org/10.1353/jod.2005.0028>

- Kuzio, T. (2006a, junho). Is Ukraine part of Europe's future? *The Washington Quarterly*, 29(3), pp. 89-108. <https://doi.org/10.1162/wash.2006.29.3.89>
- Kuzio, T. (2006b). The Orange Revolution at the Crossroads. *Demokratizatsiya*, 14(4) 477-493.
- Kuzio, T. (2009). Oligarchs, tapes and oranges: "Kuchmagate" to the Orange Revolution. Em T. Kuzio, *Democratic Revolution in Ukraine: From Kuchmagate to Orange Revolution* (pp. 46-81). Routledge.
- Kuzio, T. (2012a). Twenty years as an independent state: Ukraine's ten logical inconsistencies communist and post-communist studies . *Communist and Post-Communist Studies*, 45, 429-438. <https://doi.org/10.1016/j.postcomstud.2012.06.005>
- Kuzio, T. (2012b). Ukraine's relations with the West since the Orange Revolution. *European Security*, 21(3), 395-413. <https://doi.org/10.1080/09662839.2012.655272>
- Kuzio, T. (2017, janeiro). Ukraine between a constrained EU and assertive Russia. *Journal of Common Market Studies*, 55(1), pp. 103-120. <https://doi.org/10.1111/jcms.12447>
- Kuzio, T. (2019). Three Revolutions, one War and Ukraine's West moves East . Em P. Kowal, G. Mink, & I. Reichardt(Eds.), *Three Revolutions: Mobilization and change in contemporary Ukraine I* (pp. 91-120). [Versão Kindle].Ibidem.
- Lane, D. (2008). The orange Revolution: "People's Revolution" or Revolutionary Coup? *Political Studies Association*, 525-549. <http://doi.org/10.1111/j.1467-856x.2008.00343.x>
- Lohsen , A., & Morcos, P. (2022, fevereiro 9). *Understanding the Normandy Format and its relation to the current standoff with Russia*. Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/understanding-normandy-format-and-its-relation-current-standoff-russia> [Acedido a 22 de fevereiro de 2025]
- McFaul, M. (2007). Ukraine imports democracy: External influences on the Orange Revolution. *International Security*, 32, 45-83. <https://doi.org/10.1162/isec.2007.32.2.45>
- Nemyria, H. (2005). Ukraine and the European Union: A fresh start? Em J. Forbrig, & R. Shepherd, *Ukraine after the Orange Revolution. Strengthening European and Transatlantic commitments* (pp. 33-48). The German Marshall Fund of the United States.
- Olchawa, M. (2019). Showdown with Yanukovich: The role of the Cox-Kwaśniewski special envoy mission in securing Ukraine's European path. Em P. Kowal , A. Umland , & I. Reichardt (Eds.), *Three Revolutions: Mobilization and change in contemporary Ukraine I* (pp. 469-486) [Versão Kindle].Ibidem.

- Olszafski, T. A. (2001). Ukraine and Russia: mutual relations and the conditions that determine them. *OSW Study*, 33-50.
- Perepelytsia, H. (2019). The Outcomes of the Three Revolutions in Ukraine: A Comparative Perspective. Em P. Kowal , A. Umland , & I. Reichardt (Eds.), *Three Revolutions: Mobilization and change in contemporary Ukraine I* (pp. 503-552) [Versão Kindle].Ibidem.
- Pleines, H. (2016). Oligarchs and Politics in Ukraine. *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, 105-127.
- Reznik, O. (2016). From the Orange Revolution to the Revolution of Dignity. *East European Politics and Societies and Cultures*. <https://doi.org/10.1177/08883254166502>
- Shepherd, R. (2005). Ukraine and the Euro-Atlantic Community: A Strategic Dialogue. Em R. Shepherd, & J. Forbrig, *Ukraine after the Orange Revolution. Strengthening European and Transatlantic Commitments* (pp. 19-32). The German Marshall Fund of the United States.
- Simon, G. (2006). An Orange-tinged Revolution: the Ukrainian path to democracy. *Russia Politics and Law*, 5-27. <https://doi.org/10.2753/RUP1061-1940440201>
- Smith, A. D. (1981). War and ethnicity: The role of warfare in the formation, self-images and cohesion of ethnic communities. *Ethnic and Racial Studies*, 4, 375-397. <https://doi.org/10.1080/01419870.1981.9993347>
- Socor, V. (2014, abril 30). *Dead in Geneva: The compromise with Russia on Ukraine*. The Jamestown Foundation. Disponível em: <https://jamestown.org/program/dead-in-geneva-the-compromise-with-russia-on-ukraine/> [Acedido a 22 de janeiro de 2025]
- Stepanenko, V. (2005). How Ukrainians view their Orange Revolution: Public opinion and the national peculiarities of citizenry political activities. *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, 13(4), 595–618.
- Trenin, D. (2007). Russia and Ukraine. Em D. Hamilton , & G. Mangott, *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus, Moldova* (pp. 195-214). Washington, D.C: Center for Transatlantic Relations.
- Vidnyansky, S. (2022). Ukraine – European Union: A new phase of relations in the context of the 2014-2022 Russia – Ukraine War. *International Relations of Ukraine: Scientific Searches and Findings*, pp. 10-37. <https://doi.org/10.15407/mzu2022.31.010>
- Wilson, A. (2023, setembro 18). Ukraine at war: Baseline identity and social construction. *Nations and Nationalism*, 30(1), pp. 8-17. <https://doi.org/10.1111/nana.12986>

- Yermolenko, V. (2019, abril 2). *What does comedian's big win mean for Ukraine?* Atlantic Council. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/what-does-comedian-s-big-win-mean-for-ukraine/> [Acedido a 16 de fevereiro de 2025]
- Zarembko, K. (2006). The Orange Revolution and its Consequences. *National Security & The Future*, 10-18.

Media

- 24 Canal. (2011, maio 18). *Медведев – Украине: «На двух стульях сидеть нельзя» и нужно сделать выбор в пользу ЕЭП или Евросоюза [Medvedev à Ucrânia: "Não se pode sentar em duas cadeiras" e é preciso fazer uma escolha a favor do SES ou da União Europeia]*. Disponível em: https://24tv.ua/ru/medvedev_nelzya_sidet_na_dvuh_stulyah_n95244 [Acedido a 24 de março de 2025]
- BBC Serviço Russo. (2015, março 9). *Путин: аннексия Крыма была 'законной и оправданной' [Putin: anexação da Crimeia foi "legal e justificada"]*.BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/russian/international/2015/03/150309_putin_crimea_anne_xion_film [Acedido a 18 de dezembro de 2024]
- Blomfield , A., & Kirkup, J. (2008, abril 5). Stay away, Vladimir Putin tells Nato. *The Telegraph*. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1584027/Stay-away-Vladimir-Putin-tells-Nato.html> [Acedido a 5 de janeiro de 2025]
- Bose, N. (2022, abril 14). *Biden urges Putin war crimes trial after Bucha killings*. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/biden-says-putin-is-war-criminal-calls-war-crimes-trial-2022-04-04/> [Acedido a 13 de janeiro de 2025]
- Case, S., & Klement, A. (2016, dezembro 21). *Putin's Undeclared War Summer 2014 Russian Artillery Strikes against Ukraine*. Bellingcat. Disponível em: <https://www.bellingcat.com/news/uk-and-europe/2016/12/21/russian-artillery-strikes-against-ukraine/> [Acedido a 21 de janeiro de 2025]
- Cumming-Bruce, N. (2014, junho 18). *U.N. Report Details casualties in Eastern Ukraine*. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/06/19/world/europe/un-report-details-casualties-in-eastern-ukraine.html> [Acedido a 14 de dezembro de 2024]
- Detector Media. (2022, fevereiro 24). *#DisinfoChronicle. Кремлівська дезінформація щодо військового наступу на Україну[#DesinfoCrónica. Desinformação do Kremlin sobre a ofensiva militar contra a Ucrânia]*. Disponível em: https://detector.media/propahanda_vplyvy/article/112545/2022-02-24-disinfochronicle-kremlivska-dezinformatsiya-shchodo-viyskovogo-nastupu-na-ukrainu/ [Acedido a 7 de março de 2025]

- Galinfo. (2010, abril 26). *Світове українство засуджує угоду Януковича-Медведєва*. Disponível em: https://galinfo.com.ua/news/svitove_ukrainstvo_zasudzhuie_ugodu_yanukovych_amedvedieva_67088.html [Acedido a 3 de outubro de 2024]
- Harding, L. (2010, abril 21). *Ukraine extends lease for Russia's Black Sea Fleet*. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/apr/21/ukraine-black-sea-fleet-russia> [Acedido a 18 de dezembro de 2024]
- Höller, L. (9 de janeiro de 2024). *Ukraine war pressure is reshaping Germany's high-tech defense industry*. Defense News. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/europe/2024/01/09/ukraine-war-pressure-is-reshaping-germanys-high-tech-defense-industry/> [Acedido a 6 de maio de 2025]
- Interfax-Ukraina. (2019, junho 4). *Курс України на вступ до НАТО і ЄС є незмінним зовнішньополітичним пріоритетом - Зеленський*[O caminho da Ucrânia para aderir à NATO e à UE é uma prioridade imutável da política externa - Zelensky]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190604183739/https://ua.interfax.com.ua/news/political/591621.html> [Acedido a 29 de janeiro de 2025]
- Kottasova, I., Qublawi, T., & Regan, H. (2022, fevereiro 22). *Putin orders troops into pro-Russian regions of eastern Ukraine*. CNN World. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/02/21/europe/russia-ukraine-tensions-monday-intl/index.html> [Acedido a 14 de janeiro de 2025]
- Miller, C. (2019, outubro 2). *Explainer: What is the Steinmeier Formula - and did Zelenskiy just capitulate to Moscow?* Radio Free Europe Radio Liberty. Disponível em <https://www.rferl.org/a/what-is-the-steinmeier-formula-and-did-zelenskiy-just-capitulate-to-moscow-/30195593.html> [Acedido a 1 de fevereiro de 2025]
- Moscow Times. (2013, fevereiro 24). *EU tells Ukraine that reforms are necessary for trade pact*. Moscow Times. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/archive/eu-tells-ukraine-that-reforms-are-necessary-for-trade-pact> [Acedido a 11 de novembro de 2024]
- Nayyem, M. (2013a, novembro 21). *Publicação de Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/Mustafanayyem/posts/10201178184682761>[Acedido a 10 de setembro de 2024]
- Nayyem, M. (2013b, novembro). *Publicação de Facebook* Disponível em: <https://www.facebook.com/Mustafanayyem/posts/10201178184682761>[Acedido a 10 de setembro de 2024]
- Radio Free Europe - Radio Liberty. (2015, fevereiro 20). *Ukraine marks anniversary Of Maidan massacre*. Radio Free Europe - Radio Liberty. Disponível em:

- <https://www.rferl.org/a/ukraine-maidan-anniversary/26860006.html> [Acedido a 12 de março de 2025]
- Radio Svoboda. (2010, abril 21). «Наша Україна» вимагає імпичменту для Януковича [*"Nossa Ucrânia" exige o impeachment de Yanukovich*]. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/2020563.html> [Acedido a 9 de outubro de 2024]
- Rankin, J. (2022, novembro 17). *Three men found guilty of murdering 298 people in shooting down of MH17*. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/17/three-men-found-guilty-of-murdering-298-people-in-flight-mh17-bombing> [Acedido a 9 de março de 2025]
- RBC-Ukraine. (2022, janeiro 21). *Після дозволу США. Країни Балтії оголосили про виділення зброї Україні*. Disponível em: <https://www.rbc.ua/ukr/news/razresheniya-ssha-estoniya-latviya-obyavili-1642783215.html> [Acedido a 27 de janeiro de 2025]
- RBK. (2014, março 17). *Итоги референдума в Крыму: за воссоединение с Россией проголосовали 96,77%* [*Resultados do referendo na Crimeia: 96,77% votaram pela reunificação com a Rússia*]. Disponível em: <https://www.rbc.ru/politics/17/03/2014/570419789a794761c0ce7f80>. [Acedido a 18 de novembro de 2024]
- RIA Novosti. (2014, abril 12). *Луганск и Донецк проголосовали за независимость* [*Luhansk e Donetsk votaram pela independência*]. Disponível em: <https://ria.ru/20140512/1007522425> [Acedido a 18 de novembro de 2024]
- Schiltz, V. C. (2021, novembro 27). „Können nicht annehmen, dass dies nur ein Bluff ist“. Welt. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/ausland/article235313842/Nato-Generalsekretaer-Jens-Stoltenberg-Koennen-nicht-annehmen-dass-dies-nur-ein-Bluff-ist.html> [Acedido a 9 de fevereiro de 2025]
- Schwarz, P. (2022, dezembro 21). *Former German Chancellor Merkel admits the Minsk agreement was merely to buy time for Ukraine's arms build-up*. World Socialist Web Site. Disponível em: <https://www.wsws.org/en/articles/2022/12/22/ffci-d22.html> [Acedido a 11 de fevereiro de 2025]
- Seligman, L., & Mcleary, P. (2023, janeiro 5). *The little-known group that's saving Ukraine*. Politico. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2023/05/01/austin-defense-meetings-weapons-ukraine-00089946> [Acedido a 11 de janeiro de 2025]
- Snyder, T. (2023, fevereiro 22). *You can't understand the war in Ukraine without knowing history*. The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/02/22/timothy-snyder-ukraine-russia-war-history/> [Acedido a 9 de março de 2025]

- Stewart, P., & Ali, I. (2022, fevereiro 22). *Putin 'as ready as he can be' for major invasion of Ukraine, U.S. official*. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/80-russias-forces-around-ukraine-attack-positions-us-official-says-2022-02-23/> [Acedido a 20 de janeiro de 2025]
- Taylor, A. (2010, setembro 4). *That time Ukraine tried to join NATO — and NATO said no*. The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/09/04/that-time-ukraine-tried-to-join-nato-and-nato-said-no/> [Acedido a 16 de novembro de 2024]
- Tétrault, G. F., & Balmforth, T. (2021, dezembro 17). *Russia demands NATO roll back from East Europe and stay out of Ukraine*. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russia-unveils-security-guarantees-says-western-response-not-encouraging-2021-12-17/> [Acedido a 10 de fevereiro de 2025]
- TSN. (2014, julho 15). *За весь час проведення АТО загинуло 258 військовослужбовців, 922 поранено* [Durante todo o ATO, 258 militares foram mortos e 922 ficaram feridos]. Disponível em: <https://tsn.ua/politika/za-chas-ato-zaginuli-258-ukrayinskih-viyskovih-922-poraneni-rnbo-359223.html> [Acedido a 9 de janeiro de 2025]
- Ukrainska Pravda. (2004a, novembro 22). *ЄС вимагає переглянути результати виборів* [UE exige revisão dos resultados eleitorais]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2004/11/22/3004497/> [Acedido a 23 de setembro de 2024]
- Ukrainska Pravda. (2004b, novembro 22). *Вибори не відповідають міжнародним стандартам - обсе* [As eleições não cumprem as normas internacionais - OSCE]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2004/11/22/3004478/> [Acedido a 23 de setembro de 2024]
- Ukrainska Pravda. (2008, abril 7). *Путін - Бушу: "Україна - це не держава"* [Putin para Bush: "A Ucrânia não é um Estado"]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2008/04/7/3410762/> [Acedido a 9 de março de 2025]
- Ukrainska Pravda. (2010a, abril 23). *Ще одна облрада вимагає імпичменту Януковича* [Outro conselho regional exige destituição de Yanukovich]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2010/04/23/4959935/> [Acedido a 12 de outubro de 2024]
- Ukrainska Pravda. (2010b, fevereiro 13). *Тимошенко не визнала поразку: "Янукович – не наш президент"* [Tymoshenko não reconheceu a derrota: 'Yanukovich não é o nosso presidente']. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2010/02/13/4764795/> [Acedido a 10 de novembro de 2024]
- Ukrainska Pravda. (2014, abril 13). *РНБО розпочинає масштабну АТО із залученням Збройних Сил – Турчинов* [O Conselho de Segurança e Defesa Nacional está a

- lançar um ATO de grande escala com o envolvimento das Forças Armadas - Turchynov]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20171017043038/http://www.pravda.com.ua/news/2014/04/13/7022274/> [Acedido a 20 de janeiro de 2025]
- Ukrainska Pravda. (2015, fevereiro 16). *За добу "тиші" бойовики завдали 112 ударів, 88 разів були по Дебальцевому* [Durante o dia, militantes "silenciosos" atacaram 112 vezes, atingindo Debaltseve 88 vezes]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2015/02/16/7058687/> [Acedido a 9 de março de 2025]
- Ukrainska Pravda. (2021, março 30). *Росія стягує війська до кордону з Україною – Хомчак* [Rússia está a deslocar tropas para a fronteira com a Ucrânia – Khomchak]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2021/03/30/7288381/> [Acedido a 11 de fevereiro de 2025]
- Ukrainska Pravda. (2022, fevereiro 12). *ЦРУ назвало імовірну дату нападу Росії на Україну – Spiegel* [CIA nomeia data provável do ataque da Rússia à Ucrânia – Spiegel]. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2022/02/12/7323718/> [Acedido a 9 de março de 2025]
- Ukrinform. (2014, março 17). *Явка виборців на псевдореферендумі в Криму була максимум 30-40 відсотків - Меджліс* [A participação eleitoral no pseudo-referendo na Crimeia foi de um máximo de 30-40 por cento - Mejlis]. Disponível em: http://www.ukrinform.ua/ukr/news/yavka_vibortsiv_na_psevdoreferendumi_v_krimu_bula_maksimum_30_40_vidsotkiv_medglis_1918585 [Acedido a 12 de fevereiro de 2024]
- Ukrinform. (2022, março 3). *Путін думав захопити Україну за три дні - з допиту в СБУ полоненого росіянина* [Putin pensou em assumir o controlo da Ucrânia dentro de três dias - a partir do interrogatório de um russo capturado pelo SBU]. Disponível em: <https://www.ukrinform.ua/rubric-ato/3418051-putin-dumav-zahopiti-ukrainu-za-tri-dni-z-dopitu-v-sbu-polonenogo-rosianina.html> [Acedido a 10 de fevereiro de 2025]
- Walker, S. (2013, setembro 22). *Ukraine's EU Trade Deal Will Be Catastrophic, Says Russia*. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/sep/22/ukraine-european-union-trade-russia> [Acedido a 21 de janeiro de 2025]
- Whitman, R. (2023, fevereiro 23). *One year on: the UK's response to Russia's war on Ukraine*. UK in a Changing Europe. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/one-year-on-the-uks-response-to-russias-war-on-ukraine/> [Acedido a 11 de março de 2025]
- Yushchenko, V. (2005, janeiro 31). *How I am going to wake this great sleeping elephant and ride into EU*. The Times. Disponível em:

<https://www.thetimes.com/comment/register/article/how-i-am-going-to-wake-this-great-sleeping-elephant-and-ride-into-eu-szcp0fdhmg2?region=global>
[Acedido a 10 de setembro de 2024]